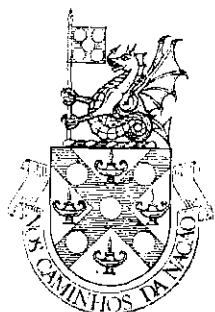

NAÇÃO E DEFESA



ANO XIX — N.º 70 — ABRIL-JUNHO DE 1994
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL—PORTUGAL

DIRECTOR

Fernando Manuel Palla Machado da Silva
Vice-Almirante

Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão redactorial

Presidente. Capitão-de-mar-e-guerra Artur de Carvalho Baptista dos Santos. Vogais: Prof. Doutor Armando Marques Guedes, Dr. Victor Marques dos Santos, Capitão-de-mar-e-guerra António Abrantes Martins Godinho. Secretária: Dr.^a Helena Barreira.

ISSN 0870-757X

Depósito Legal n.º 54 801/92

Preço deste número	400\$00
ASSINATURA ANUAL (quatro números):	
Portugal — Instituições	1500\$00
— Individuais	1200\$00
— Estudantes	800\$00
Europa (Via aérea)	US\$20.00
Outros países (Via aérea)	US\$26.00

Propriedade, Redacção e Administração

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 Lisboa

ÍNDICE

- Editorial 5

PRIMEIRA PARTE: Temas Relativos ao Tratado de Tordesilhas

- Tratado de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494 9
Adriano Moreira
- El Entorno Militar del Tratado de Tordesillas 25
Miguel Alonso Baquer
- Para Uma Leitura Geoestratégica de Tordesilhas 47
Themudo Barata
- As Bandeiras Ignoram o Tratado de Tordesilhas e Ampliam o Espaço Geográfico Brasileiro 61
Max Justo Guedes
- O Espírito de Tordesilhas e o Futuro da Europa e de Portugal 87
Virgílio de Carvalho
- Significado do Tratado de Tordesilhas 103
Adão da Fonseca
- Tordesilhas e a Consagração das Novas Opções 111
Filipe Themudo Barata

SEGUNDA PARTE: Elementos Informativos

- Actividades Promovidas pelo IDN 133
- A Defesa no Mundo 139

NOTAS SOBRE OS AUTORES

- **ADRIANO MOREIRA:** Doutorado em Direito pela Universidade Complutense de Madrid. Doutorado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Deputado e Vice-Presidente da Assembleia da República. Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Professor do Instituto Superior Naval de Guerra.
- **MIGUEL ALONSO BAQUER:** General de Brigada, de Infantaria, diplomado em Estado-Maior, do Exército de Espanha. É Secretário Permanente do Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos do CESEDEN. É Licenciado em Filosofia e Letras pela Universidade de Saragoça e Doutorado pela Universidade Complutense. Foi Professor de Tática, de História da Arte da Guerra e de Sociologia Militar nas Escolas Superiores Militares. Pelo seu contributo para a difusão e engrandecimento da cultura e história militar foi-lhe atribuído o prémio Marquês de Santa Cruz de Marcenado.
- **MANUEL THEMUDO BARATA:** General do Exército, na reserva. Foi Professor e Director do Instituto de Altos Estudos Militares, Professor do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional e do Instituto Superior Naval de Guerra. É Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar.
- **MAX JUSTO GUEDES:** Oficial da Marinha do Brasil, na reserva, é Director do Serviço de Documentação Geral da Marinha. Tem publicados inúmeros estudos e trabalhos de investigação sobre temas de História, Descobrimientos Portugueses, Cartografia e Ciência Náutica. É Conferencista e tem vindo a participar, como convidado especial, em Congressos, Conferências e Reuniões Internacionais, sendo membro de diferentes Comissões Culturais e Científicas, e de Institutos e Academias do Brasil, de Portugal e de outros Países.
- **VIRGÍLIO DE CARVALHO:** Oficial da Marinha, na reserva. Professor convidado associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e da Universidade Portucalense do Porto. Foi Assessor e é Conferencista no IDN.
- **LUÍS ADÃO DA FONSECA:** Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutor em História Medieval pela Universidade de Navarra, onde foi Professor. É Professor Catedrático de História na Universidade do Porto. Em 1992 foi nomeado Presidente do Conselho Científico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e tomou posse do cargo de Presidente do Instituto Camões.
- **FILIPE THEMUDO BARATA:** Desempenha funções docentes no Departamento de História da Universidade de Évora, na área de História Medieval, desde 1982/83. Várias publicações e a sua dissertação de doutoramento, em vias de conclusão, estão subordinadas ao tema do comércio externo português, particularmente nas suas ligações à região do Mediterrâneo.

EDITORIAL

EDITORIAL

O Tratado de Tordesilhas, ratificado por D. João II de Portugal, Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, foi assinado em 7 de Junho de 1494 por delegados daqueles Reis e viria a ser confirmado pelo Papa Júlio II, apenas em 1506, a pedido do Rei D. Manuel I de Portugal.

O Quinto Centenário da sua assinatura ocorreu em 7 de Junho do corrente ano, facto que levou a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pelo seu Comissário-Geral, a considerar ser esta uma oportuna ocasião para se reflectir sobre a História e Cultura dos dois países Ibéricos, bem como dos países de língua portuguesa e espanhola da América Latina.

O Instituto da Defesa Nacional aderiu a esta iniciativa dedicando a presente edição da revista «Nação e Defesa» a este acontecimento histórico, tendo por objectivo contribuir para uma definição do espírito e significado do tratado, e suas consequências para Portugal e para o Mundo.

Como Director do Instituto da Defesa Nacional, agradeço reconhecidamente aos eminentes historiadores e investigadores, autores dos artigos publicados, que aceitaram participar e que tornaram possível esta edição.

TRATADO DE TORDESILHAS
DE 7 DE JUNHO DE 1494

Adriano Moreira

TRATADO DE TORDESILHAS

DE 7 DE JUNHO DE 1494

1. IMPORTÂNCIA DO TRATADO DE TORDESILHAS

O Tratado de Tordesilhas, assinado entre D. João II de Portugal e os reis católicos Fernando e Isabel, tem um significado muito mais vasto do que a simples delimitação de áreas de influência divididas entre os dois reinos. Estavam envolvidos interesses de particulares, especialmente os dos mercadores andaluzes, habituados ao comércio secreto da Guiné sem pagamento ao erário real castelhano, pelo que de facto não lhes agradou a política dos reis católicos no sentido de afirmarem o seu direito tradicional «*à conquista das partes de África e da Guiné*». Mas estavam sobretudo em causa os interesses políticos de dois Estados em expansão. Em 1479, o Tratado de Alcáçovas, depois confirmado pelo de Toledo, reconheceu já os direitos portugueses à costa africana e ilhas atlânticas, deixando de fora as Canárias, de resto também objecto de rivalidades antigas. Mas a viagem de Cristóvão Colombo, começada em Palos a 3 de Agosto de 1492, colocou em evidência o Atlântico Ocidental e a questão de saber se o Tratado de 1479 abrangia a área. Depois de negociações várias, o Tratado de Tordesilhas foi assinado em 7 de Junho de 1494, e as esferas de influência ficaram definidas: pertenceriam a Castela as terras descobertas para além do meridiano que passava a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, limite encurtado para 200 léguas no que tocava aos descobrimentos que Colombo pudesse fazer na segunda viagem que entretanto iniciava. Discute-se muito as razões secretas da escolha da linha divisória, sendo a questão mais debatida a de saber se D. João II tinha já nessa data conhecimento da existência do Brasil ⁽¹⁾. A intervenção da Santa Sé foi extremamente activa, como veremos. De tudo resultou que o tratado seja um

⁽¹⁾ Ramos Coelho, *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892. Damião Peres, *História dos Descobrimentos*, Coimbra, 1960.

marco fundamental no desenvolvimento de várias linhas políticas, e pelo menos as seguintes:

- a) *O começo da execução de um projecto que temos chamado Euromundo, e que veio a traduzir-se na submissão da totalidade do globo ao governo das potências ocidentais, todas de etnia branca;*
- b) *A definição de uma política colonial da Santa Sé, que veio a receber forma laica na ONU;*
- c) *A viragem da concepção das relações internacionais e o desenvolvimento do jusnaturalismo racionalista.*

2. O PROJECTO DO EUROMUNDO

O Euromundo não foi apenas um resultado da História, sem previsão. O projecto existiu e tem expressão no poema maior da gesta que foi portuguesa e ocidental, e são *Os Lusíadas*. Luís de Camões, o Poeta, atribui a Vasco da Gama, na ilha de Moçambique, em 1498, esta declaração, depois de dizer que pertencia à *Europa belicosa*: «A Lei tenho d'Aquele a cujo Império/Obedece o visível e invisível,/Aquele que criou todo o Hemisfério,/Tudo o que se sente e todo o insensível;/Que padeceu desonra e vitupério,/Sofrendo morte injusta e insofrível./E que do Céu à Terra, em fim, desceu./Para subir os mortais da Terra ao Céu» (2).

Fala ainda na «Europa cristã, mais alta e clara/Que as outras em política e fortaleza». Também imagina que Lisboa poderá ser a *Nova Roma*, e que, por ela, ao Mundo seriam dadas *leis melhores*. Todavia, embora a identificação fosse católica, e o projecto cristocêntrico, o Euromundo ia ser obra dos Estados laicos ocidentais, em guerra civil interior. O próprio Tratado de Tordesilhas já o anuncia, porque foi convencionado à margem da Santa Sé, que apenas consagrou o acordo. A *República Cristã* transformava-se no *Ocidente dos Estados*, para executar o seu projecto colonizador e unificador do globo. A *Cidade de Deus* associa-se à *Cidade Terrena*, fornece a ética, contrata serviços recíprocos, como doutrinara Santo Agostinho, mas o Estado afirma-se

(2) Canto I, 65.

soberano. A convergência posterior das soberanias europeias em expansão nessa vasta zona de confluência dos poderes que foi o *resto do Mundo*, daria o projecto por finado, ao firmar o Acto Geral da Conferência de Berlim de 1885. Todo este processo secular enche aquilo que Toynbee chamou a *Era Gâmica*, a cujo fim assiste a presente geração ⁽³⁾. Mas o resultado da acção, que teve o Infante D. Henrique como o maior dos impulsionadores, e que tem o Tratado de Tordesilhas como primeiro instrumento da futura convergência da Europa da frente marítima na tarefa, foi que o globo veio a ser totalmente governado por soberanias ocidentais. A independência dos países do continente americano, no século XIX, não foi ainda um recuo do projecto do Euromundo. De facto foi um processo de descentralização do governo interior do Ocidente, com o poder interno de cada país nas mãos da mesma etnia branca, cristã, capitalista e liberal, e com o resto do Mundo submetido à estrutura definida apenas pelas soberanias ocidentais. A guerra de 1939-1945 é que marcaria o início do recuo, e a entrada numa nova *Era planetária*, na qual os até então *povos mudos* do Mundo assumem um papel activo na vida política internacional. Durante todo esse longo período a doutrina cristã teve uma influência primordial, e a Bíblia, com as suas várias leituras, acompanhou todos os passos do processo colonizador. Na fase mais tardia da colonização, as confissões protestantes tiveram também a sua intervenção, mas o papel dominante inicial pertenceu à Santa Sé, obrigada a definir uma doutrina colonial.

5. A POLÍTICA COLONIAL DOS PAPAS ⁽⁴⁾

A projecção da Igreja Católica no problema colonial, nessa época e do ponto de vista da política internacional, tem de ser examinada em mais de um aspecto: como detentora de um poder indirecto sobre as coisas temporais, na medida em que tal poder é indispensável para realizar os fins inerentes ao poder espiritual que directa, principal e exclusivamente lhe pertence para salvação das almas; como detentora do indicado poder espiritual, que exerce por intermédio de órgãos próprios ou por intermédio dos Estados; como definidora de uma doutrina geral dos contactos coloniais, dando origem a uma ética que está na base da moderna missão reclamada pela ONU.

⁽³⁾ Adriano Moreira, *A Europa em Formação*, S. Paulo, 1976.

⁽⁴⁾ Este texto é reproduzido de A. Moreira, *Política Ultramarina*, Lisboa, 1961.

I — *Legitimação da expansão dos príncipes cristãos*

É na doutrina do poder indirecto do pontífice sobre as coisas temporais que se baseia a intervenção da Santa Sé a legitimar a expansão colonial dos povos peninsulares. Ao intervir nesse domínio fá-lo para bem da expansão da fé, e, por isso, as suas determinações visam, por um lado, *impor* aos príncipes cristãos que respeitem a acção de um outro príncipe, igualmente cristão, e, por outro lado, a *definir* os termos em que será legítimo a este firmar uma expansão temporal. A Bula *Romanus Pontifex*, assinada, em 8 de Janeiro de 1454, por Nicolau V, é um imperativo dirigido aos príncipes cristãos, que nem por isso legitima toda e qualquer expansão portuguesa. Nela se diz que «pode vir a acontecer com o andar dos tempos que algumas pessoas de outros reinos, movidas por inveja, malícia ou ambição, tomem ousio de abordar àquelas paragens... e daqui poderiam seguir-se, com grande ofensa de Deus e perigo das almas, muitos ódios, rancores, dissensões, guerras e escândalos entre os que estas coisas ousassem e os ditos rei (de Portugal) e infante (D. Henrique), que de modo nenhum sofreriam que assim os escarnecessem». Por isso, o papa concede à coroa portuguesa as terras descobertas, proibindo aos cristãos todas as espécies de danos que lhes poderiam fazer, sob pena de excomunhão para as pessoas singulares e de interdito para as entidades colectivas territoriais. No mesmo sentido devem inscrever-se a Bula de Sisto IV, *Aeterni regis clementia*, de 21 de Junho de 1481, consagrando o Tratado de Paz de Toledo, de 6 de Março de 1480, entre D. Afonso V e D. Fernando e Isabel, pela qual foram reconhecidos os direitos portugueses sobre as ilhas do Atlântico, com excepção das Canárias, e sobre as costas da Guiné; e, finalmente, a Bula de Alexandre VI, *Inter Coetera*, de 4 de Maio de 1493, que estabeleceu a primeira linha de demarcação das esferas de expansão portuguesa e espanhola, seguida da Bula *Ea quae pro bono pacis*, assinada por Júlio II, em 1505, consagrando a linha de separação definida pelo Tratado de Tordesilhas, de 7 de Junho de 1494, fixada a 370 léguas a occidente de Cabo Verde.

II — *A expansão temporal*

Os imperativos jurídicos impostos por essas bulas aos príncipes cristãos têm um objecto diferente das regras destinadas a disciplinar a própria expansão

temporal ligada à difusão da fé. Este fenómeno da expansão temporal, objecto de muito estudo dos doutores da Igreja, teve como tratadista de maior renome o célebre Fr. Francisco de Vitória, fundador do direito internacional. Nas suas *Prelecciones sobre los indios y derecho de Guerra*, onde se resume o ensino feito em Salamanca, em 1538 ou 1539, encontram-se as regras principais a tal respeito ⁽⁵⁾.

Embora a expansão cristã tivesse em vista a propagação da fé, não são causa justa de guerra nem a diversidade da fé, nem o simples desejo de glória ou de lucro. É mesmo ilícito procurar a ocasião de fazer a guerra, fonte normal da expansão do império, sendo certo que o papa não tem poder temporal sobre os infiéis ou sobre os territórios. Simplesmente, por direito natural, é lícito aos cristãos viajar e permanecer em todas as terras, aproveitar das coisas comuns aos naturais e aos estrangeiros, comerciar com os naturais. Para defesa destes direitos naturais, é lícito fazer a guerra defensiva, como lícito é, para assegurar a paz, e à falta de outros meios, construir fortalezas, ocupar as cidades e submeter os gentios. Manifestamente, e de acordo com o imperativo *pregai o Evangelho a todas as criaturas*, os cristãos têm o direito de o fazer, e podem recorrer à guerra para defesa desse direito, até obterem a paz necessária para a pregação; o mesmo direito de guerra existe para defender os convertidos das pressões destinadas a obrigá-los a abjurar. A obrigação que têm os cristãos de defender os inocentes de uma morte injusta, porque Deus lhe ordena que cuidem do próximo, permite a intervenção para acabar com as práticas contrárias aos ditames da humanidade, tal como o sacrifício de homens para os comer. Por fim, naturalmente, a vontade dos povos e a recompensa pela ajuda prestada em guerra justa legitimam a imposição da soberania ⁽⁶⁾.

III — Definição da missão colonial

Modernamente, porém, o que mais interessa da doutrina da Igreja Católica é o conjunto de princípios formulados para presidirem às relações

⁽⁵⁾ Edição de 1946, Buenos Aires. É importante ver a doutrina portuguesa em João de Barros, *Ásia*, primeira década, liv. 6.º, cap. I, ao justificar o título de D. Manuel de «senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia».

⁽⁶⁾ A. G. U., *Fundação do Estado da Índia em 1505*, Lisboa, 1955, com introdução de Alexandre Lobato. Veja-se aí documentada a aplicação das regras acima resumidas.

entre colonizadores e colonizados. Para dar notícia de tais princípios, de que afinal a doutrina da ONU é apenas uma versão laica, examinaremos alguns passos significativos das principais bulas onde se definiu a doutrina oficial da Igreja (⁷).

Foi o desejo de ganhar os povos para a fé cristã que levou Eugénio IV a intervir, ao ter conhecimento das opressões praticadas nas ilhas Canárias, tomando a defesa dos indígenas. Na Bula de 1435, depois de referir os abusos cometidos contra os bens, as pessoas e a liberdade dos indígenas, diz o seguinte: «Por causa de todos estes males, o resto da população, em grande parte, tendo horror por tal escravidão, continua mergulhada nos seus antigos erros e renuncia ao desejo de receber o baptismo; donde resulta uma grave ofensa à majestade divina, o perigo das almas e um considerável detrimento para a religião cristã.» Invoca, por isso, o seu dever de corrigir os pecadores, rogando a todos os cristãos, de qualquer estado, qualidade ou officio, que se abstenham, para futuro, de praticar tais actos. Acrescenta ainda, quanto aos males passados: «Ordenamos e recomendamos a todos e cada um dos fiéis de Cristo, de ambos os sexos, que restituam à sua liberdade originária, completamente e para sempre, no prazo de quinze dias contados da publicação desta no lugar do seu domicílio, e que os deixem partir sem nenhuma extorsão ou recebimento de dinheiro, todos os habitantes das ditas ilhas, chamadas Canárias, que cativaram e mantêm escravizados.

Caso contrário, e tendo decorrido tal prazo, incorrerão por tal facto na pena de excomunhão, de que não poderão ser absolvidos, mesmo pela Sé Apostólica, a menos que previamente tenham restituído a liberdade e todos os seus bens aos cativos em questão, salvo no caso de se encontrarem em artigo de morte.

Queremos que incorram em tal pena de excomunhão e que sejam privados do benefício da absolvição todos aqueles que, em conjunto ou separadamente, tentarem capturar, vender ou reduzir à escravidão os ditos Canários baptizados ou procurando voluntariamente o baptismo» (⁸).

(⁷) Segue-se aqui o anexo que documenta o n.º 6 de *Recherches et débats, Colonisation et conscience chrétienne*, Paris, 1953, p. 197: *La politique coloniale des Papes*. Indicaremos também os lugares onde se encontra o texto integral das bulas, conforme a indicação do anexo.

(⁸) Reynaldi, *Continuatio Baronii Annalium*, édit. Manni, Ludques, 1752, t. IX, pp. 226-227.

Também Paulo III, referindo-se à exploração dos indígenas, via nisso razão para apelidar os colonos de *satélites do rival do género humano*, que invocam o pretexto de que os indígenas são «*estranhos à fé*». Declara, por isso, que o seu paganismo lhes não retira o direito ao respeito pela dignidade humana, chamando os cristãos ao dever de os converter: «Decidimos e declaramos (dizia ele na Bula de 2 de Junho de 1537), pela presente, que é proibido privar da sua liberdade e do gozo dos seus bens os índios e quaisquer outras pessoas que de futuro cheguem ao conhecimento dos cristãos, ainda que não conheçam a fé. Declaramos e decidimos, pelo contrário, que podem livremente e licitamente usar e gozar da liberdade e das suas propriedades e adquiri-las; que não podem ser reduzidos à escravidão e que tudo o que se passar contra esta determinação é nulo e existente; que os índios e as outras pessoas devem ser chamadas à dita fé em Cristo pela pregação da palavra de Deus e pelo exemplo de uma boa vida» ⁽⁹⁾.

Indo mais longe, proclama a igualdade das raças, recomenda os casamentos entre colonizadores e colonizados convertidos, na esperança de que tal sacramento ajude a radicar definitivamente o cristianismo nas novas terras. Escreveu na Bula de 21 de Março de 1542: «E como pela graça do baptismo eles se tornam concidadãos dos Santos e servidores de Deus e porque é mais honroso servir pelo espírito do que pela carne, Nós ordenamos pela mesma constituição que eles se tornem verdadeiramente cidadãos das cidades e dos lugares onde tiverem sido regenerados pelo santo baptismo e que gozem dos mesmos privilégios, liberdades e imunidades que outros obtêm em razão do seu merecimento e da sua origem. E como Nós sabemos pela experiência que as relações dos neófitos entre si os tornam mais frágeis em fé e prejudicam a sua salvação, exortamos os Ordinários dos lugares a empregar toda a sua solicitude, na medida em que nisso vejam proveito para acrescentar a Fé, para casarem os ditos neófitos com os cristãos de origem» ⁽¹⁰⁾.

Traduzindo tal política em termos hoje correntes, preconiza-se a igualdade civil para todos, decorrente do direito natural, e a igualdade política como consequência de uma simples assimilação religiosa. O objectivo último é constituir uma sociedade paritária e cristã.

⁽⁹⁾ Wadding, *Annales Minorum, Roma*, 1736, t. XVI, p. 418.

⁽¹⁰⁾ Hernaez, *Collection de bulas*, Bruxelas, 1879, t. I, p. 97.

Um dos Papas cujo pensamento teve maior importância no problema colonial, e que ainda hoje encontra uma projecção politicamente relevante, foi Pio V, quer pela sistematização do pensamento oficial da Igreja, quer pela insistência na formação de um clero indígena, quer pelo lançamento das bases daquilo que havia de ser a Sagrada Congregação de Propaganda Fide. No mencionado inquérito, a sua política aparece reduzida aos seguintes princípios:

1.º Necessidade de assegurar a firmeza dos convertidos, «porque não é tão grande o proveito de converter os homens a Cristo, como o prejuízo de os descuidar quando já são cristãos»;

2.º Como, para tal fim, a língua constitui um sério obstáculo, insistiu em que os missionários deviam aprender as línguas locais para nelas pregarem. O conhecimento dessas línguas era indispensável para a atribuição de um benefício paroquial;

3.º A formação de um clero indígena aparecia assim como uma medida implícita em tais objectivos. Dirigindo-se a D. Sebastião, em 1571, dizia: «É impossível enviar sempre de longe aqueles que devem dispensar a tais pessoas as luzes do espírito; mas assim como nos tempos da Igreja nascente os Apóstolos escolhiam, entre os que tinham recebido a fé cristã, os servidores mais aptos e mais capazes, assim hoje também é necessário que todo o nosso esforço se dirija no sentido de que a fé se espalhe e se enraíze tão profundamente entre esses povos que, mesmo depois da partida ou da morte dos que lha levaram, ela não desapareça, e que, longe de perecer, imediatamente encontre pregadores indígenas por cujos piedosos trabalhos e cuidados possa crescer e desenvolver-se.»

4.º Os convertidos devem ser objecto da maior ternura e indulgência, para que não sejam affectados pelo escândalo dos cristãos, combatendo o trabalho forçado, os salários injustos, os impostos exagerados, as guerras iníquas. Nas instruções enviadas em 19 de Agosto de 1568 ao Núcleo Apostólico em Madrid, dizia: «Nas comunidades onde habitam simultaneamente cristãos-velhos e convertidos, é necessário cuidar que os velhos dêem pelos seus costumes bom exemplo aos cristãos-novos, *ne propter nos blasphemetur nomen Dei inter gentes*; devem ser de tal modo que a consideração das suas boas acções confirme os convertidos na fé adoptada e os encoraje a imitá-los e que os fiéis, considerando a

sua própria e condenável maneira de viver, sejam tomados de confusão e se aproximem da fé de Cristo.»

Estas regras mostram a preocupação de tornar a cristandade independente das contingências do poder político e a tendência para reclamar para a própria Santa Sé a direcção exclusiva da propagação da fé. Por isso, e pela primeira vez, estabeleceu em Roma um colégio de cardeais encarregado de, permanentemente, dirigir a acção missionária. Em 23 de Julho de 1568, confiou a alguns cardeais o cuidado de formarem uma comissão para se ocupar da conversão dos «heréticos e dos príncipes do Norte da Europa», e a outros o de constituírem outra congregação destinada «a presidir aos negócios respeitantes ao desenvolvimento da fé cristã tanto nas Índias Orientais como Ocidentais».

Aqui se encontra a origem de uma viragem política que pretendeu substituir a política do Padroado pela acção directa e levou a defender a substituição das missões estrangeiras por missões nacionais.

A definição de uma política oficial era acompanhada da vigilância da sua execução. Assim, e por exemplo, na Bula de 22 de Abril de 1639, Urbano VIII volta a condenar as violências cometidas contra os índios, estabelecendo severas penas canónicas para os desobedientes: «... que ninguém ouse ou pretenda reduzir à escravidão os ditos índios (do Paraguai, do Brasil e do Rio da Prata), vendê-los, comprá-los, trocá-los, dá-los, separá-los das mulheres e filhos, despojá-los das suas propriedades e bens, levá-los para outros lugares ou privá-los de qualquer modo da sua liberdade, mantê-los na escravidão, assim como prestar ajuda, favor, conselho e socorro sob qualquer pretexto ou desculpa aos que fizeram as ditas coisas, falar ou ensinar coisas de qualquer maneira» ⁽¹¹⁾.

Nesta linha política geral, é Clemente XI quem, na Bula de 11 de Março de 1704, afirma mais claramente a proeminência dos interesses das populações nativas, uma das regras fundamentais da ética internacional actual recolhida na Carta da ONU. Respondendo às frequentes queixas dos colonos no sentido de que as indulgências e favores da Santa Sé se dirigiam mais para os indígenas do que para os cristãos-velhos, que eram os colonos, o Papa recorda-lhes que os convertidos precisam de um amparo que os cristãos-velhos dispensam: «ainda

⁽¹¹⁾ *Bullarium Magnum*, Roma, 1760, VI, pars. II, pp. 183-184.

que convenha atrair os infiéis à fé de Cristo, não pela vantagem dos bens temporais, mas antes pela esperança da herança eterna, e que seja bom ensinar-lhes que a glória principal do cristão consiste sobretudo em desprezar os bens terrenos e considerar todas as coisas como insignificantes ao lado do conhecimento eminente de Jesus Cristo Nosso Senhor, não obstante considerarmos conforme à razão e às instituições da nossa piedosa mãe Igreja adotar a nossa providência paterna para com aqueles que, ainda recentes na sua fé, devem ser alimentados mais de leite que de comida sólida, de modo que os fracos não sejam afastados da fé cristã pelo receio de perderem os seus bens e caírem na miséria» (12).

Muitos outros documentos, igualmente significativos, poderão ser indicados no sentido de definir uma ética geral, assente na igualdade do género humano. Assim, por exemplo, Bento XIV, na Bula de 20 de Dezembro de 1741, verbera aqueles que, em vez de levarem ajuda aos infiéis, com espírito de missão, lhes levaram apenas um colonialismo baseado na exploração económica e no desprezo pela dignidade da pessoa humana. Mas o documento que melhor parece resumir a doutrina elaborada pela Igreja até à data em que a Conferência de Berlim marca o início do processo que se traduziu em estabelecer uma versão laica da doutrina católica, é a Bula de 3 de Dezembro de 1839, de Gregório XVI, onde condena severamente o tráfico dos negros e insiste na igualdade do género humano e na proeminência dos interesses dos indígenas (13).

A política colonial dos papas parece pois reconduzir-se a estes pontos fundamentais:

- a) Os direitos sobrenaturais dos homens implicam o respeito dos seus direitos naturais, cuja inobservância tornará infrutífero o apostolado;
- b) Todos, sem qualquer distinção de raça ou de cor, têm direito à igualdade civil, à liberdade, à propriedade e à família, por simples imposição da dignidade do homem;
- c) A escravidão e os seus sucedâneos são, por isso, inadmissíveis;
- d) A superioridade dos colonizadores implica para eles um dever de

(12) Hernaez, cit., p. 100.

(13) *Collectanea S. Congregationis de Propaganda Fide*, Roma, 1907, I, pp. 503-505.

missão, que se traduz na proeminência dos interesses dos indígenas. Estes, justamente porque mais fracos, têm direito a maior desvelo e benevolência;

- e) A moral deve dominar sempre o interesse económico, condenando-se assim o colonialismo de espaço vital;
- f) O dever de propagar a fé, sem a qual não há salvação, implica a necessidade de criar um clero indígena e uma *élite* local capaz de continuar a obra começada pelos colonizadores, no caso de estes se retirarem por qualquer motivo ⁽¹⁴⁾.

4. O DIREITO INTERNACIONAL

Outras das importantes consequências ligadas ao Tratado é a função do direito internacional. Pelo menos três nomes devem ser relacionados com a mudança: Vitória, Suarez e Grotius. O primeiro, que introduz em Salamanca a Suma de S. Tomás, como principal autoridade na teologia, teve de examinar uma conjuntura bem diferente daquela que o Santo conhecera. A separação dos protestantes, a novidade de um império colonial ultramarino, a perda da autoridade internacional do pontífice, definiram uma angústia nova. O Concílio de Trento a lutar contra a divisão, e Carlos V incapaz de impor a forma do Estado Universal, exigiam criatividade dos teólogos. Para regular as relações entre os Estados, sem uma autoridade supranacional, sem árbitro, porque Tordesilhas marca o esgotamento dessa função da Santa Sé, o direito natural parecia um recurso evidente. A partilha das novas terras era um tema principal. Vitória, na sua *Relectio prior* (1557), começa por demonstrar a legitimidade dos títulos pelos quais a soberania se implantava sobre povos e terras achadas. É ele quem sustenta que os Estados devem respeitar as soberanias reciprocamente, que não devem interferir na jurisdição interna respectiva, que deve assegurar-se a livre circulação de homens e mercadorias, a liberdade da pregação, a liberdade dos mares e rios internacionais, e a protecção dos nativos. Estes encontrarão de resto um advogado eloquente em Frei Bartolomeu de las Casas, cujos trechos mais veementes se encontram na sua *História de las Indias* (1561).

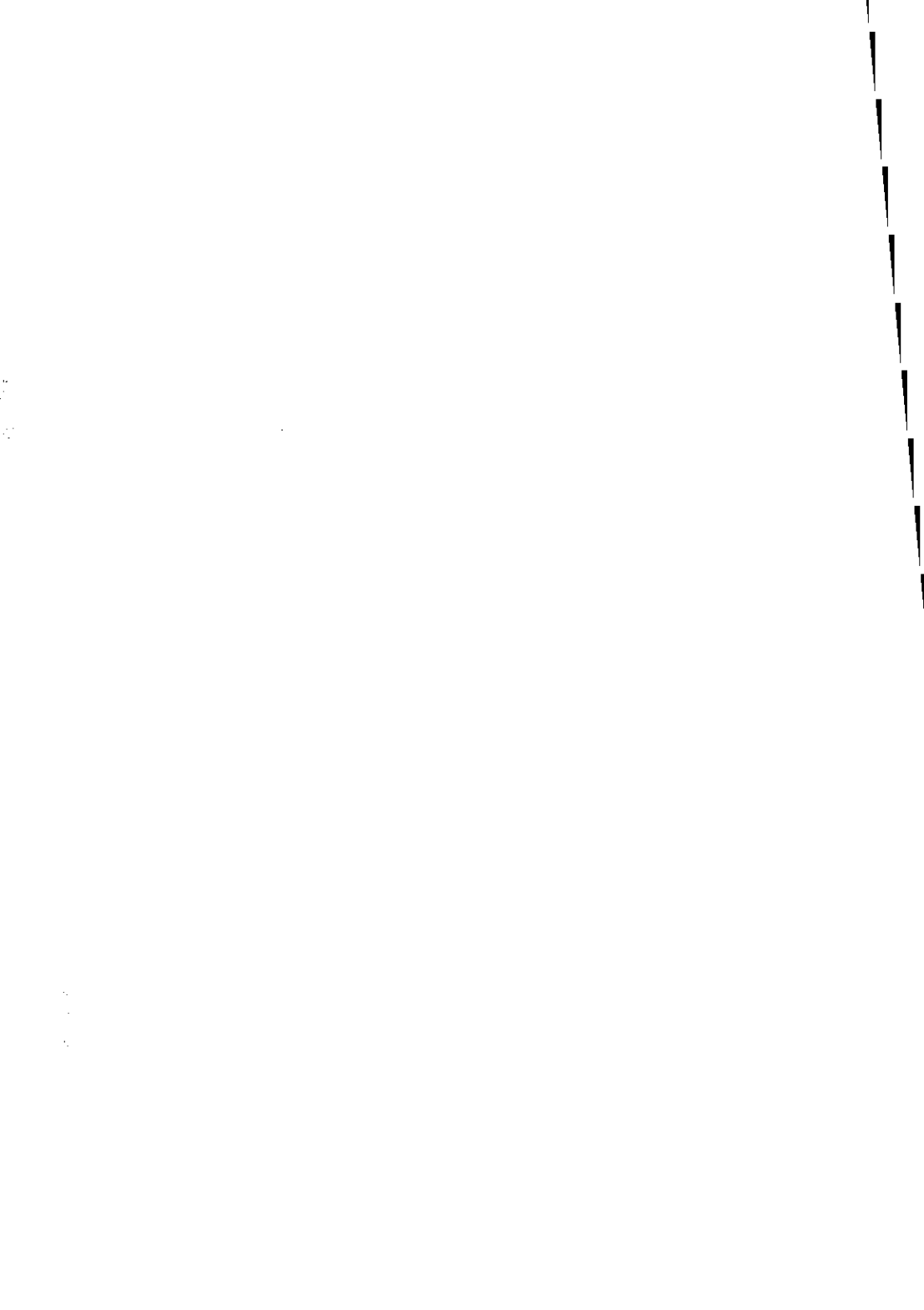
⁽¹⁴⁾ Termina aqui a transcrição da *Política Ultramarina*.

Por seu lado, Suarez, professor de Alcalá, Madrid, Roma, Salamanca e Coimbra, encontra-se solicitado, como foi comum aos jesuítas nessa época, no sentido de aconselhar sobre a acção prática dos Estados e governantes, desdobrando-se em *consília* para resolver conflitos de interesses bem definidos. Mas soube, como muitos outros, elevar-se ao plano dos princípios, tendo dedicado grande atenção ao direito, sendo *De Legibus et Deo Legislatore* o mais célebre dos seus trabalhos nesse domínio. Ao mesmo tempo que contribuiu, com a sua análise do *jus dominativum*, para o progresso da ideia do *direito subjectivo* nas suas várias aplicações, abre caminho para entender o *direito natural* como um *sistema de leis racionais*, suficientemente promulgadas, precedentes de um legislador que é Deus, e portanto vinculadas à *lei eterna* da tradição escolástica. Não se confundem com as *leis reveladas* da Sagrada Escritura, são reveladas pela recta razão que os homens receberam da divindade. E para atender às circunstâncias variáveis do mundo, sustenta que não são as leis naturais que variam, mas sim a interpretação. Delas decorre o *jus gentium*, confirmado pelo consenso universal. O direito positivo do Estado, os costumes e a jurisprudência, deveriam respeitar essa barreira. Por fim, deve recordar-se o nome de Grotius (1583-1645), como dos que mais contribuíram para a definição jurídica do Euromundo. A época é de grandes violências e desordens, que inspiram a ânsia de autoridade de Hobbes e a definição de soberania de Bodin. Dentro e fora das nações, a guerra é um modo comum de viver. Foi durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) que redigiu o *Tratado da Guerra e da Paz*, dedicada a Luís XIII. Mas o seu primeiro grande trabalho jurídico é o *Mare liberum*, parte publicada do tratado mais vasto *De jura praedae*, de 1604. Nasceu do exame de um caso concreto, o apresamento de um navio português pelos Holandeses, em 1603. Aqui começa a elaboração do seu direito internacional baseado na *razão*, única autoridade possível e superior ao confronto entre católicos e protestantes. O incidente deve tê-lo inclinado para a adopção do ponto de vista que finalmente consagra no tratado sobre a guerra: esta é o facto a partir do qual o direito é construído. E a sua conclusão é simples: entre Estados religiosamente opostos só um direito laico pode vigorar. Escreveu estas célebres palavras no prefácio: «Todas estas regras que acabamos de enunciar vigorariam de qualquer maneira, ainda que admitíssemos, o que não pode fazer-se sem crime horrível, que Deus não existe, ou que Deus se desinteressaria dos problemas humanos, como pretendem os epicuristas.» *Etiam si daremus*

non esse Deum. A expansão ocidental passará a invocar outros motivos que não a fé religiosa, para se justificar: o dever de civilizar, o direito ao espaço vital, o triunfo na competição, o fardo do homem branco. E finalmente foi contra o *homem branco* que o anticolonialismo revolucionário do século XX levantou o dedo acusador, recusando, entre muitas coisas, o direito internacional em cuja definição não participou ⁽¹⁵⁾.

Adriano Moreira

⁽¹⁵⁾ Este ensaio foi publicado em *Legado Político do Ocidente* (cooperação de A. Moreira, Alejandro Bugallo, Celso Albuquerque), S. Paulo, 1978.



EL ENTORNO MILITAR DEL TRATADO
DE TORDESILLAS

Miguel Alonso Baquer

100

100

EL ENTORNO MILITAR DEL TRATADO DE TORDESILLAS

El Tratado de Tordesillas contiene dos objetivos de muy alto rango diplomático que, en sí mismos, nada parecen decir sobre compromisos militares en particular. El primer objetivo — el africano — tendía a dejar establecidos de una vez para siempre los derechos respectivos del reino de Portugal y de los reinos de Castilla y Aragón en materia de «rescates», es decir, respecto al comercio del oro y a la captura de esclavos a lo largo de la costa occidental africana. El segundo objetivo — el americano — buscaba precisar el trazado de una división en las aguas del único océano entonces conocido por españoles y portugueses que, a su vez, entrañara unos derechos de conquista en los territorios colindantes con el Océano Atlántico.

Los compromisos militares, en absoluto, estaban explícitos. Realmente se trataba de eludir por vía diplomática los motivos de confrontación armada. De aquí que el entorno militar del Tratado de Tordesillas funcionara como un telón de fondo en sentido negativo. Cómo tendrán que ser las relaciones entre los tres reinos para que, de hecho, no se provoquen una intervención militar?

El éxito del Tratado consistió precisamente en la eliminación del evidente riesgo de guerra. El Tratado buscaba la paz, a sabiendas de que la paz estaba amenazada. El Tratado, en definitiva, acogió la noticia del descubrimiento del Nuevo Mundo como oportunidad para la garantía de unas buenas relaciones en tiempos nuevamente difíciles.

El ilustre medievalista español, Luis Suárez Fernández, en la *Presentación* de una excelente reproducción facsimil del Tratado, debida al Servicio de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia del documento original en portugués, que se terminó de imprimir en Madrid el

día veintiocho de febrero de 1973 ⁽¹⁾, veía de este modo el problema de las relaciones entre los reinos peninsulares:

“El monopolio portugués sobre las rutas de Africa había venido pesando sobre las relaciones entre ambas monarquías peninsulares a lo largo del siglo XV con alternativas entre la acritud y la amistad según soplaban los vientos de las relaciones entre los soberanos. De hecho, la posesión de las Canarias menores — y el derecho reconocido por el concilio de Basilea sobre el resto del archipiélago — aseguraba a los castellanos un punto de apoyo en el camino hacia Africa y América mucho tiempo antes de que ésta fuera descubierta. Pero el avance sistemático de los lusitanos hacia el Sur de Africa ponía en tela de juicio el acceso de los mercaderes asentados a orillas del Guadalquivir a los pingües mercados del continente negro.”

El problema de Castilla, en términos militares, consistía en dar o no dar apoyo armado a los mercaderes andaluces que se disponían a surcar las aguas atlánticas hacia el sur. Pero el descubrimiento de América por Cristóbal Colón — concretamente la noticia del hallazgo de tierras dada por el marino genovés, sucesivamente a uno y otros soberanos en Lisboa y en Barcelona con unos cuarenta días de diferencia —, en principio, complicaba las cosas y hacía tener nuevas tensiones.

Lo que se perturbaba de nuevo era la aplicación de la paz acordada en Alcaçovas tras la guerra de sucesión a la Corona de Castilla (1475-1479). El afán de los tres soberanos implicados en el futuro Tratado de Tordesillas del 7 de junio de 1494 — Juan II de Portugal, Isabel I de Castilla y Fernando II de Aragón — volvía a ser eludir a toda costa la reproducción de conflictos armados entre ellos, aunque éstos se produjeran a miles de millas de sus territorios patrios. Y «la capitulación para la partición del mar Océano» les parecía a todos el mejor camino para salvaguardar sus relaciones en paz y en armonía también en las nuevas circunstancias.

(1) SUAREZ FERNANDEZ, Luis. — *Tratado de Tordesillas. Presentación*. Reproducción facsimil. Servicio de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia. (Madrid, febrero 1973.)

SUAREZ FERNANDEZ, Luis. — *Los Reyes Católicos. El tiempo de la guerra de Granada*. (IV. Se suspenden las Tercerías.) Ediciones Rialp. (Madrid, 1989.)

Había una cuestión pendiente, las Tercerías (*), que agudizaba las tensiones en la misma raya de Portugal y de España y mantenía en armas a pequeños núcleos de caballeros atentos a imprevisibles catástrofes sucesorias en una u otra monarquía respectivamente, a cuenta de los Braganza en Portugal y a cuenta de los partidarios de la Beltraneja en Castilla. El historiador Luis Suárez Fernández ha explicado la situación previa al Tratado de Tordesillas en su estudio *Los Reyes Católicos. El tiempo de la guerra de Granada*. IV. «Se suspenden las Tercerías», con estas palabras:

“Para la reina Isabel, portuguesa de sangre y de educación el tratado de Alcaçovas no estaba destinado a ser únicamente la etapa final de una difícil cuestión sucesoria, sino a servir de cimiento para unas relaciones con Portugal que deseaba íntimas y amistosas, precisamente porque las otras fronteras, pirenaica y mediterránea, contenían gérmenes de conflictos que no podían ser soslayados. Por eso se habían hecho concesiones generosas, más allá de lo que a los andaluces convenía, en las navegaciones atlánticas.”

No se reducía, pues, para Isabel de Castilla el entorno militar de las relaciones con Portugal a la previsible guerra de Granada sino que alcanzaba frontalmente al conflicto con Francia, en su esencia, un conflicto aragonés. Pero Suárez Fernández sigue diciendo:

“Para el príncipe heredero de Portugal, don Joao, que sucedería a su padre el 28 de agosto de 1481, la cuestión era otra. Gracias a las Tercerías, la Casa de Braganza, que consideraba como enemiga, había llegado a tener en su poder dos preciosos rehenes, como eran su propio primogénito y la mayor de las hijas de los Reyes Católicos. Juan II necesitaba deshacer las Tercerías... Los

(*) TORRE, A. — *D. Manuel de Portugal y las tercerías de Moura*. Revista Portuguesa de História (V). (Coimbra, 1951.)

CORDEIRO DE SOUSA, J. M. — *Notas acerca de la boda de Isabel de Castilla con el príncipe Afonso de Portugal*. RABM (1954).

monarcas castellanos estaban dispuestos a sustituir las Tercerías por otras formas de seguridad."

El retorno a las hostilidades con participación castellana por causa de un problema interno portugués no era, pues, una fantasía de los agoreros sino una seria amenaza que convenía aminorar. Y esto es lo que hicieron los Reyes Católicos cuando recibieron las últimas noticias del drama.

"El duque de Braganza fue decapitado el 29 de junio de 1483... y la desaparición de las Tercerías y el oscuro drama de represalias que se produjo inmediatamente después no alteraron las relaciones pacíficas entre Portugal y Castilla ni invalidaron los acuerdos de Alcaçovas, complementados con los más recientes de Avis... Se aplicaron con todo rigor las cláusulas del tratado de Alcaçovas, en especial las que prohibían navegar a Guinea y las que regulaban el comercio."

En definitiva, desde antes del descubrimiento por antonomasia de Cristóbal Colón, lo importante para Isabel y para Fernando — atentos al conflicto anexionista del reino nazarí de Granada — era eludir a toda costa que una parte de sus súbditos, los mercaderes andaluces, les acercaran a las intrigas internas portuguesas en terrible fase de agudización y les reclamaran el apoyo militar a sus pretensiones económicas. Lo inteligente era mantener abiertas las posibilidades de nuevos pactos con Portugal que conservaran a Castilla simplemente presente en un lugar estratégico frente a las costas de Africa.

Y es en estas consideraciones donde se nos revela, una vez más, el entorno militar del Tratado de Tordesillas. La diplomacia castellana actuó por inercia para evitar todos y cada uno de los conflictos (o de los litigios) que pudieran engendrarse entre españoles y portugueses. De no procederse inmediatamente a una negociación diplomática se reproducirían las disputas, primero por causa de los derechos de los mercaderes para, inmediatamente pasar a las luchas entre los soldados de sus respectivas escoltas y, finalmente, a los combates en los lugares de las guarniciones fijas que cada uno de los Reinos se obligara a establecer.

1. EL INTERÉS MUTUO POR LA ALIANZA

Luis Suárez Fernández, al desbrozar la documentación existente en los archivos, nos ha recordado que incluso durante la anterior guerra sucesoria, que los castellanos vinculan a los derechos al trono de Juana la Beltraneja, hubo conflictivas expediciones por mar donde los incidentes llegaron a ser graves.

“Muy significativamente, los Reyes Católicos asumieron en 1477 la soberanía de las Canarias, reservando a los Perazas, súbditos de sus reinos, el señorío de las menores y reivindicaron un andén litoral entre los cabos de Num y de Bojador — los valles del Draú, Num, Mesa y Sus —, en donde ya existía una pequeña guarnición permanente en la Torre de Santa Cruz. Cuando se firma la paz de Alcaçovas en 1479 el tema africano ocupa un primer plano. Castilla aceptó el monopolio portugués y no hubo ninguna protesta por las drásticas medidas adoptadas por el Príncipe Perfecto para mantenerlo. Tenía Canarias y la puerta de Africa hacia las misteriosas pistas carabaneras del oro y esto parecía bastante.”

El observador actual de los hechos puede percibir, si tiene interés por los aspectos militares de aquella política internacional de intereses mutuos, lo atinado del espacio que hace ya cinco siglos los Reyes Católicos consideraron suficiente para su monarquía: la incorporación del archipiélago canario en su plenitud y una presencia (no sólo simbólica) en la costa sahariana. Nótese que esta presencia — por ejemplo en Ifni, léase Santa Cruz de Mar Pequeña — ha llegado hasta el último tercio del siglo XX. Pero en relación directa con lo acordado en Tordesillas deberá caer en la cuenta que lo que seguía en pie era la finalidad apaciguadora por parte de los reyes, de las ambiciones de sus súbditos, que contenía el Tratado.

Tras la noticia del descubrimiento colomino — que en absoluto fue guardada con sigilo —, lo prudente para los Reyes Católicos era mostrarse sumamente partidarios de la continuidad entre Alcaçovas (1479) y Tordesillas (1494), aunque fuera cediendo en la segunda negociación parte de lo conseguido del Papa Alejandro VI en la Bula *Inter Coetera* de 4 de

mayo de 1493, es decir, «el monopolio de las navegaciones al Oeste de una línea meridiana trazada sobre el Océano». Hoy sabemos que este desplazamiento no era solo sobre las aguas, como erróneamente pensaban los Reyes Católicos, pero aún siendo así resulta claro que los monarcas españoles estaban dispuestos a ceder en aras de lo que había de interés mutuo en una alianza más amplia.

Lo que peligraba a comienzos de 1494 era la paz hispanoportuguesa y lo que mejor podía ser sostenido en Tordesillas era una interpretación equilibrada del monopolio comercial que no diera oportunidades a la entrada en liza de los restantes reinos cristianos. Y así desde la temprana fecha del 19 de marzo de 1489, Fernando e Isabel, habían confirmado a Juan II la plena vigencia de todo lo pactado en Alcaçovas en lo relativo a Africa. Consecuentemente, habían sostenido la rigurosa prohibición a los marinos andaluces de navegar al sur del cabo de Bojador. Las desobediencias por parte de los españoles, que las hubo, acarrearón violencia, pero nunca fueron respaldadas ni toleradas por Fernando e Isabel.

Las tensiones entre los súbditos de ambos reinos podían, pues, reproducirse y agigantarse. Por eso era necesario un gesto que subrayara lo esencial: la voluntad política de los soberanos en pro de la amistad recíproca de los reinos.

“Desde 1488 — lo documenta perfectamente Suárez Fernández — aparece una voluntad clara de constituir con Portugal, Inglaterra y Borgoña, un bloque de alianzas cuyo refuerzo no se concibe de otro modo que a través de lazos dinásticos. Este bloque estaba dirigido, indudablemente, contra Francia.”

La política internacional de los Reyes Católicos era compleja y nada fácil.

“Con Portugal se trata de asegurar la fachada atlántica. Con Inglaterra, de consolidar el comercio de Bristol. Con los Habsburgos, de las relaciones con Brujas y Amberes... La de Portugal fue la primera de las bodas concertadas.”

El objetivo — un bloqueo diplomático de la monarquía francesa — era en su raíz un objetivo aragonés antes que castellano. Pero los dos, Fernando e Isabel, se habían fijado como meta el aminoramiento de la fortaleza de Francia en los alrededores de la península italiana. Y era bueno, para mejor alcanzar esa meta, que los esfuerzos militares de los Reyes Católicos se proyectaran a uno y otro flanco del Estrecho de Gibraltar, hacia la Berberia de Levante, en la frontera de los reinos musulmanes de Fez y de Tremecen y hacia la Berberia de Poniente, en la costa sahariana.

“El Tratado de Tordesillas — opina Suárez Fernández en el Tomo de su historia sobre los Reyes Católicos que dedica a La Expansión de la Fe (3) — coincide con uno de esos máximos en la atención de Castilla hacia los problemas africanos, a uno y otro lado del Estrecho de Gibraltar. Ante todo se alegaba, la defensa de la Cristiandad contra el Islam; pero sobre todo, se busca la expansión, le crecimiento... En Tordesillas los negociadores portugueses reconocieron que Melilla y Cazaza entraban en la zona de expansión castellana.”

Naturalmente que los Reyes Católicos decidieron, entonces, después de serios preparativos, demorar la empresa de Melilla hasta que la situación en Italia permitiera el envío de tropas. Pero se volvería sobre ello y desde luego, Isabel la Católica en su *Testamento* (4) se esforzaría en seguir impulsando lo que consideraba una excelente estrategia.

“La logística — después de Tordesillas — resultaba lo más importante. Muy sigilosamente, D. Pedro de Estopinan, contador mayor en la Casa de Medinasidonia, reunió un ejército de 5000 peones y alguna fuerza de caballería, que embarcó en las naves que se estaban preparando para llevar a Colon por tercera vez a América... En la noche del 17 al 18 de septiembre de 1497, los

(3) SUAREZ FERNANDEZ, Luis. — *Los Reyes Católicos. La expansión de la fe.* Ediciones Rialp. (Madrid, 1990.)

(4) *Testamento de Isabel la Católica.* Archivo General de Simancas. (Valladolid, 22 abril, 1944.)

soldados desembarcaron en la península que constituye la vieja Melilla... Melilla pasó a incorporarse a la Corona de España."

Esta referencia a la presencia española en Melilla, análoga en la intención a la ocupación total del archipiélago canario, hay que enmarcarla en la atmósfera del Tratado de Tordesillas porque entre el primero y el tercero de los viajes de Colón los Reyes Católicos no modificaron ni un ápice su política exterior ni se atrevieron a pensar que lo americano era más importante para los intereses de su monarquía que lo que sobre Africa se había pactado en Tordesillas.

El entorno militar del Tratado de Tordesillas alcanzó su vértice más alto de peligrosidad después del primer viaje de Colón y antes del tercero, es decir, cuando había un máximo de efervescencia proamericana.

"En la segunda mitad del año 1493... los Reyes Católicos se mostraron firmes respecto a Portugal. Para evitar una acción armada contra la flota de Colón—Suárez se refiere al segundo viaje—se decidió también movilizar la «armada de Vizcaya». Su presencia en Cádiz—seis naves al mando de Iñigo de Artieda, gruesas, muy adecuadas para la guerra—podía justificarse como de vigilancia del Estrecho y las costas granadinas... pero desde Portugal se entendía que eran una amenaza potencial en caso de acciones militares."

Y tenían razón los portugueses... «lo cierto era—concede Suárez Fernández en sus comentarios a la aportación documental debida a D. Juan Pérez de Tudela y D. António Rumeu de Armas—⁽⁵⁾ que los negociadores castellanos y portugueses no estaban contemplando la ruta de América sino como una parte de la negociación africana». El interés mutuo por la alianza hispanoportuguesa seguiría puesto en Africa por algo más de una década.

(5) PEREZ DE TUDELA, Juan.—*La Armada de Vizcaya*. (Valladolid, 1973.) Ver *El Tratado de Tordesillas y su proyección*. T. I. págs. 33-92.

RUMEU DE ARMAS, A.—*España en el Africa Atlántica (I)*. (Madrid, 1956.)

2. LA CRISIS DE LA PRIMAVERA DE 1493

Desde la recepción en Lisboa y en Barcelona de la noticia del hallazgo de tierras en ultramar, es decir, en lo que debió denominarse el «extremo occidente», estaba claro que habían de negociarse de nuevo los derechos de cada parte. La clave de la distensión radicaba en el logro de una nítida separación de las dos áreas de influencia: la africana y la americana. La crisis estaba abierta desde la primavera de 1493 con el revuelo provocado por tres acontecimientos de muy diferente orden: 1) las bulas alejandrinas, 2) el rearme de las tripulaciones en lo que sería el segundo viaje de Cristóbal Colón y 3) la arribada a Cádiz de la «armada de Vizcaya». Pero, en absoluto, era una crisis nueva.

“En el verano de 1490, a punto de celebrarse la boda que habría de hacer de la primogénita de los Reyes Católicos una futura reina de Portugal, se insinuó ya la idea de resolver las disputas por medio de un arbitraje que ejercerían el general de los agustinos y el inquisidor Torquemada.”

Luis Suárez Fernández apunta la transcendencia de algo ocurrido dos años antes del descubrimiento quizás con la intención de expresar que, ya entonces, estaba patente el afán de los pescadores castellanos por obtener beneficios de sus faenas al sur del cabo de Bojador. Pero lo verdaderamente decisivo para la apertura de la crisis hispanoportuguesa de la primavera de 1493 será la audaz iniciativa de Fernando II de Aragón en pro de la obtención de una bula pontificia — la *Inter Coetera* de 4 de mayo —, con la que el Papa Alejandro VI privilegiaba a los Reyes Católicos en el monopolio de las navegaciones al Oeste de una línea meridiana. Se trata de un segundo monopolio respecto al primer monopolio portugués.

La primera de las llamadas bulas alejandrinas tenía pretensiones de carácter militar, no en sí misma, sino en cuanto ponía en el primer plano unas pretensiones de paz basadas en la vieja fórmula del distanciamiento de las rutas que iban a surcar hacia las Indias Orientales, junto a Africa, los portugueses y hacia las Indias Occidentales, mar adentro, los españoles. Tenía, pues, la intención de evitar los enfrentamientos entre las flotas. Pero lo curioso del sistema radicaba en su fundamento teórico medieval.

Fernando el Católico se amparaba en una doctrina que los especialistas, como Paulino Castañeda, llaman «teocracia pontifical». Las tierras pobladas por infieles tenían como señor natural al Papa, formaban parte del patrimonio de S. Pedro, y el Pontífice podía delegar en un príncipe cristiano su natural señorío siempre que éste se aplicara a la evangelización de los «indios».

En realidad el argumento había servido para legitimar en la Península Ibérica el empeño reconquistador de Portugal, Castilla y Aragón y también para imaginar una prolongación de la reconquista al otro lado del Estrecho de Gibraltar. El reino musulmán de Fez, por ejemplo, venía siendo contemplado como un territorio cuyo retorno a la Cristiandad vendría como consecuencia de una transferencia de soberanía a favor del reino de Portugal. Pero la primera bula alejandrina iba además en otra dirección: inauguraba un modo nuevo de partición de las aguas del Océano Atlántico. Si el modo anterior, el del Tratado de Alcaçovas, dividía los espacios según una línea paralela al Ecuador, el nuevo modo de entenderse ahora se pretendía fuera según una línea meridiana.

Actualmente, en la perspectiva de 1994, hay que insistir en lo esencial para los soberanos peninsulares de aquel tiempo: una política común que aminorara el coste de los esfuerzos de orden militar que Castilla y Aragón tenían comprometidos en otros escenarios. En particular, la reina de Castilla, Isabel I, era consciente del notable adelantamiento de las naves portuguesas en las artes náuticas pero era, también, capaz de concebir para Castilla una acelerada mejora de las suyas para otras expediciones ultramarinas si éstas tenían la fortuna de ser exclusivamente aplicadas en un espacio acotado. Castilla quería navegar, pero prefería hacerlo sin entrar en conflicto con Portugal. ¿Pero cómo lograrlo, después del descubrimiento de América?

La negociación que culminó en Tordesillas —y que puso fin a la crisis de las relaciones internacionales hispanoportuguesas— tenía que ser una negociación más técnica que política. De aquí que quedara por ambas partes encomendada a diplomáticos, científicos, expertos, pilotos y cartógrafos en una pieza mejor que a notables aristócratas o funcionarios reales. No se negociaría una paz, ni siquiera una tregua sino la materialización

de una actitud que alejara el estallido del conflicto en cualquiera de estos tres escenarios:

- a. el escenario de la llamada «raya de Portugal», de tan infeliz memoria en los años de la guerra de sucesión de Castilla.
- b. el escenario de las «costas saharianas», particularmente al sur del trópico de Cáncer, reactivado en las jornadas mismas del primer y decisivo viaje de Colón hacia poniente.
- c. el escenario de las «tierras descubiertas y por descubrir» en el extremo occidental del Océano.

Los tres diplomáticos y los tres expertos de cada parte, al igual que el ineludible secretario de cada delegación, soslayaron los aspectos militares: concretamente la irrevocable decisión de los Reyes Católicos de realizar un segundo viaje si fuera preciso a viva fuerza. Y así el 7 de junio de 1494 el nuevo acuerdo estaba siendo coronado con lo que hoy tenemos que reconocer era un éxito. Incluso si prescindimos, como juzga Luis Suárez Fernández, del dato de que las famosas cien leguas de la bula *Inter Coetera* eran sólo una firme base para negociar y no una postura que debía ser defendida a toda costa por los miembros de la delegación española, tenemos que decir algo más: en términos diplomáticos el éxito fue portugués.

Pero, en definitiva, Castilla salvó el criterio que más necesitaba salvar — su derecho a la libre navegación en régimen de monopolio — a cuenta de permitir un desplazamiento de la línea de demarcación que, más tarde, se revelaría esencial para darle legitimidad plena a la presencia portuguesa en Brasil muchas más leguas aún hacia poniente de las 370 estipuladas en Tordesillas. Y para la obtención del derecho a la libre navegación en régimen de monopolio es para lo que, tanto el segundo viaje de Colón como el despliegue de la armada de Vizcaya, se habían de realizar con el respaldo de una fuerza de soldados y de marineros.

“Los historiadores — es el comentario sensato de Luis Suárez Fernández — han prestado probablemente una atención excesiva al desplazamiento de la línea de demarcación hasta 370 leguas al Oeste de Cabo Verde — la cual permitiría a Portugal instalarse en Brasil — y poca atención a las ganancias castellanas, Melilla, Cazaza y un más amplio litoral en Berbería de Poniente. En aquellos momentos la importancia de América era completamente descono-

cida, la de Africa, frente al aprovisionamiento para el oro — y el oro era la obsesión en los albores del mercantilismo —, no ofrecía dudas. Los Reyes Católicos creyeron hacer un trato justo al obtener, a cambio de una mayor holgura para los navegantes portugueses, puertas más amplias a su penetración en Africa."

Esta equilibrada interpretación del Tratado — que era una interpretación de cuño fernandino o aragonés — es lo que expresa lo que verdaderamente se firmó en Tordesillas el 7 de junio de 1494 y se ratificó en Arévalo el 2 de julio cuando ya se había vencido la crisis de la primavera de 1493. Desde ella el Tratado de Tordesillas queda excelentemente situado entre los instrumentos análogos en el ámbito del derecho internacional. El Tratado de Tordesillas obtuvo la paz que buscaba y acertó a hacerlo poniendo al servicio de esa paz técnicas muy precisas que hubieran podido ser verificadas en la época en que se firmó. Portugal, Castilla y Aragón sacaron rendimiento a la situación creada por las Bulas Alejandrinas y demoraron durante un tiempo la competencia de los demás reinos cristianos en las Indias Occidentales.

El original castellano en seis hojas de papel de pliego entero, escritas de ambas partes — así la descubrió Rosario Parra, siendo Directora del Archivo de Indias ⁽⁶⁾ —, se encuentra actualmente en el Archivo de la Torre de Tombo de Lisboa. El Príncipe D. Juan lo ratificó en Arévalo en la fecha citada y su padre, el Rey Juan II lo hizo en Setúbal el 5 de septiembre esta vez en portugués en cuatro pliegos de vitela. Este último texto es el que pasó a los Reyes Católicos y el que hasta 1785 permaneció en el Archivo de Simancas (Valladolid) año en el que se decidió su incorporación al sevillano Archivo General de Indias.

Por parte española han trabajado con ambos originales en 1825 D. Martín Fernández de Navarrete ⁽⁷⁾ para la redacción de su «Colección de Viajes y Descubrimientos», D. Manuel Giménez Fernández ⁽⁸⁾, más recien-

⁽⁶⁾ PARRA, Rosario. — *Tratado de Tordesillas*. Servicio de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia. (Madrid, 1973.)

⁽⁷⁾ FERNANDEZ DE NAVARRETE, Martín. — *Colección de viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles*. (Madrid, 1825.)

⁽⁸⁾ GIMENEZ FERNANDEZ, Manuel. — *América, isla de Canaria por ganar*. (Sevilla, 1955.)

Las bulas alejandrinas de 1493 referentes a las Indias. (Sevilla, 1944.)

temente, en 1944 para el apéndice documental de sus «Nuevas consideraciones sobre la historia, sentido y valor de las Bulas Alejandrinas de 1493, referentes a las Indias», D. Alfonso García Gallo ⁽⁸⁾, entre 1957 y 1958 para su estudio «Las Bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansión portuguesa y castellana en Africa e Indias» y antes que los historiadores últimamente citados D. Vicente Llorens Asensio ⁽¹⁰⁾ en 1915 para su denso artículo «Dos bulas de Alejandro VI sobre la posesión de las Indias y división del mundo».

El entorno militar del Tratado de Tordesillas no es fácil de percibir en la letra de los documentos originales pero sí en los comportamientos efectivos que se siguieron de la doble ratificación. Debe servir de botón de muestra la más que notable diferencia entre la composición civil del primer viaje de Cristóbal Colón en las carabelas Santa Maria, Pinta y Niña y la fuerte participación militar en el segundo viaje, que decrecerá absolutamente en el tercero.

Otra diferencia cualitativa — muchas veces comentada — puede establecerse sobre la ausencia de sacerdotes y religiosos en el viaje del primer descubrimiento y la generalizada inquietud evangelizadora del segundo, también aminorada en el tercero. Y es que esta segunda diferencia respecto a la primera diferencia — la militar — realza la revitalización del principio teocrático pontifical en ambos reinos (Portugal y Castilla) mejor que el éxito diplomático de la pacífica repartición de los linderos del Mar Océano. Lo que les une — el ideal de la evangelización — importa más que lo que les divide — el rumbo hacia el que deben navegar.

La coyuntura de los preparativos del tercer viaje — el primero que se prepara en plena vigencia del Tratado de Tordesillas — exigía una plena transparencia entre las partes porque — y he aquí lo nuevo —, a los dos reinos más implicados, Portugal y Castilla, les ocurre que tienen por evidente la amenaza de una afluencia a la navegación atlántica de otros soberanos.

(8) GARCIA GALLO, Alfonso. — *Los orígenes de la administración territorial de las Indias*. (Madrid, 1944.)

Las bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansión portuguesa y castellana en Africa e Indias. (Madrid, 1958.)

(10) LLORENS ASENSIO, Vicente. — *Dos bulas de Alejandro VI sobre la posesión de las Indias y división del mundo*. (Madrid, 1915.)

La paz de Tordesillas — es decir, la voluntad política de soslayar los conflictos bilaterales — vendrá, se dice en el Tratado de Tordesillas, si D. Fernando y D.^a Isabel no envían navíos a la parte de levante de la línea derecha del polo a polo a 370 leguas de las islas de Cabo Verde, ni el Rey de Portugal a la parte de poniente.

Ahora bien, «si cualquiera de ellos hallase tierras en la parte del otro, deberán entregárselas». Porque la paz deseable se adelantaría, de hecho, si en un plazo de diez meses quedara marcada la línea por dos o más carabelas enviadas a Gran Canarias y a Cabo Verde con pilotos competentes, astrólogos y marineros experimentados. Para facilitar las cosas — se insiste.

“El Rey de Portugal concede autorización para que los navíos castellanos puedan atravesar la zona portuguesa en su ruta hacia poniente, pero sin detenerse a explorar.”

Finalmente se creyó, acertadamente, que la paz quedaría mejor consolidada si se añadía este criterio cronológico para lo ocurrido antes del día 20 de junio, último día de la primavera de 1494.

“Si los navíos castellanos descubriesen tierras, dentro de las primeras 250 leguas, éstas quedarían para el Rey de Portugal; y si estaban dentro de las 120 leguas siguientes hasta las 370 leguas concertadas, quedarían para los Reyes de Castilla y Aragón.”

3. EL USO PORTUGUÉS DEL SIGILO DE LOS DESCUBRIMIENTOS

El análisis comparativo de la composición de los tres viajes colombinos sobre el telón de fono del período anterior a Tordesillas, del período negociador propiamente dicho y del período posterior arroja extraordinaria luz sobre el signo más o menos militar de la coyuntura a la que sirvió el Tratado. Conviene, pues, reconsiderar algunos extremos.

La etapa colombina de grandes viajes mezclaba dos ilusiones contrapuestas: la ilusión portuguesa de llegar a la India mediante el costeo del continente africano (propio del infante D. Enrique, cuyo primer paso había

sido la conquista de Ceuta en 1415) y la ilusión castellana de extenderse a cuenta del Islam fuera de la Península Ibérica por las dos Berberías, la de levante (Melilla) y la de poniente (Santa Cruz de Mar Pequeña). Pero al mezclarlas en una solución nueva, la que llamaríamos después americana, tentaba a los castellanos al abandono de su ilusión ya hecha patente en el Tratado de Medina del Campo (1431): dejar para Castilla, sin escándalo portugués, el espacio costero entre Ceuta y el río Muluya. En Alcaçovas (1479) la ilusión castellana había ido — lo señala el catedrático Ramón Ezquerro Abadía ⁽¹¹⁾ todavía más lejos de lo que se formularía en Tordesillas.

“Los Reyes Católicos reconocieron a Portugal «la conquista del reino de Fez y la posesión y casi posesión en que están en todos los tratos, tierras y rescates de Guinea con sus minas de oro, e qualesquier otras islas, costas, tierras descubiertas e por descubrir, falladas o por fallar, islas de la Madera, Puerto Sancto e Deserta, e todas las islas de Cabo Verde...» exceptuando las islas Canarias... que quedaban para Castilla.”

Se había concertado, pues, sólo entre los reinos peninsulares cristianos, un sigiloso reparto que no convenía hacer público ni siquiera a la Santa Sede. Giménez Fernández explica en otros términos no demasiado diferentes la oposición por parte de los Reyes Católicos e los planes de Colón entre 1485 y 1491. Esta oposición — un verdadero sigilo diplomático — «procedía de los escrúpulos de conciencia de la reina, dirigida por Fray Hernando de Talavera, su confesor, por no violar los acuerdos de Alcaçovas y el juramento prestado».

Lo cierto es que hasta las capitulaciones del 17 de abril de 1492 en el campamento granadino de Santa Fe, los Reyes Católicos no cambian de actitud. Es allí donde se le otorgan a Colón por primera vez beneficios «en satisfacción de lo que ha descubierto en las mares oceánicas» y se da el título de «señores de las naves oceánicas» a los mismos Reyes Católicos.

⁽¹¹⁾ EZQUERRA ABADIA, Ramón. — *Génesis del descubrimiento. La etapa colombina* (Historia General de España y América. Tomo VII.) Editorial Rialp. (Madrid, 1982.)

Se seguía, pues, dentro de un sigilo diplomático que todavía permitía una réplica a la protesta portuguesa. El resto del Océano — todo lo que no era la ruta costera africana — empezaba a ser considerado, a instancias de los protectores de Colón, además de las Islas Canarias, «res commune», es decir, bien común, mar libre, al alcance del navegante más audaz de manera unilateral por parte de los soberanos españoles.

“Por lo tanto — son palabras de Ezquerra Abadía en su estudio La etapa colombina — se preveía un inevitable conflicto con Portugal. Pero en 1492 se había concluido la conquista de Granada y aparecían otros factores que colocaban a los Reyes Católicos en condiciones de afrontar la hostilidad portuguesa, rota la armonía traída por la boda de su hija Isabel con Alfonso, único hijo legítimo de Juan II y muerto a poco del matrimonio en 1491.”

La etapa colombina de descubrimientos se abría, pues, tras la desgracia del matrimonio de príncipes, con una amenaza de reapertura de hostilidades. Pero el sigilo permitió — o mejor dicho, la sorpresa del primer viaje — la desmilitarización de la empresa. Nada se había estipulado tampoco en sentido misionero. No participaba ningún eclesiástico sino sólo un alguacil de la Armada, Diego de Arana, curiosamente primo de la cordobesa Beatriz Enriquez de Arana, madre del hijo del descubridor, Fernando, que había nacido en agosto de 1488.

El sigilo brilla por su ausencia durante los preparativos del segundo viaje. El riesgo de confrontación no había hecho más que crecer por causa de las cinco bulas pontificias tantas veces aireadas: 1) *Inter Coetera I*, de 3 de mayo de 1493, donde Alejandro VI requiere del Rey Fernando la conversión de las gentes descubiertas y concede a perpetuidad la propiedad, soberanía e investidura de tales tierras «que no estén sujetas a otro príncipe cristiano y sin perjuicio de éste»; 2) *Inter Coetera II*, quizás de 28 de junio, donde se habla de las cien leguas al oeste de las Islas Azores y Cabo Verde «no poseidas por otro príncipe cristiano antes del día de Navidad de 1492» (que es la verdadera bula de partición); 3) *Piis fidelium* de 24 de junio; 4) *Ondum siguidem* de 26 de septiembre (que, en realidad se refieren estrictamente a concesiones a los religiosos respecto a la creación de

iglesias) y 5) *Eximae devotionis* de 3 de mayo (que apenas se aparta de lo pastoral).

Estábamos en la crisis más peligrosa de todas porque, además, estas tres últimas bulas dejaban caer la especie de que era permisible la llegada de los españoles hasta la India — concretamente la verdadera India — siempre que navegaron exclusivamente hacia occidente.

Las bulas, sin duda alguna, eran el desencadenante de una crisis militar que se agudizaba — lo observa Ezquerria Abadía —, porque «se referían personalmente a Fernando e Isabel, como reyes de Castilla y León y a los herederos de éstos, no a sus reinos». El conflicto tendía a producirse a nivel dinástico entre los soberanos de Portugal y de Castilla, nunca de Aragón porque «éste reino — se venía a decir — no tenía intereses ni derechos en el Atlántico, ni frente a Portugal».

Esta es la inquietante atmósfera — previa a Tordesillas —, donde se impone, sin sigilo alguno por parte de Castilla, el segundo viaje de Colón. Bartolomé de las Casas dirá del organizador por excelencia de la expedición, que fue el arcadiano de Sevilla, luego obispo de Badajoz, Córdoba, Palencia y Burgos, Juan Rodríguez de Fonseca «que era muy capaz... para congregiar gente de guerra, para armadas por la mar, que era más oficio de vizcainos que de obispos».

“Se limitó el número de expedicionarios a 1000 de los que 800 serían combatientes, lo que indica — escribe Ezquerria — propósito de conquista o para resistir a los caribes; pero hubo tal entusiasmo por alistarse que se calculan entre 1200 y 1500, quizás más bien lo primero; muchos hidalgos y soldados con la esperanza de enriquecerse deprisa, continuando las guerras de la Reconquista.”

No importa mucho aclarar si el potencial militar de este segundo viaje iba o no dirigido contra los caribes. La flota zarpó en los preliminares de las reuniones de Tordesillas, el 25 de septiembre de 1493 desde Cádiz. Colón, «en el primer viaje había descubierto islas, ahora buscaría las dos «tierras firmes». Y como ya disponía de la bula de partición, siguió un rumbo más al sur que en aquel.

Cuando Cristóbal Colón decida desde las Antillas el segundo regreso a España a finales de 1495, todo está consumado en Tordesillas. Lo curioso de su conducta había sido, en lo esencial, dejar establecidas fortalezas en diversas comarcas no se sabe bien si exclusivamente para prevenir ataques de indios. Zarpó de allá el 10 de marzo de 1496 y llegó a Cádiz exactamente el 11 de junio.

Portugal había cuidado mucho mejor que Castilla el sigilo de sus descubrimientos. Lo ha explicado J. Cortesao en su *Descubrimientos portugueses* (Lisboa, 1960) ⁽¹²⁾ y lo ha reiterado Armando Cortesao en su artículo *Don Joao e o tratado de Tordesillas* ⁽¹³⁾ (Valladolid, 1973).

"Manuel de Portugal, que había sucedido a Juan II en 1495 continuó la política del secreto más riguroso en sus exploraciones... Pero al no haberse practicado ninguna política de sigilo, los descubrimientos de Castilla eran universalmente conocidos."

Esta observación, que debemos a Suárez Fernández, tiene mucha importancia para entender el estilo de los preliminares del tercer viaje colombino hacia las Américas.

"La decisión que a Fernando e Isabel correspondía asumir era la de si podían o querían poner a contribución sus recursos diplomáticos y de poder militar para prohibir a otros la navegación por estas rutas... La importancia del tercer viaje de Colón y su lamentable final sólo puede entenderse bajo esta perspectiva... Colón necesitaba consolidarse en el dominio de las islas por él descubiertas antes de que fuera demasiado tarde."

La negociación portuguesa habida en Tordesillas, que el Papa Julio II confirmó en beneficio del Rey Manuel por la bula *Ea quae pro bono pacis* del tardío año de 1506, había de ser hábilmente conducida y tenazmente aplicada a la posibilidad del uso de la ruta hacia la India por el atlántico meridional.

⁽¹²⁾ CORTESAO, Jaime. — *Os descobrimentos portugueses*. (Lisboa, 1960.)

⁽¹³⁾ CORTESÃO, Armando. — *Don Joao e o Tratado de Tordesillas*. (Valladolid, 1973.)

"Si se hubiera descubierto el Brasil antes de 1492 —concluye ahora Ezquerria Abadía—, hubiera bastado a Juan II alegarlo en Tordesillas para detener las bulas favorables a los Reyes Católicos o al menos la de Partición: si hubo descubrimiento secreto sería tras el primer viaje de Colón."

El sigilo, siempre mejor guardado por Portugal que por Castilla, obligaba a los firmantes de Tordesillas a seguir intentando la exclusión de toda penetración extranjera en sus respectivos ámbitos. Es lo que se refleja en las nerviosas jornadas del tercer viaje de Colón:

"Se proyectaba que fueran 330 personas a sueldo, entre soldados marineros, labradores y artesanos e incluso mujeres, pero hubo muchas dificultades para el reclutamiento y para la financiación. Partió la flota de San Lúcar de Barrameda el día 30 de mayo de 1498 y para evitar a unos barcos franceses, se dirigió a Madeira y luego a Canarias... Navegó al sur en busca de tierra firme en las regiones ecuatoriales, supuestamente más ricas, como le habían asegurado Ferrer y Juan II, éste durante las negociaciones de 1493... Tocó en las islas de Cabo Verde."

El correcto funcionamiento del Tratado de Tordesillas, sin problemas militares a la vista, se confirmaba con el arribo de la flota portuguesa de Vasco de Gama a la India Oriental en las mismas fechas del tercer viaje colombino. La escuadra había zarpado en julio de 1497 dos años después de la muerte de Juan II de Portugal. Vasco de Gama había llegado a Calicut el 20 de mayo de 1498 y un año después, el propio Rey D. Manuel el Afortunado daba la noticia a los Reyes Católicos.

Portugal estaba logrando su objetivo prioritario tal como lo tenía proyectado: el comercio en exclusiva con los príncipes del Indostán. Castilla quedaba en gran parte defraudada por el hallazgo colombino de lo no esperado por el navegante. La evolución, nada deseada por él, de los acontecimientos le acabaría induciendo hacia unos propósitos que repugnaban a los Reyes Católicos: el envío sistemático de barcos cargados de indios para ser vendidos como esclavos en Andalucía.

“En contraste — sigue diciendo Ezquerria Abadía —, los portugueses habían logrado una clara idea sobre el camino de la India, cuyos resultados se aguardaban con enorme expectativa. A un lado, pues, la tensión esperanzada de Lisboa; al otro, la paralización de los descubrimientos españoles.”

El entorno militar y diplomático de los acuerdos de Tordesillas quedaban clarificado. Lo que, de momento, hará Castilla a partir de los últimos años del siglo XV será dejar la cuestión americana reducida a términos de unas capitulaciones para el «rescate», todavía no para la «conquista». Se concederán licencias a quienes audazmente y a sus expensas se ofrezcan a ir a descubrir, según el modelo de la capitulación que recibió Alonso de Ojeda antes de zarpar el 18 de mayo de 1499 «para descubrir islas e tierra firme a la parte de las Indias».

Esta solución, aparentemente final, distanciaba los objetivos de Castilla en las Indias Occidentales de las relaciones conflictivas con Portugal en la ruta clásica hacia las Indias Orientales. En definitiva, los hechos adversos a Cristóbal Colón, favorecían la distensión pretendida tanto por los Tratados de Alcaçovas y de Tordesillas como por su desarrollo. Se confiaba, merced al sigilo de los nuevos descubrimientos, en el mantenimiento del monopolio ibérico. Sólo la apertura de una nueva situación — me refiero a las grandes conquistas de Méjico y del Perú — crearía condiciones nuevas que, en absoluto, dejaron indiferentes a los demás reinos europeos.

Miguel Alonso Baquer

PARA UMA LEITURA GEOESTRATÉGICA
DE TORDESILHAS

Themudo Barata

PARA UMA LEITURA GEOESTRATÉGICA DE TORDESILHAS

Foi longo, muito longo, o caminho que levou Portugal até Tordesilhas. O percurso durou séculos e houve que vencer etapas difíceis para atingir esse cume do nosso trajecto histórico como nação independente. Quero com isto dizer que o Tratado é o coroamento dum esforço ininterrupto de sucessivas gerações, primeiro, para conseguir, depois, para defender e, por fim, para garantir a Portugal a sua plena liberdade e autonomia.

Com efeito, analisado numa ampla perspectiva histórica, Tordesilhas é o zénite duma trajectória — duma aposta de independência — iniciada três séculos e meio antes pelo passo rebelde e atrevido de D. Afonso Henriques. Então, a independência era não somente frágil como, na verdade, muito incompleta, pois cheia de pontos fracos, de ameaças e de sujeições. Quem ler as linhas e entrelinhas do texto habilmente negociado por D. João II verá dele emergir, com indiscutível nitidez, Portugal como a grande potência marítima da época, contrapondo-se com vantagem à Espanha, a potência terrestre, em formação ainda, e que se iria afirmar, apenas, algumas décadas depois.

Mas, que factores geopolíticos e geoestratégicos se reuniram para que, no cenário europeu daquele final do século XV, Portugal conseguisse tal posição de vanguarda? Analisarei, apenas — e muito brevemente —, quatro dos que me parecem mais relevantes.

Como factor base que é de qualquer estudo geopolítico, começemos pelo território.

Já nos primórdios da nacionalidade, o terreno, a conquista do espaço suficiente, havia sido a tarefa primeira e mais urgente. E tarefa tão difícil que veio a prolongar-se por dois séculos. Melhor, por dois séculos e meio, pois, de facto, a delimitação do território português só ficou consolidada quando aceite pelo vizinho, em 1297, através do Tratado de Alcanizes.

De facto, durante todos esses tempos, o que esteve em jogo não foi apenas a conquista pela conquista de mais uns bocados de terra. O móbil de todas as lutas e esforços era conseguir que do pequeno embrião do Condado Portucalense — frágil como todo o germe e condenado como ele a morrer, caso se não desenvolva — se viesse a passar quer para uma área suficiente, quer também para uma configuração territorial que desse solidez e viabilidade ao propósito duma vida própria. Tal solidez — e, sobretudo, a sua viabilidade futura — implicava, como corolário, que a linha de fronteira conseguida obedecesse a dois requisitos básicos: ser, tanto quanto possível, natural; e garantir, à nova pátria, uma individualidade bem definida e com papel específico no contexto peninsular.

Desde os primeiros momentos, esta dupla preocupação é clara no espírito do Rei Fundador. Com efeito ela está bem traduzida, por um lado, na velocidade que imprimiu à sua corrida para Sul, e, por outro, no seu esforço constante contra o estreitamento a que, ora Leão ora Castela, o queriam forçar. A velocidade permitiu-lhe apossar-se de Lisboa. A sua tenaz luta contra o afunilamento do jovem reino tornou possível — e, diria, natural — a conquista posterior do Algarve e, com ela, o domínio de toda a faixa atlântica e a posse dos seus melhores portos de mar, com realce para o de Lisboa.

Embora não seja agora a oportunidade para desenvolver a análise (e tentar a demonstração) desta tese, lembrarei, contudo, que o tratado que D. Dinis viria a assinar deve ser lido tendo presente este verdadeiro objectivo nacional que norteara já a acção de todos os seus antecessores.

A título de exemplo, recorde-se o cuidado especial que mereceu a D. Afonso Henriques, e depois a D. Sancho I, a manutenção de Bragança. E tinham boas razões para isso. Na realidade, se este vértice caísse, o Condado veria perigosamente reduzida a sua área, face à matriz leonesa; e a desproporção e o peso desta diferença esmagá-lo-iam, o que, a prazo, conduziria à sua fácil e progressiva absorção pelo reino de que nascera.

Acresce que, em tal hipótese, a sua frente de ataque e de futura progressão para sul do rio Douro estreitaria muito. O seu limite do lado de terra ficaria a oeste da serra da Estrela. Em consequência, no seu avanço para sul dificilmente ultrapassaria a margem direita do Mondego.

Mas ganha a batalha respeitante a uma largura indispensável, lembremo-nos como foi dura e persistente aqueloutra que se travou em torno da

posse de Almeida e das terras de Ribacoa. Aqui, a disputa parecia ir contra o que, na época, surgia como a evidente fronteira natural — a serra da Estrela. Contudo, para o espírito — ou, talvez, mais exactamente, para o instinto nacional — dos nossos primeiros reis, mais forte do que esta evidência geográfica comandava-os um imperativo doutra ordem: — a aposta dum povo de vir a ser pátria. Por isso, logo intuíram que aceitar o que na altura surgia como mais sensato, mais pragmático e mais seguro, era matar o seu sonho. E, como sempre, mesmo quando tal pareça impossível, se há um desejo sincero e claramente afirmado, tem de haver uma solução para o concretizar — há que apostar, porque o sonho se conseguirá. Hoje, basta-nos olhar um mapa para compreender a importância dessa sua aposta. De facto, sem esse pequeno avanço de alguns quilómetros, a fronteira de Castela seguiria sempre encostada à serra e ter-se-ia criado uma cunha profunda, cujo vértice, no caso de não atingir o mar, deixaria, quando muito, livre a Portugal uma estreita faixa entre o oceano e o troço final do Tejo. Quer isto dizer que, mesmo no caso, pouco provável, de termos podido manter a posse de Lisboa, não é de admitir que tivéssemos chegado ao Algarve.

Vem quanto antecede para concluir que, naqueles séculos, XII, XIII e XIV, o território que serviu de alicerce à construção da Casa Lusitana, pela sua dimensão, pela sua localização e por não ter sido partilhado, de imediato garantiu a Portugal a independência — e, depois, abriu-lhe boas perspectivas futuras. Ou seja: nas suas dimensões era suficiente e bem delimitado; a sua localização era boa, pois lhe proporcionava as condições de vida e de segurança, então, necessárias; ao excluir, na prática, do litoral atlântico, o seu vizinho castelhano, ficou sem concorrente. Por outras palavras, ficaram traçadas duas vocações distintas para os dois reinos peninsulares.

No que toca a este último ponto, parece não oferecer dúvida que Castela cada vez mais se foi virando para o continente europeu e para o jogo de conflitos e interesses de que era palco o velho mar Mediterrâneo. E tanto mais acentuadamente quanto mais se firmava a norte e mais avançava para se assenhorear da parte sul da Península. Pelo contrário, Portugal, com uma fronteira marítima enorme para tão reduzida superfície (pouco profundo, portanto), e com as suas melhores terras junto ao litoral, teve de desenvolver as potencialidades que o mar lhe conferia. Não quero,

apenas, referir-me à actividade piscatória e ao aproveitamento dos seus muitos e bons portos para atrair a navegação costeira que, num intenso vaivém, ligava o Norte da Europa com Marrocos e o Mediterrâneo. Nem sequer ao estreitamento de relações, primeiro comerciais e, logo a seguir, de amizade e mútua ajuda com os outros povos ribeirinhos do Norte da Europa. Penso, sobretudo, na natural procura de maior segurança e defesa: isto é, dos indispensáveis amigos que o apoiassem a vencer as guerras e ameaças vindas de Castela.

Com efeito, se o território português estava, na Península, particularmente bem posicionado para definir a nossa vocação marítima, no quadro europeu ele surge como o nosso grande trunfo — o nosso atraente dote — na busca dum aliado, dum casamento vantajoso, pois a isso se reduzem sempre as alianças entre estados. O que importa ao escolhê-lo é fazer uma escolha acertada, não se deixando enganar por apetites ou dificuldades de ocasião. É que a aliança será efémera — e, por vezes, prejudicial — quando se trata duma conveniência oportunista, dum fugaz entendimento entre pessoas, da passageira atracção ideológica ou, até mesmo, da necessidade de luta contra inimigos comuns. Pelo contrário, as alianças duradouras têm por alicerce projectos de vida paralelos e coincidência profunda de interesses vitais. E, no caso dos estados, elas têm nas características e potencialidades dos seus territórios uma das suas bases mais seguras — senão mesmo, a mais firme.

Lembremos a nossa aliança circunstancial com os Cruzados, que nos ajudou a conquistar Lisboa e a povoar e desenvolver algumas zonas recém-incorporadas no reino.

Pouco depois, foi assim que começou também o nosso especial entendimento com a Inglaterra. Anos volvidos, quando se ajustou e subscreveu a hoje secular Aliança, o valor da nossa localização já era muito importante. Todavia ainda estava oculto o filão mais rico do enorme potencial geoestratégico e geopolítico da «ocidental praia lusitana». Este só foi descoberto com o início das navegações — e, sobretudo, após os frutos que delas começaram a surgir.

Com efeito, logo que os portugueses começaram a traçar rotas largas e seguras no oceano, as suas águas deixaram de ser obstáculo invencível para o homem — o mar passou a unir e não a separar os povos, no dizer de Pessoa. E, com tal salto na vida da humanidade, este nosso rectângulo de

já apetecida faixa marítima europeia passou a inigualável base atlântica da nova era intercontinental que se anteava.

A princípio, porém, dessas viagens apenas vinham as notícias pouco excitantes do achamento de ilhas desabitadas e de novas terras, numa sucessão monótona que parecia não ter fim. Ilhas e terras onde vivia gente estranha, atrasada e de difícil contacto. Viagens cheias de perigos e de naufrágios e das quais retornávamos, é certo, com troféus significativos, mas que, pelo seu pequeno valor, se despertavam admiração não aticavam a cobiça de estranhos nem nos davam mais riqueza ou maior poder.

Contudo, algumas décadas depois, começam a surgir os primeiros proventos materiais de valia. As naus trazem, além de alguns produtos exóticos e de venda fácil, o ouro da Mina. A notícia dum novo tesouro descoberto corre o mundo. Ao porto de Lisboa afluem navios estrangeiros, cada vez em maior número. Cresce o volume de trocas, cresce o ouro nos cofres reais e os armazéns da Ribeira não param de encher. Sente-se que o pólo da vida europeia se começa a transferir do Mediterrâneo para o Atlântico. O conhecimento destas novas realidades alvoroça o mundo ocidental. E para a sua divulgação contribuem activamente os nossos reis, com o propósito evidente de, ao exibirem grandeza e força, e ao exaltarem os feitos de Portugal, reforçarem o nosso posicionamento no contexto europeu. Como exemplo bem significativo, recorde-se a viagem ao Levante determinada por D. João II e que nos relata Garcia de Resende.

Com as primeiras descobertas e viagens aumenta muito, sem qualquer dúvida, o valor geopolítico e geoestratégico do território português. Contudo, o que o fará atingir o seu potencial máximo será a certeza trazida por Bartolomeu Dias de que fora encontrada a passagem para as Índias. Na prática, em nada altera esta situação o anúncio feito por Colombo da existência dumas ilhas, pobres e selvagens, para ocidente. A Espanha, em 1492, acabara de unificar-se. Tinha, agora, alguns portos, a sul, bem localizados. Mas, o caminho para a Índia não partia dali, nem passava pelas águas que lhe foram deixadas em Alcáçovas e depois definidas pelo acordo de Toledo — documentos nos quais já estava a mão firme do Príncipe Perfeito.

Um segundo aspecto que jogava a favor de Portugal, naquele ano de 1494, era a coesão interna e a motivação da sua população.

Era recente, muito recente, a unificação espanhola. Completara-se apenas dois anos antes. Então, como escreveu o Professor Ângelo Ribeiro,

«em vez de se falar de Castela, de Aragão, da Catalunha, de Valência, de Granada, passa-se a falar de Espanha» (in «História de Portugal», edição de Barcelos, pág. 204). E acentuarei que só então passou a existir a Espanha, contra os dois séculos que Portugal já levava de definição das fronteiras do reino.

No nosso caso haviam-se sucedido mais de seis gerações, depois que caíra Silves. Acresce que a grande massa da população já se havia começado a fundir, quase desde o início da nacionalidade. E não unicamente pelo natural entrosamento de casamentos entre habitantes dum mesmo país, mas mais fortemente ainda pela sedimentação no seu espírito dum comum património de valores. Muito em particular pela consciência de unidade que cria e desenvolve a luta e morte em combate, num mesmo exército, para defender a sua casa, os seus bens — afinal, a sua terra que passa a ser olhada e sentida cada vez mais como um todo, um grande espaço único de liberdade, delimitado pelas fronteiras terrestres. Por outras palavras, Portugal já era uma pátria com alguns séculos de existência quando os Reis Católicos conseguem definir a casa única espanhola.

Importa destacar, ainda, que dentro desta nossa já velha fronteira vivia um povo sem diferenças étnicas — perfeitamente fundido, portanto —, quer no seu tronco, quer nas suas características. Genética e culturalmente tínhamos uma invulgar coesão rácica. Para esta realidade contribuíamos, de modo decisivo, a unidade linguística. E o português já era língua adulta, bem diferenciada, com gramática própria, poetas e escritores de qualidade e múltiplas obras publicadas.

Pense-se, agora, na precaridade dos laços que uniam, na restante Península, as diversas gentes que tinham acabado de ficar sob o ceptro dos Reis Católicos. Eram várias as línguas, grandes as suas diferenças étnicas, e não apenas distintos como, por vezes, rivais os seus percursos históricos. Estava bem fresca, ainda, a memória de lutas e conflitos entre os vários reinos agora integrados num só. Aliás, houve que esperar até 1512 para que, oficialmente, Navarra se tornasse parte da Espanha. E, apesar de extinto, o reino de Granada deixara marcas profundas e duradouras numa região onde governara durante séculos e onde a civilização árabe atingiu um esplendor sem paralelo na Península. Isto é, a unidade espanhola estava a dar os primeiros passos: por isso, como qualquer ser que nasce, era muito frágil, nesses seus anos iniciais.

Enquanto, pois, Portugal, demograficamente, constituía uma unidade já bem consolidada, a Espanha — agora, muito maior tanto em superfície como em gente — era um estado à procura dessa fusão, que nunca se processa por decreto. São precisas sempre algumas gerações para eliminar complexos, apagar diferenças e gerar o novo cidadão da nova pátria. É que além do tempo que a natureza requer para fazer o amálgama de raças, de costumes e de tradições, uma pátria só tem existência real se tem a unir os seus habitantes um mesmo projecto de vida. E, no caso espanhol, este projecto era mediterrânico para alguns, atlântico para outros, poucos, e continental para os restantes.

Todos sabemos que, na cena internacional, o poder de um país não é uma função linear e exclusiva do número dos seus habitantes. Este dado conta — e é importante, sem dúvida. Todavia, tratando-se de homens, o potencial demográfico, se depende da quantidade, não se reduz a esta. Há que analisar a qualidade, nas suas múltiplas facetas. Já vimos como é relevante o factor da coesão. Deixarei de lado outros aspectos menores para este caso, como a sua capacidade física e intelectual, o seu espírito de sacrifício, nível civilizacional e valores ético-religiosos, pois, quanto a todos eles, eram muito semelhantes portugueses e espanhóis. Já o mesmo se não pode dizer no que concerne à motivação — estado de espírito que, fazendo convergir sobre uma tarefa a vontade e todas as forças de qualquer homem, potencializa as suas capacidades e o leva a superar-se e a realizar aparentes impossíveis. Traduz-se na sensação nova e estranha de liberdade e plenitude. O dinamismo da motivação pressupõe, portanto, aceitar riscos porque se confia em si próprio, na solidariedade dos que o rodeiam e na competência dos que mandam. Reforça-se com o êxito dos sucessivos resultados conseguidos.

Analizando, a esta luz, o passado recente dos dois países ibéricos, nas vésperas de Tordesilhas, logo ressaltam muitas e grandes diferenças.

A Espanha atravessava um período de profundas transformações e dificuldades, como é sempre, aliás, o tempo de gestação duma nova entidade política. O inesperado sucesso da viagem de Colombo e o casamento das duas coroas de Aragão e Castela faziam-na balançar-se entre o seu tradicional pendor mediterrânico e as novas perspectivas que se lhe abriam de se tornar, também, uma potência atlântica. Recuando um pouco, de há um século para cá procurava construir uma difícil unidade e harmonia

interna, tanto entre os vários reinos como dentro destes, muitos deles gravemente afectados por longas guerras e militarmente enfraquecidos. Pela sua especial importância lembremos o caso de Castela, negativamente marcada pelo insucesso das suas lutas com Portugal e que atravessava um período de repensar o seu exército — período longo mas bem frutuoso, pois dele nasceria a vitoriosa infantaria espanhola dos séculos XVI e XVII.

Retrata bem esta situação a atitude diferente de Portugal e de Espanha no intervalo de 90 anos. Primeiro, em 1383-85, embora não o conseguindo, era Castela que se sentia superior — e com força — para anexar Portugal. Em Toro, os papéis invertiam-se e seria D. Afonso V a tentar, sem êxito, tornar-se rei de Castela.

Note-se, porém, que se, no primeiro caso, a derrota teve para Castela consequências de descrença em si — e, logo, foi desmotivadora — em 1475, ao sair vencido da batalha, Portugal estava já empenhado noutro projecto que o absorvia e, pode dizer-se, até, o deslumbrava. Daí que a população se entregasse apaixonadamente às descobertas e às viagens marítimas e tivesse tomado como um incidente de percurso o passo infeliz do seu rei.

Aliás, desde o ano anterior, o ainda Príncipe D. João passara a dirigir as expedições, um tanto adormecidas desde a morte do Infante. E não só a dirigir-las como a impulsioná-las vigorosamente.

O sentido de segurança e de superioridade que, naturalmente, reinava no espírito de todos os portugueses vinha dar-lhe quer uma coesão rara quer uma confiança absoluta nos chefes que os haviam conduzido desde as horas difíceis, e sem aparente saída, que antecederam Aljubarrota, ao apogeu de pioneiros duma nova era. Ou seja, do receio de deixarem de ser livres e senhores do seu destino no pequeno rectângulo europeu às certezas maravilhosas das novas terras descobertas.

Deste sobre-humano esforço ainda estavam por vir as dores, as desilusões, a face negra, enfim. Era a hora do sucesso, do deslumbramento, do não regatear sacrifícios — de nada temer.

Um outro aspecto merece também referência. Posso, talvez, intitular-lo de capacidade realizadora.

Como é evidente, a gesta dos Descobrimentos não foi obra do acaso, nem sequer da teimosia, visionária e feliz, do Infante D. Henrique. Sorte e persistência — ninguém o nega — são sempre necessárias para vencer as

grandes batalhas da vida. Mas não bastam. Como escreveu certa vez Napoleão em carta dirigida a Madame de Rémusat, para vencer é preciso, antes, conhecer e calcular bem, e em todos os seus pormenores, a tarefa e as suas probabilidades de êxito e, depois, então, fazer exactamente que aconteça aquilo a que chamamos sorte. Pois, logo acrescenta, a sorte será sempre um mistério para os espíritos medíocres, mas torna-se uma realidade para os espíritos superiores. É que se trata, afinal, de pesar, na justa medida, todos os factores — de que só poucos são capazes.

Quero com isto dizer que o extraordinário empreendimento das Descobertas só foi possível porque, em Portugal, se reuniu, naquela época, uma plêiade de homens superiores. E lembrar também que pôr de pé tal empreendimento exigiu, e pressupõe, a reunião de um vasto leque de informações e de conhecimentos científicos. Isto é, havia que saber muito e saber fazer tudo muito bem.

Portugal atravessava o período áureo da sua história. Saíra da tremenda crise de 1383-85 galvanizado pelas vitórias e pela figura tutelar de Nun'Álvares. Sem demora, mercê da sua nova e estreita ligação à Inglaterra e da segurança e prestígio internacional alcançados, viu abrirem-se-lhe as portas dos mais importantes centros de poder e do pensamento europeus. Basta recordar as viagens do Infante D. Pedro e o aparato real com que foi, por exemplo, recebido na Alemanha; a cultura do rei D. Duarte, patente nos seus escritos; e o cuidado posto por D. João I em chamar e acolher bons mestres e gente avisada para apoiar a sua corte.

Em síntese, se o Infante de Sagres é o rosto e o símbolo dos Descobrimentos por ser, na altura, o «homem do leme», esta maravilhosa aventura foi obra e resultado da acção conjunta duma vasta equipa cultural e científica, que obteve, reuniu e, em seguida, transformou num «produto novo», e secreto na sua composição e manufactura, uma ampla gama de conhecimentos. Para tal, serviu-se de coisas já sabidas ou aprendidas, aqui e ali, e das novas soluções tecnológicas e científicas que a própria experiência e um estudo aprofundado iam criando. Foi assim no campo da construção naval, na arte de navegar, no conhecimento da cartografia e da orientação astronómica e, logo depois, no artilhamento dos barcos e das fortalezas, para apenas citar algumas das áreas mais significativas.

Parece fora de dúvida que se Colombo, por exemplo, sabia, como nós, navegar (ou o aprendera connosco), julga-se, também com alguma certeza,

que não só ele, como em geral os estrangeiros — em especial os conselheiros dos Reis Católicos —, todos ignoravam elementos essenciais da geografia do Globo, já na posse dos portugueses.

Designei este aspecto de capacidade realizadora, e não somente de avanço tecnológico e científico, porque considero que ele não pode abstrair-se do estado de espírito colectivo então existente: uma população coesa e motivada e uma excelente elite política, na qual aquela confiava e se revia. Era esta unidade perfeita, e tão difícil de obter como de repetir, que levava os homens a embarcar sem reservas para o desconhecido — e tanta vez para o naufrágio. E os chefes, com o rei à frente, a empenhar o seu prestígio — e os seus cabedais — numa empresa que no presente «consumia vidas e fazendas» mas que, não o duvidavam, era o caminho certo para Portugal.

Em resumo, a nação como um só homem preparara-se e desejava viver aquele risco.

O último dos aspectos que pretendo focar é o da existência duma estrutura política forte.

Já forte do antecedente na sua organização e, depois, particularmente forte na sua chefia com D. João II, um rei experiente, hábil e incontestado, que tomou em suas mãos firmes a condução directa dos grandes assuntos nacionais — e, em concreto, o de Tordesilhas.

Com efeito, desde há um século, o longo reinado do fundador da dinastia de Aviz e o seu indiscutível prestígio haviam dado já a Portugal, não só no campo militar mas também no administrativo, a configuração dum estado moderno. De Aljubarrota saíra um exército nacional. Quanto ao aparelho do estado, o vazio criado pela saída de grande parte da nobreza permitiu-lhe promover nova gente a posições de relevo. As novas condições criadas e o mais fácil e mais estreito relacionamento com a Inglaterra e o Norte da Europa desenvolveram a actividade comercial e originaram o surgir duma nova elite social.

Durante os 48 anos do seu feliz reinado, D. João I fortaleceu o poder real e ligou-o mais intimamente ao povo, tanto através da frequente reunião das cortes como pela presença de representantes que aquele mantinha no seu conselho. Monarca clarividente e de invulgar bom senso, o Rei de Boa Memória soube rodear-se de hábeis legistas e bons burocratas. Como exemplo, aponte-se que foi no seu tempo, e por sua iniciativa, que o Doutor João

Mendes começou a tarefa que seu neto concluiria — as Ordenações Afonsinas. E acrescenta-se que, na continuação do impulso por ele dado, os seus sucessores puderam associar a este monumental código jurídico o chamado «Regimento de Guerra» e os seus dois anexos (Regimento dos Coudéis e dos Anadéis), o que bem demonstra como, também na área militar, era perfeita a organização do País.

Quando, depois de alguns anos de efectiva participação no governo, D. João II ascendeu ao trono, Portugal era, pois, sem dúvida, um estado possuidor duma já sólida e bem estruturada ossatura política. O rei conhecia muito bem a máquina governativa que lhe cabia passar a dirigir. E conhecia-a quer nas suas virtualidades, quer nas suas limitações e fraquezas. Sem demora, e com a inteligência e a precisão que todos lhe reconhecem, tratou de eliminar estas vulnerabilidades. Teve êxito, reforçando, assim, a eficiência daquela e o seu próprio poder.

Logo, desde 1474, o Príncipe Perfeito se revelara um chefe excepcional em visão e firmeza, ao imprimir um novo impulso — o rumo certo — às viagens e descobrimentos marítimos, um tanto frouxos e indefinidos após a morte do Infante. Só isto já lhe merecia o cognome que o imortalizou. Contudo, o que faz dele a figura central do célebre Tratado foram a segurança, a subtilidade e a habilidade reveladas nas duras negociações com Isabel e Fernando, reis de craveira política semelhante à sua.

Ao apontar os méritos de D. João II e as alturas a que se elevou, não se pode esquecer, porém, a boa qualidade do aparelho político e administrativo português, e que o serviam elementos de grande valia. Basta, para o comprovar, o segredo que se conseguiu manter, quer durante a conduta das negociações, quer acerca dos resultados e perspectivas das viagens marítimas já feitas. Só uma estrutura coesa, esclarecida e extraordinariamente eficaz podia tornar-se assim impenetrável aos variados agentes estrangeiros.

De qualquer forma, foi D. João II quem conduziu pessoalmente todo o processo que veio a desembocar no tratado. E processo que começou a comandar desde muito antes, num traçado sinuoso que só ele bem conhecia. Tais diligências levaram-no, primeiro, em 1477, a Alcáçovas. Depois, já com novas coordenadas, a Toledo, em Março de 1480. Finalmente, e após uma série de jogos e pressões, inclusive de ordem militar, a Tordesilhas, em 7 de Junho de 1494. Em síntese, sem D. João II Tordesilhas não teria sido possível.

Ensinam a resistência dos materiais e a acústica que, quando as vibrações fazem coincidir os seus batimentos, se verifica uma elongação anormal nos respectivos movimentos e sons. Conhecem bem este efeito os militares, pois já determinavam os velhos regulamentos que, ao passar nas pontes, a tropa desacertasse o passo, evitando-se, assim, que a coincidência dos batimentos dos pés pusesse em risco a segurança da estrutura.

Penso ser esta a melhor imagem para concluir quanto pretendi dizer.

Há cinco séculos existiam especiais condições geopolíticas e geoestratégicas para Portugal se impor no cenário europeu — e, então, a Europa tinha clara supremacia científica e tecnológica em relação aos restantes continentes.

A comandar os destinos de Portugal estava um chefe de rara capacidade e que conseguira ter nas suas mãos todo o poder dum estado cujas potencialidades conhecia. Daí o ter sido possível explorá-las até ao máximo da sua sinergia.

Themudo Barata

AS BANDEIRAS IGNORAM O TRATADO DE
TORDESILHAS E AMPLIAM
O ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Max Justo Guedes

AS BANDEIRAS IGNORAM O TRATADO DE TORDESILHAS E AMPLIAM O ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Distingue tempora et concordabis iura.

Introdução

Para o perfeito entendimento do tema a ser cuidado neste trabalho, faz-se indispensável, uma vez mais, a lembrança de que o Tratado de Tordesilhas fixou a fronteira oeste do Brasil antes mesmo do seu Descobrimento. Se obedecida a letra do célebre acordo, teria ele hoje subtraídos de sua superfície uns seis milhões de quilômetros quadrados e ficaria reduzido a bem menos de um terço do atual território.

Múltiplas foram as motivações e ações que levaram os luso-brasileiros, nos séculos XVII e XVIII, notadamente, a burlarem a raia manietadora para assegurar a posse de território teoricamente de jurisdição castelhana. Descontadas ou esquecidas tais motivações, as invasões foram plenamente justificadas, pois, desde o século XVI, os espanhóis, no Oriente, haviam-se apossado de ilhas e até arquipélagos posicionados no hemisfério lusitano; isto foi expressamente escrito por Tomé de Sousa quando considerou, em contrapartida, a cidade de Assunção localizada em terras da Coroa portuguesa: «Parece-nos a todos que esta povoação está na demarcação de V. A. e se Castela isto negar mal pode provar que é Maluco [as Ilhas Molucas, reivindicadas pelos espanhóis] seu» ⁽¹⁾. Foge ao nosso propósito insistir nas falsificações cartográficas que se originaram nas reivindicações que deixariam nossas fronteiras sem demarcações até dias bem próximos. Como curiosidade, apenas, observemos o desenho do Brasil numa carta

⁽¹⁾ CARTA de Tomé de Sousa a D. João III, Salvador, 1.º de Junho de 1553. In: DIAS, Carlos Malheiro. *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litographia nacional, 1924. v. 3. p. 364-6.

Original encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, gav. 18, m. 8, nº 8.

atlântica de 1726, desenhada por Manuel dos Santos Rapozo em «Lisboa Ocidental»; nela, boa parcela do território hoje uruguaio e a foz do Rio da Prata estão na mesma longitude de Belém (Pará) próximo à qual sabidamente, passava o marco tordesilhano. Isto não obstante haver sido elaborada após a célebre dissertação do maior geógrafo da época, Guillaume Delisle, «Determination Geographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre», apresentada à Academia Real das Ciências (Paris) em 24 de novembro de 1720 ⁽²⁾, na qual e no mapa-múndi que a acompanhava (impresso em 1722), a linha de Tordesilhas cruzava o litoral riograndense, bem mais a leste, portanto, do que na carta de Manuel Rapozo ⁽³⁾.

Não é de admirar, assim, a suposição de Tomé de Sousa de estar a capital paraguaia «muito perto de São Vicente» e não dever passar de cem léguas a distância entre as duas povoações ⁽⁴⁾, estando os espanhóis usurpando terras portuguesas.

É sabido que a iniciativa da penetração territorial, feita embora sem qualquer caráter oficial ou reivindicatório, coube a Aleixo Garcia que, com alguns náufragos seus companheiros, partiu da atual costa paranaense e chegou às povoações incaicas dos contrafortes andinos, cerca de 1522 ou 1523. Embora sua proto-bandeira tenha sido, no retorno, dizimada pelos guaranis abriu passo para todas as mais que, a partir de então, se organizaram desde o nosso litoral sul.

São Vicente tornou-se, logo no seu início, mercado de escravos; tão cedo quanto 1528, Diogo Garcia de Moguer contratou com os portugueses Gonçalo da Costa, genro do famoso Bacharel de Cananéia, a compra ou o transporte, para a Península Ibérica, de avultado número de escravos indígenas que este e seus apaniguados, apoiados pelos aliados tupis, apresavam, a princípio nas regiões próximas ao porto paulista, mas, na sequência,

(2) A dissertação de Delisle foi publicada na obra:

ALEXANDRE de Gusmão e o Tratado de Madrid. Documentos organizados e comentados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1951, t. 1. parte 3. doc. 38. p. 206-21.

(3) Sobre a renovação dos estudos carto-geográficos em Portugal, veja-se:

Ibid., t. 1. parte 1. p. 273-91.

(4) *Op. cit.* na nota (3). p. 366.

Na realidade, a distância é bem superior ao dobro da imaginada pelo nosso primeiro governador-geral.

foram progressivamente ampliando estas atividades predatórias em direção ao Rio Paraná.

Fundada Assunção (1537) aumentou-se o comércio, passando os espanhóis ali residentes a serem, igualmente, fornecedores das *peças* indígenas, conforme os depoimentos insofismáveis de Utz Schmidl e Tomé de Sousa: «Achci que os de São Vicente se comunicavam muito com os castelhanos [de Assunção] e tanto que na alfândega de V. A. [D. João III] rendeu este ano cem cruzados de direitos das cousas que os castelhanos trazem a vender» ⁽⁵⁾. Buscando impedir a progressão espanhola, o governador proibiu terminantemente («com grandes penas») tal comunicação e fundou a Vila de Santo André, de molde a guardar o caminho utilizado ⁽⁶⁾.

Não pensava assim o governador paraguaio Domingos Irala que, além da já fundada Ontiveros (1554), determinou a criação de Ciudad Real (1557), esta no Rio Paraná, junto à foz do Pequeri; algo mais tarde, surgiu Vila Rica, no Ivaí, em pleno território hoje paranaense. No dizer de Rui Dias de Gusman (1608), eram «escala e passagem do caminho do Brasil» ⁽⁷⁾, evidenciando a tentativa castelhana de chegar, por aquela via, ao litoral brasileiro, sendo lógica a preocupação de Tomé de Sousa. Principiava a disputa pelos limites meridionais do Brasil que os portugueses queriam no Rio da Prata e os seus vizinhos não concediam além da Cananéia.

A Província Jesuítica do Paraguai

Fundada, pelos jesuítas, a casa de São Paulo de Piratininga (1554), logo Nóbrega verificou estar ali o «caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão» das quais tinha boas informações: não comiam carne humana, as mulheres andavam cobertas e «em suas guerras com estes da costa» (os tupis) somente defendiam-se ⁽⁸⁾. O informante sobre estes silvícolas, certamente guaranis, foi Antonio Rodrigues, soldado português que participara da fundação de Buenos Aires e Assunção, ingres-

⁽⁵⁾ *Op. cit.* na nota ⁽¹⁾.

⁽⁶⁾ *Op. cit.* na nota ⁽¹⁾.

⁽⁷⁾ DIAZ DE GUSMAN, Rui. *La Argentina* livro 3. cap. 3.

⁽⁸⁾ PARA el-Rei D. João. In: NOBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil: 1549-1560*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Gráfica, 1931. p. 144-5.

sando depois (1553) na Companhia de Jesus; coube-lhe incentivar Nóbrega a iniciar a catequese daquele gentio, que só não se deu (1555) por oposição do Provincial Luís da Grã, temeroso de enfraquecer a evangelização brasileira e de Tomé de Sousa, por razões semelhantes ⁽⁹⁾.

Fracassada nova tentativa, em 1568, pelas turbulências que grassavam entre os indígenas, duplamente pressionados por espanhóis e portugueses, a idéia vingou em 1584, já unidas as duas Coroas sob Felipe I: naquele ano, o Geral Aquaviva autorizou o Visitador Padre Cristóvão de Gouveia a enviar jesuítas para missionar no Paraguai; tal permissão coincidiu, conforme mostrou Jaime Cortesão, com a tentativa de incrementar o intercâmbio comercial entre Buenos Aires e Santa Fé com os portos brasileiros e o pedido, de lá partido, para o envio de padres para o bispado de Tucumã. À testa de ambas as iniciativas estava D. Francisco Vitória, titular da diocese de Tucumã, português de nascimento; a acolhida favorável das autoridades civis e religiosas da Bahia propiciou a partida de alguns jesuítas, sendo deles superior o Padre Leonardo Armínio. Assaltados os dois barcos em que viajavam por Withrington e Christopher Lister, corsários ingleses (10 e 11 de janeiro de 1587), foram despojados das mercadorias e obrigados a seguir na conserva dos apesadores até os 41° S e, só então, liberados, com apenas alguma farinha e cinco pipas de água, pelo que, com muitos sofrimentos e dificuldades de tripulantes e passageiros, alcançaram Buenos Aires e Córdoba de Tucumã ⁽¹⁰⁾.

Uma surpresa ali aguardava os religiosos: desde o início do ano a missão pertencia ao Peru e já nela estavam dois jesuítas de lá oriundos, Francisco Angulo e Alonzo Barzana. Insatisfeito, o Superior Armínio regressou ao Brasil, permanecendo apenas o português Ortega, o catalão Saloni e o irlandês Fillds que logo foram empregados na catequese e assistência aos índios e espanhóis da vasta província Paraná-Paraguai.

⁽⁹⁾ Sobre o Padre Antonio Rodrigues e a sua experiência de soldado antes de ingressar na Companhia de Jesus veja-se:

LEITE, Serafim. *Páginas de história do Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1937. p. 117-22. (Série Brasileira, v. 93.)

Na sequência, o historiador publica a carta do Irmão Antonio Rodrigues, São Vicente, 31 de maio de 1553, dirigida ao Colégio de Coimbra.

⁽¹⁰⁾ CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. p. 74-7.

GUEDES, Max Justo. Robert Withrington e Christopher Lister — Bahia (1587). In: HISTÓRIA naval brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. v. 1. t. 2. p. 493-6.

Tão bem correu a atividade missionária que Aquaviva decidiu, em 1604, desmembrá-la do Peru, fazendo de Tucumã, Paraguai e Chile província independente. Foi designado para dirigí-la o Padre Diogo de Torres que reuniu, em 1607, a primeira Congregação Provincial e, no final de 1609, deu início às primeiras reduções no Guairá concretizadas em julho de 1610, nelas atuando logo os Padres José Cataldino e Simão Masseta ⁽¹¹⁾.

Esgotamento das Fontes Próximas

Naquele início do século XVII, crescia no Brasil a necessidade de mão-de-obra para atender à agroindústria do açúcar, em rápida e notável expansão. Se o comércio de africanos ia, aos poucos, sendo organizado e ganhando proporções, principalmente em razão da forte oposição que os padres jesuítas, desde o início de sua presença no Brasil, fizeram à escravização do gentio — veja-se o *Diálogo sobre a Conversão do Gentio* (1556-7) e *Caso de Conscientia* (1557), ambos do Padre Manuel da Nóbrega — não era ele suficiente ou não dispunham os colonos de meios para dele servirem-se. O recurso continuou a ser o índio, trocado ou apresado em guerra justa ou, mas freqüentemente, provocada e até — este o caso das bandeiras — sem qualquer razão ou título ⁽¹²⁾.

Sabemos que a escravização do silvícola vinha dos primórdios da colonização; em São Paulo, que mais de perto nos interessa, João Ramalho e seus mamelucos foram poderosos abastecedores do litoral e Pero Correia (depois jesuíta) e Pascoal Fernandes grandes mercadores; o último possuía barco empregado no tráfico e abastecia-se na costa de Santa Catarina que, já em 1550, estava sendo despovoada pela ação predatória de paulistas e seus aliados tupis. Além deste rumo sul, marítimo, havia a penetração para o sudoeste, em direcção ao Guairá, campo de ação de numerosos

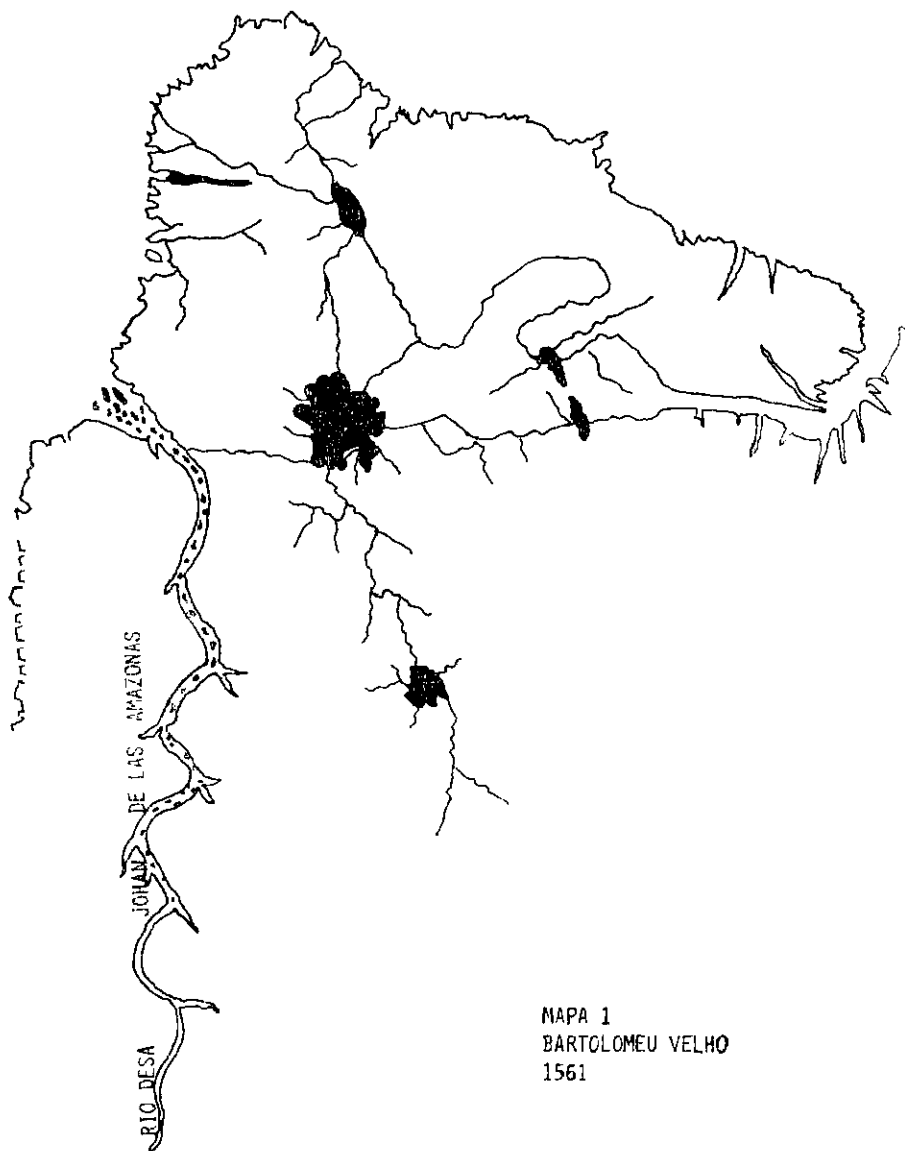
⁽¹¹⁾ CORTESÃO, *op. cit.* na nota ⁽¹⁰⁾. p. 77-80.

PORTO, Aurélio. *Historia das missões orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954. parte 1. p. 26-32.

⁽¹²⁾ Sobre a posição dos jesuítas em face da escravatura negra veja:

LEITE, Serafim. A companhia de Jesus e os pretos no Brasil: In: *Novas páginas de historia do Brasil*, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1965. p. 349-54.

capitães de entradas para a captura dos guaranis! A barrar-lhes o caminho foi erguida Ontiveros e, logo a seguir, conforme dito, Ciudad Real (1557). Coube ao grande cartógrafo Bartolomeu Velho (carta de 1561, mapa 1)



MAPA 1
BARTOLOMEU VELHO
1561

a informação sobre os primeiros conhecimentos geográficos da região, indicativa daquelas ações iniciais. Houve, é preciso não esquecer, a reação dos silvícolas do sertão, que forçou a célebre bandeira de 1561, da qual participou José de Anchieta e, igualmente, as ações destemidas do Capitão-Mor Jerônimo Leitão que, em 1575, destruiu toda a nação tamoiá que, do Cabo Frio, ameaçava o Rio de Janeiro; dali passou ele aos vales do Tietê e Paranapanema e, já em 1581, descia cativos do Guairá.

Bem mais fácil — embora os perigos do mar — era o tráfico direto de Santa Catarina, razão do rápido deterioramento da região. Quando, em 1605, foram mandados missionar naquela costa os jesuítas João Lobato e Jerônimo Rodrigues, era lastimável a situação local; vale à pena ler-se, para conhecê-la, o relato de Rodrigues, após dois anos de tentativas de catequese, baseados os padres no «Porto de D. Rodrigo», isto é, Imbituba atual.

Desmotivados, metidos nos matos por temor dos brancos, sem qualquer higiene, vivendo em completa promiscuidade, com pais tomando filhas por mulheres, vendendo-se uns aos outros, sem olhar grau de parentesco, tudo o que viu lembrou ao Padre Rodrigues um dito de outro jesuíta famoso, o Padre Manuel de Paiva, fundador e primeiro superior de São Paulo: «Havia alguma [gente] que Deus Nosso Senhor fizera; outra que mandara fazer; e outra [finalmente] que deixara recado que se fizesse».

Grandes vendedores de índios eram o Murubixaba Tubarão e seus três ou quatro irmãos; para negociar com eles, que tinham suas malocas entre Araranguá e Mampituba, os barcos entravam na Laguna e dali mandavam informá-los para que, por seu intermédio, a notícia se espalhasse. A demora no ir e vir chegava até quatro meses, mas os resultados eram satisfatórios; no entanto o Padre Rodrigues assustava-se com o rápido despovoamento resultante: «Estes, daqui dos Patos, são já muito poucos e parece não durarão muito, conforme a pressa que os brancos lhes dão» ⁽¹³⁾.

A caça haveria que ser feita em outros territórios; o mais à mão por ser já conhecido e pelo acesso razoavelmente fácil, foi o Guairá, para onde, a partir especialmente de 1602, voltaram-se as bandeiras paulistas, seguindo o exemplo de Nicolau Barreto, um dos pioneiros; em 1611 ou 1612 Sebastião Preto dali retirou «por dávidas», cerca de 900 índios e Manuel Preto

⁽¹³⁾ RODRIGUES, Jerônimo. A missão dos Carijós: 1605-1607. In: LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo; Cia Ed. Nacional, 1940. p. 196-246. (Série Brasileira, v. 194.)

(o «herói do Guairá», nos anais bandeirantes) esteve na região repetidas vezes, sempre em busca de gentio.

Não admira, pois, o interesse jesuítico pelo Guairá, visando a salvar, não só as almas, mas igualmente, os corpos dos silvícolas.

As Reduções Jesuíticas

Criada em 1607, a Província Jesuítica do Paraguai (na realizada, Tucumã, Paraguai e Chile), logo sua ação missioneira tomaria impulso em três direções principais, a partir de Assunção: 1) O Guairá, onde, conforme dito, achavam-se desde o final do século XVI; 2) O vale do rio Uruguai, a princípio na sua margem direita (1615) e, não muito depois, passando à banda oriental para, no impulso seguinte, penetrar no Tapes, até o vale do Jacuí, próximo à atual cidade de Rio Pardo; 3) O Itatim, isto é, a região sudoeste do Mato Grosso do Sul, lindeiro com o Paraguai.

Dentre os muitos e ilustres historiadores que se dedicaram à Epopéia das Bandeiras, apenas Jaime Cortesão claramente percebeu que aliada à catequese, estavam preocupações geopolíticas dos jesuítas de Assunção quando direcionaram aquela expansão: 1) impedir o avanço paulista em direção ao Guairá, que assumia proporções vantajadas; 2) comunicar-se, com o Peru, pela depressão continental que unia as nascentes do Rio Paraguai ao vale amazônico e, destarte, limitar a Ilha-Brasil ao que os bandeirantes já haviam avançado, isto é, o curso do Tocantins até o Amazonas ⁽¹⁴⁾ e, finalmente; 3) barrar a penetração paulista, com seus aliados *ibirajaras*, desde Laguna, Araranguá e Mampituba, vale do Jacuí adentro, em busca dos Tapes.

As Reduções do Guairá

Já vimos que, em julho de 1610, estavam fundadas, por ordem do Padre Torres, provincial, as primeiras reduções do Guairá, região que hoje

(14) Trata-se da bandeira de Antonio Pedroso de Alvarenga (?) 1615-1618 ou outra, imediatamente anterior, 1613-1614, da qual (ou quais) participou um certo Pedro Domingues, cujas narrativas foram recolhidas pelo Padre Antonio de Araujo na «Informação da entrada que se pode fazer da Vila de São Paulo ao Grão Pará» (1613). (*Op. cit.* na nota ⁽⁹⁾, p. 103-10).

Propôs então o Padre Araujo que se fundasse missão no Pará e, desde ali se pusessem os jesuítas de São Paulo com os que já trabalhavam no Maranhão.

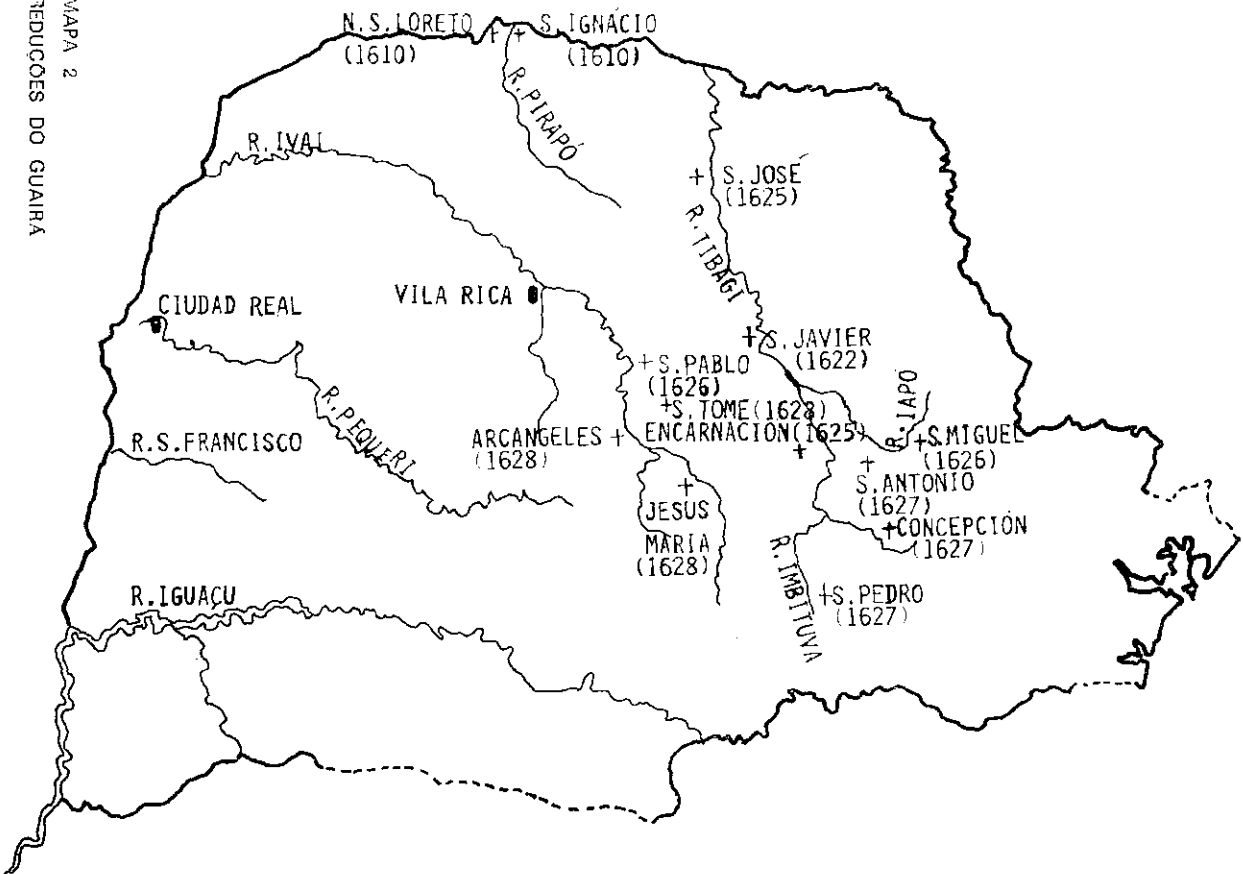
ocuparia boa parte do território paranaense e era, na época e a grosso modo, limitada ao norte pelo Rio Paranapanema, a oeste pelo Rio Paraná, ao sul, pelo Rio Iguaçu e a les-sueste, pelo Rio Itararé e os campos gerais que, desde o curso médio deste rio até cerca de Guarapuava, cortam transversalmente o estado. Foram ela *N. S. de Loreto*, no Rio Paranapanema e *San Ignacio* no Rio Pirapó; ergueram-nas os Padres José Cataldino e Simão Masseta. Em 1612, a eles juntou-se o Padre Antonio Ruiz de Montoya, superior a partir de 1620. Com energia hercúlea, desenvolveu Montoya sobremaneira a província, criando numerosas reduções, mostradas no quadro 1. Em 1628, já totalizavam o número de 13 (Mapa 2).

Jaime Cortesão, sempre arguto, chamou a atenção para o fato de ao esforço maior nas fundações, anos de 1627/1628, terem os paulistas respondido com requerimento do procurador da Câmara de São Paulo para que os oficiais dela «avisassem o capitão-mor... de como os espanhóis de Vila Rica e outras povoações... se vinham apossando mais delas [das terras da Coroa de Portugal], descendo todo o gentio que está nesta Coroa

QUADRO 1

REDUÇÕES DO GUAIRÁ

INVOCAÇÃO	FUNDAÇÃO	LOCALIZAÇÃO APROXIMADA
N. S. de Loreto	1610	R. Paranapanema
San Ignacio	1610	R. Pirapó
San Javier	1622	S/afluente do médio Tibagi em <i>Tayati</i>
Encarnación	1625	Alto Tibagi (Território de <i>Nautingui</i>)
San José	1625	Entre os Rios Tibagi e Ivaí (Província de <i>Tucuti</i>)
San Miguel	1626	Ibiangui (ou <i>Ibitiruzu</i>)
San Pablo	1626	R. Ivaí (entre <i>Tayati</i> e <i>Tayoba</i>)
San Antônio	1627	Ibiticoi
Concepción	1627	Nascentes no R. Tibagi (nos <i>Gulachos</i>)
San Pedro	1627	Idem
Arcangeles	1628	Alto Ivaí (em <i>Tayaoba</i>)
Jesus Maria	1628	Alto Ivaí (em <i>Guiravera</i>)
San Tome	1628	Entre San Pablo e Arcangeles



MAPA 2
REDUÇÕES DO GUAIRÁ

para seus repartimentos e serviços, de que resultava a esta capitania grande dano, pelo que de tudo avisassem ao dito capitão-mor por requerimento para se por cobro nisso», prometendo os ditos oficiais que alertariam ao capitão-mor e ao governador do Estado do Brasil ⁽¹⁵⁾. Estava dado o alarme.

A Bandeira de 1627

Mas não ficaram inativos os paulistas enquanto aguardavam providências de alto nível em resposta à sua solicitação. Já então preparavam-se Antonio Raposo Tavares e Paulo do Amaral para marchar com uma bandeira, no rumo do sertão.

Embora a ameaça holandesa que pairava sobre o litoral brasileiro, com crescente atuação de corsários, houvesse gerado ordem do capitão-mor de São Vicente para que estivessem prevenidas as milícias de São Paulo e não ocorresse gasto de pólvora, isto não impediu que no Guairá andassem bandeirantes ⁽¹⁶⁾, que Cortesão supõe terem sido Raposo e Amaral. Estiveram eles no médio e alto Tibagi, próximo as missões do *San Xavier e Encarnación*, situadas junto ao caminho natural das bandeiras que se dirigiam aos Campos Gerais, caminho que pode ser visto no esboço cartográfico do bandeirante Simão Bueno (c. 1747). Não houve ataque a qualquer das reduções, limitando-se os bandeirantes a interrogar indígenas para verificar se eram endoutrinados ou não, apresando apenas estes últimos; no entanto, em *Encarnación* o Padre Cristóvão de Mendonça «meteu medo aos inimigos, sobre os quais alcançou muito boas vitórias, colhendo boa quantidade de tupis e entre eles um muito principal e estimado, tanto dos índios quanto dos portugueses por sua valentia. Fez-lhes açoitá-lo o padre... soube eu que foi tanto o clamor que a este índio principal fizeram em sua terra pelos açoites que lhe deram, que morreu de tristeza» ⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁵⁾ ACTAS da Câmara da Vila de São Paulo. t. 3. p. 282-3, *apud*: CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Lisboa: Portugalia, Ed., 1966. p. 192-3.

⁽¹⁶⁾ CARTA Anua do Padre Antonio Ruiz, superior da Missão do Guairá ao Padre Nicolau Duran, provincial da Companhia. *In*: CORTESÃO, *op. cit.* na nota ⁽¹⁵⁾. p. 269-71 e 276-7.

⁽¹⁷⁾ *Ibid.* p. 277-8.

Difícil é imaginar-se que homem da têmpera de Raposo Tavares se tenha intimidado ante indígenas reduzidos, embora portadores de armas de fogo. Mais provável é que uns poucos portugueses tenham liderado indígenas, em busca de informações sobre as novas reduções e sua localização.

Já agora sabia-se em São Paulo, com precisão, a localização das reduções que estorvavam o caminho dos bandeirantes, que prepararam-se para desfazê-las.

A Bandeira de Raposo Tavares (1628-1629)

Pertence ainda a Jaime Cortesão o melhor estudo factual sobre a poderosa bandeira que, em 1628, marchou contra o Guairá; combinando-o com as informações das duas *Relações dos Agravos* — redigidas pelos Padres Justo Mancilla e Simão Masseta, uma, no Rio de Janeiro, em junho de 1629, e a outra, na Bahia, em 10 de outubro do mesmo ano, narrando o ataque às reduções ⁽¹⁸⁾ é possível, com bastante aproximação, serem historiados os trágicos sucessos do Guairá.

Decidida a pôr cobro no que julgava ser usurpação territorial de terras da Coroa de Portugal e da Capitania de São Paulo e premida pela necessidade constante de mão-de-obra em todo o Estado do Brasil, bloqueado pela ação dos corsários batavos em nossa costa, reuniu-se em bandeira toda a gente principal da Vila de São Paulo e vizinhanças; «ficaram apenas [ali] 25 homens de guerra», afirmaram os jesuítas ⁽¹⁹⁾, havendo partido 900 portugueses (naturalmente, brancos e mamelucos) e 2200 tupis, naqueles incluídos juizes, vereadores, procurador do Conselho e, até mesmo, parentes do ouvidor.

Divididos os bandeirantes em quatro companhias — a primeira comandada pelo próprio Capitão-Mor da bandeira, Antonio Raposo Tavares — deixaram São Paulo no início de agosto de 1628 e, logo em 8 de setembro, ultrapassaram o Tibagi e foram acampar junto à redução da *Encarnación*, erguendo paliçada; de imediato Antonio Pedroso, que comandava a vanguarda de Raposo, capturou 17 índios da mesma, que colhiam erva mate na região.

Prevenidos já os jesuítas da aproximação da bandeira, o Padre Montoya reuniu mais de 1200 indígenas, que lhe foram suficientes para entrar na

⁽¹⁸⁾ CORTESÃO, *op. cit.* na nota ⁽¹⁶⁾. p. 310-38.

Cortesão publicou lado a lado, para cotejo, as duas versões.

⁽¹⁹⁾ CORTESÃO, *op. cit.* na nota ⁽¹⁶⁾. p. 311.

paliçada e recolher dali os cativos; uma das fontes informou ter morrido um branco e 40 tupis ⁽²⁰⁾. Inferiorizado numericamente, Pedroso manteve-se na defensiva até a chegada do grosso da bandeira, quando a correlação de forças inverteu-se. É evidente que, com as intenções que traziam os bandeirantes e o mau início, não foram amistosos os contactos; no entanto, respeitaram os paulistas as reduções, embora continuassem a cativar índios não endoutrinados, até 30 de janeiro de 1629, quando houve o rompimento final. Motivou-o a deserção, para a redução de *San Antonio*, de um índio que acompanhava a coluna de Simão Álvares Martins, o ex-cacique da região chamado Tataurana e mais alguns da sua antiga aldeia. Fora «ganho por dádivas e festas que para este fim lhe havíamos feito», contam-nos os autores da *Relação de Agravos*.

Exigiram os paulistas a devolução dos fugitivos e como esta lhes foi negada, atacaram a redução, com permissão de Raposo Tavares, saqueando-a, incendiando-a, matando alguns e fazendo mais de 2000 cativos.

Mas não cessou o conflito, pois o padre superior de *San Antonio* e alguns gentios dela refugiaram-se em *San Miguel*, o que provocou novo assalto, dia 23 de março, comandado por Antonio Bicudo, sendo destruída a redução. Também Manuel Morato, na mesma época, arrasava *Jesus Maria*.

É evidente que apavoraram-se os catecúmenos das reduções próximas e, segundo a *Relação de Agravos*, desfizeram-se, ao menos momentaneamente, *Encarnación*, *San Pablo*, *Angeles* e *San Tomás*.

No seu regresso à Vila de São Paulo, com os numerosos cativos, foram os bandeirantes acompanhados por três jesuítas, entre eles Justo Mancilla e Simão Masseta, autores da *Relação de Agravos*, que narraram na mesma as crueldades praticadas, o que não é de se estranhar, pela rudeza conhecida dos bandeirantes e dos tempos em que os sucessos ocorreram.

No dia 1.º de maio, os jesuítas já estavam em São Paulo, onde ouviram dizer que só a companhia de Antonio Raposo Tavares, a que saqueara as reduções, trouxera 20 000 almas.

⁽²⁰⁾ Declaração do Governador do Paraguai D. Luis de Cespedes y Xeria, no processo contra elcs movido pelos jesuítas, citada, entre outras, por:

Op. cit. na nota ⁽¹⁵⁾. p. 227.

A Destruição do Guairá

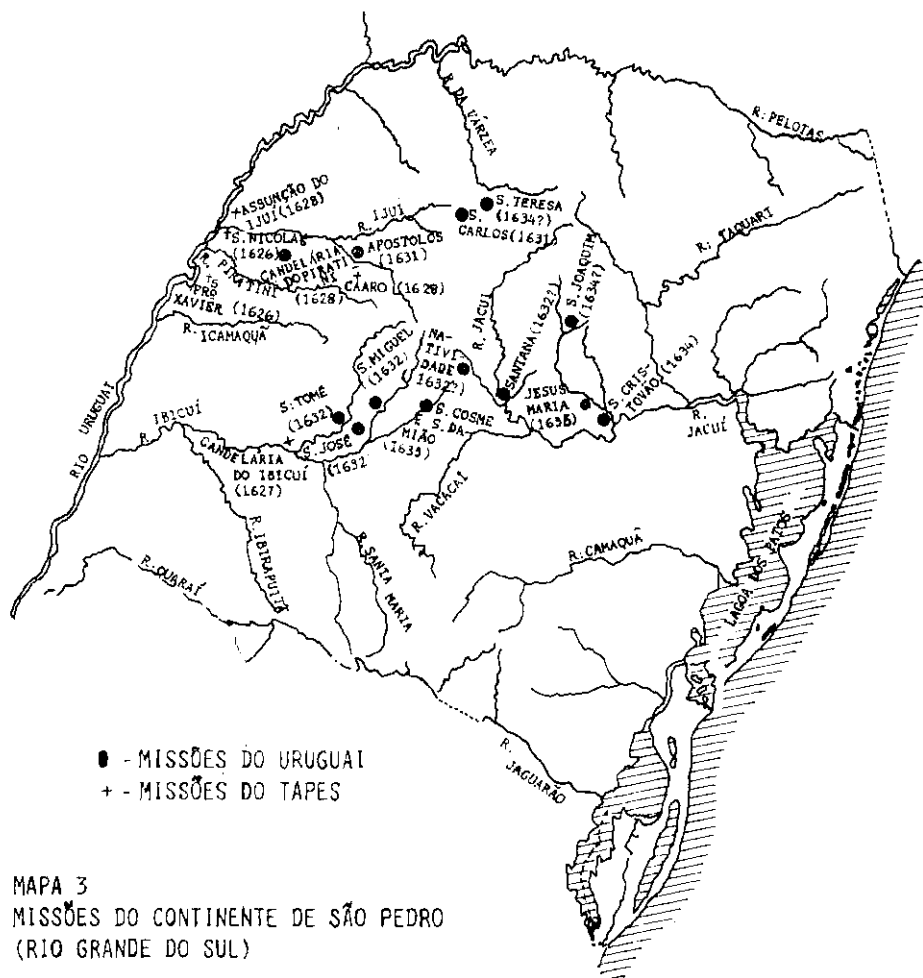
«Nos anos seguintes [aqui seguimos Jaime Cortesão] acabou-se a província jesuítica do Guairá. Documentação nova, parte da qual publicamos, mostra que essa obra de destruição coube principalmente a dois dos lugares-tenentes de Raposo Tavares: em 1630 André Fernandes destruiu mais duas reduções, uma das quais a de *São Paulo*; no ano seguinte, Paulo Amaral arrasou a de *São Xavier*. As restantes desfizeram-se. Em 1632, a própria povoação de Vila Rica foi sitiada pelos bandeirantes. Nesse ano, o bispo do Paraguai visitou a vila. Aproveitando o fato de terem os paulistas, forçados apenas pelo respeito a essa dignidade eclesiástica, afrouxado o cerco, os espanhóis embarcaram Paraná abaixo e abandonaram a povoação, exemplo mais tarde seguido pelos habitantes de Ciudad Real do Guairá, já quando os índios das últimas reduções intactas, as de *Loreto* e *Santo Ignacio*, haviam feito o mesmo. Merece lembrar-se, neste momento, que esses índios, ao baixar o Paraná, conduzidos pelo Pe. Montoya, encontraram o caminho vedado pelos moradores de Ciudad Real, que pretenderam aproveitar-se do ensejo, para aprisionar, por sua vez, os índios das reduções» (21).

As Reduções do Uruguai e Tapes

Coube ao Padre Roque González ampliar o trabalho missioneiro na direção do Rio Uruguai território até então sem qualquer presença espanhola; em 1619 estabeleceu ele a primeira redução da região, ainda à margem direção do Rio Uruguai território até então sem qualquer presença espanhola; dia 8 de dezembro.

Seis anos depois, vencida a oposição dos feiticeiros locais e convencidos os tapes da margem esquerda, pode ser criada *San Nicolas* (1626, Mapa 3) entre os rios Ijuí e Piratini já no território hoje brasileiro. *N. S. Da Candelária*, no Rio Ibicuí, cerca de 250 quilômetros da foz, foi a redução seguinte, erguida em 1627, mas logo destruída pelos silvícolas, com a retirada do padre.

(21) *Op. cit.* na nota (15), p. 237-8 e fonte ali citada.



MAPA 3
MISSÕES DO CONTINENTE DE SÃO PEDRO
(RIO GRANDE DO SUL)

San Nicolas foi a base utilizada pelo Padre Roque, nomeado superior das reduções do Uruguai, para expandir sua ação missioneira já então auxiliado pelo Padre Pedro Romero, grande apóstolo da região. Rápidos foram os progressos, conforme mostrado no quadro 2.

Note-se que após a destruição do Guairá, ainda maior aceleração ganhou a criação de reduções, em especial as da bacia do Rio Jacuí, todas principiadas a partir de 1632, ano em que os golpes finais foram dados naquela região.

QUADRO 2
REDUÇÕES DO URUGUAI E TAPES

INVOCAÇÃO	FUNDAÇÃO	LOCALIZAÇÃO APROXIMADA
Concepción	1619	Margem direita do R. Uruguai (a 3 léguas dele)
San Nicolás	1626	Entre os R. Ijuí e Piratini
San Javier	1626	Margem esq. do R. Uruguai (ao sul da foz do Piratini)
Yapeyú	1626	?
Candelária del Ibicuí	1627	R. Ibicuí
Candelária del Piratini	1628	Entre os R. Ijuí e Piratini
Assunción del Ijuí	1628	R. Ijuí
Todos os Santos del Caaro	1628	28° 26' 01" S e 41' 56" W
Apostoles	1631	Cabeceiras do R. Ijuí Mirim
San Carlos	1631	Cabeceiras do R. Ijuí
San Miguel	1632	?
San Tomás	1632	No R. Ibicuí (Ibiacacui)
San José	1632	No R. Ibicuí
Santa Teresa	1632 (?)	Cabeceiras do R. Jacuí (R. Passo Fundo)
Natividad	1633	Afluente do R. Jacuí
Santa Ana	1633	No R. Jacuí
San Joaquim	1633	Cabeceiras do R. Pardo
Santos Cosme e Damian	1633	No R. Ibicuí
San Cristobal	1634	No R. Pardo
Jesús María	1635	No R. Pardo

Ficou assim ameaçada diretamente «uma das portas da expansão portuguesa daquela região» ⁽²⁾ que vinha sendo conseguida mediante sólida aliança com o gentio ibirajara, inimigo ancestral e figadal dos tapes, agora catequizados e reduzidos pelos jesuítas; o choque, inevitável e lógico, não demorou a acontecer, porquanto os padres aproximavam-se rapidamente do mar e das zonas próximas à Laguna dos Patos — base dos negócios dos bandeirantes com os irmãos Tubarão, conforme já anterior-

⁽²⁾ *Op cit.* na nota ⁽¹⁾. p. 257.

mente mostrei — e, igualmente, do território ibirajara ao sul do Rio Mampituba.

Não era sem razão que o jesuíta Padre Taño já temia, em setembro de 1635, o confronto com estes silvícolas: «De sorte que, ao que parece, teremos toda a fronteira [a leste das reduções do Jacuí] contra nós», sendo habitantes desta fronteira, além daqueles ibirajaras, os guaybirenda, também aliados (ou *mus*) dos portugueses, isto é, dos paulistas, pois era por aquele patronímico que os padres se referiam aos bandeirantes ⁽²³⁾.

A Nova Bandeira de Raposo Tavares (1636-1637)

Foi no final de 1635 que apareceram em São Paulo maiores e melhores informações sobre o avanço jesuíta no Tapes, cujo «resgate e trato» julgavam os paulistas ser exclusivo seu; vieram pelos componentes da chamada «bandeira de Aracambi» ⁽²⁴⁾. A reação foi imediata e à testa da nova bandeira pôs-se também, Antonio Raposo Tavares, desde há dois anos ouvidor da Capitania de São Vicente, escolhido pelo donatário, Conde de Monsanto, é de supor-se em reconhecimento à atuação do bandeirante na defesa de território julgado a ela pertencente, o Guairá.

Formadas as companhias, uns 150 brancos ou mamelucos e 1500 tupis marcharam de São Paulo, no final de maio (ou início de junho) de 1636; após sete meses de marcha, quando foram apresando indígenas, entraram no atual Rio Grande do Sul atravessando o Rio Pelotas e, pela Vacaria, dirigiram-se ao Taquari, pois o objetivo era *Jesus Maria*, a mais oriental das reduções. No Corvo ergueram grandes paliçadas onde recolheram aqueles prisioneiros, vigiados pelo Capitão Diogo Coutinho de Melo, segundo no comando e por muitos tupis.

De há muito sabiam os jesuítas da vinda dos paulistas, pelo que iniciaram preparativos de defesa, mas subestimaram a mobilidade dos atacantes, pelo que, na tarde de 1.º de dezembro, tiveram ciência de que estes achavam-se a apenas duas léguas de *Jesus Maria*.

⁽²³⁾ *Op. cit.* na nota ⁽¹⁵⁾. p. 262.

As informações do Padre Taño aparecem em nota.

⁽²⁴⁾ *Op. cit.* na nota ⁽¹⁵⁾. p. 263.

Embora na redução houvessem uns 1700 matriculados, a maioria estava fora, procurando alimentos, pois a colheita ainda não se efetuara; uns 200 gentios, com suas mulheres e outros 100, vindos de *San Cristobal* e *Santa Ana* recolheram-se à cerca da redução.

Raposo Tavares, por carta, informou aos padres que vinha em paz e «por comida para seu exército», possível verdade, pois, àquela altura a bandeira já fizera milhares de cativos entre os indígenas ainda não catequizados.

A carta ficou sem resposta, pelo que a reação do bandeirante, como era seu hábito, foi violenta, embora tendo que enfrentar acirrada resistência de todos os da redução, que cessou ao ser incendiada a igreja.

Concentrariam os jesuítas suas forças na redução de *Santa Ana*, conseguindo ali reunir uns 1600 homens, mas enquanto o faziam, os bandeirantes atacaram, dia de Natal, a de *San Cristobal*, que também destruíram, em que pese nova resistência do gentio cristão dela.

Ante a ameaça em que ficou *Santa Ana*, os padres resolveram retirar-se para *Natividad* e ali aguardar novo ataque, o que não aconteceu, porquanto já conseguira Antonio Raposo Tavares seu intento de cativar muitos índios e conseguir provisões para o retorno a São Paulo, onde chegou em junho de 1637.

Novas Incursões Bandeirantes

Arrombada porta do Tapes e Uruguai pelos bandeirantes paulistas, eles não mais deixaram de importunar as reduções jesuíticas; logo em maio de 1637, partiu de São Paulo a bandeira de André Fernandes. No final do ano, depois de haver cativado muito gentio no caminho — quase o mesmo feito por Antonio Raposo Tavares — atacou e ocupou a redução de *Santa Teresa* e dali mandou suas tropas assolarem as reduções do Rio Ijuí: *San Carlos*, *Apostoles*, *Candelária* e *Caaro* foram seus alvos, após o que iniciaram a retirada, com vultosa presa, mas arcando com a excomunhão decretada contra muitos dos componentes da bandeira.

Não teve igual sucesso a bandeira seguinte, capitaneada por Fernão Dias Pais, chamada «Bandeira de Caacapá-Guaçú» (*Apostoles*), assim denominada porque ali foi estacionar parte da bandeira, depois de vários meses

de atividade predatória na região. Era a companhia de Pascoal Leite Pais, irmão de Fernão Dias Pais; no dia 17 de janeiro de 1639, atacou-a o Cacique D. Nicolau Nenguiru, matando vários paulistas e prendendo outros, levados cativos para o Paraguai e dali transferidos para Buenos Aires.

Outros insucessos sofreram os bandeirantes, como, por exemplo, a derrota de Mbororé. Já estavam então os indígenas das reduções adestrados no manejo de armas de fogo, afeitos a disciplina militar e bem comandados; não admira, assim, que tenham levado de vencida experimentados bandeirantes, então sob o comando de Jerônimo Pedroso de Barros, inflingindo-lhes contundente revés (março de 1641). Isto não evitou o êxodo incessante das populações indígenas para a margem direita do Rio Uruguai, estabelecendo-se novas reduções entre ele e o Rio Paraná, abandonando completamente o território hoje pertencente ao Rio Grande do Sul.

As Reduções do Itatim

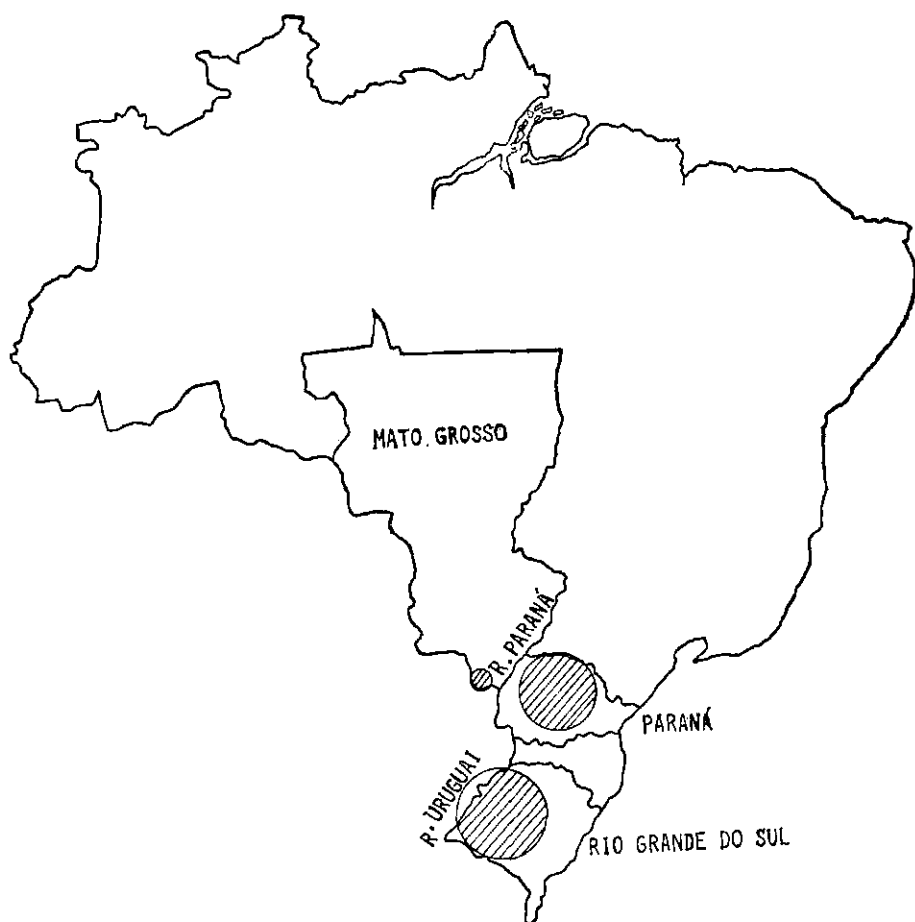
A ação missioneira no Itatim ⁽²⁵⁾, a exemplo do ocorrido no Tapes e no Uruguai, sofreu grande impulso com a destruição, pelos paulistas, das reduções do Guairá. Enquanto capitaneava a gigantesca e trágica migração dos indígenas que sobram dos assaltos bandeirantes, encaminhou o Padre Antonio de Montoya alguns de seus companheiros àquele território, de há muito visado pelos jesuítas paraguaios, desejosos de estender sua ação até unirem-se aos companheiros que endoutrinavam na bacia amazônica (Mapa 4).

Logo em 1632 fundaram-se as quatro reduções que encabeçam o quadro 3 e mostradas no mapa 5.

Os Ataques Bandeirantes

Também esta região, consideravam-na os paulistas território privilegiado, pelo que não tardou fossem as novas reduções atacadas, no final

⁽²⁵⁾ Isto é, o território do atual Mato Grosso do Sul, genericamente compreendido entre o Rio Paraguai, o Rio Aquidauana e a Serra de Maracaju.



MAPA 4
MISSÕES JESUÍTICAS
ESPANHOLAS EM TERRITÓRIO
BRASILEIRO

daquele mesmo ano de 1632, pela bandeira de Ascenso de Quadros, diga-se que guiado e ajudado pelos espanhóis de Santiago de Xerez. Com muitos indígenas prisioneiros, a bandeira deve ter regressado a São Paulo no ano seguinte.

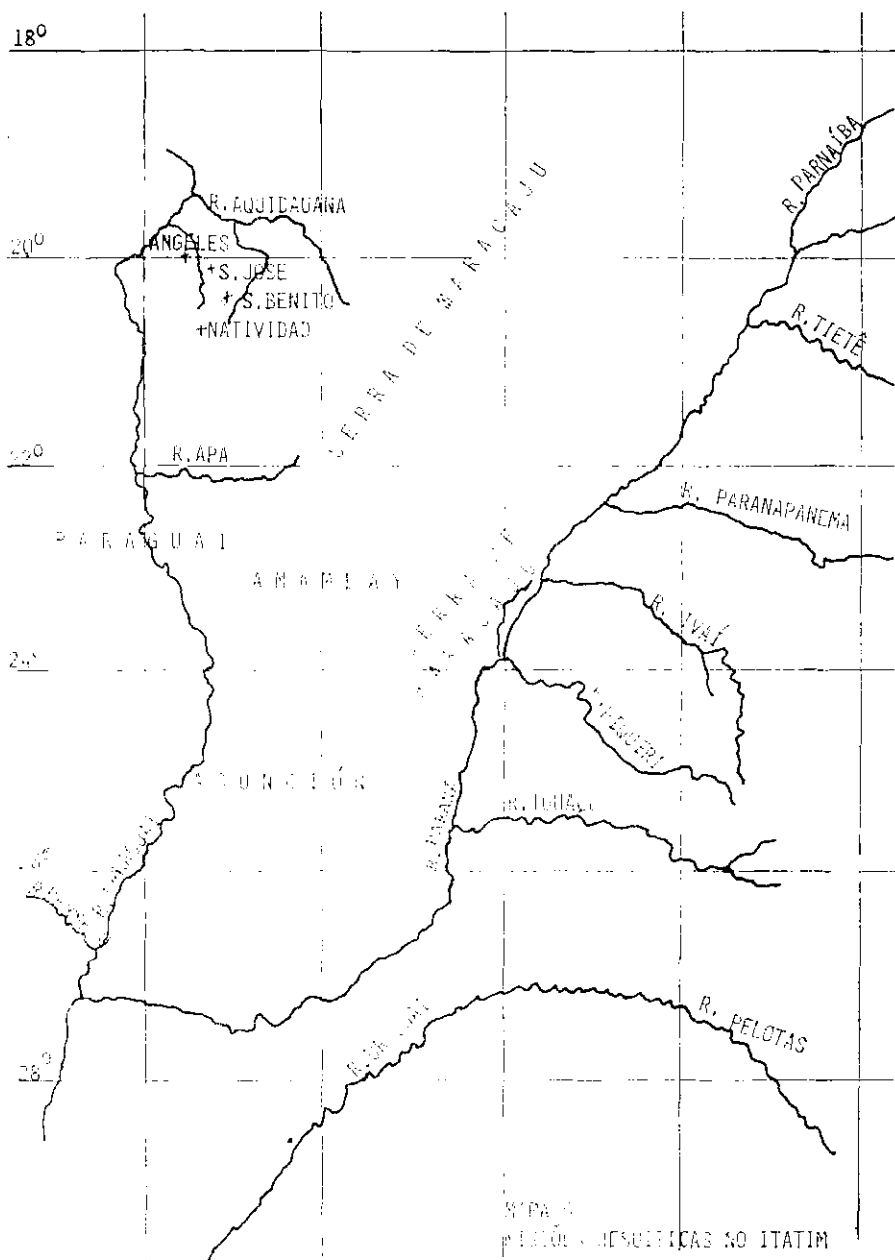
QUADRO 3
REDUÇÕES DO ITATIM

INVOCAÇÃO	FUNDAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
San José de Yacaroy	1632	Proximidades dos Rios Miranda e Nabileque
Santos Angeles de Tacuahy	1632	
San Benito de Yatai	1632	
Natividade de N. S. de Taragui	1632	
Andirapuca } Yatebo	1633/34	F/R. Aquidabã
Tepoti }		F/R. Tepoti
Santa Maria de Fé }	1635/47	Taré
San Ignacio de Caaguazú }		Ao Sul do R. Apa
Santa Maria de Fé	1648	R. Mboyboy

Os indígenas que conseguiram escapar foram reunidos pelos jesuítas em duas novas reduções *Andirapuca* e *Tepoti*, mas a iminência de novos assaltos forçou serem as duas concentradas numa única, *Yatebo*, a meio caminho de ambas.

Parece que, tendo momentaneamente relaxado os bandeirantes sua pressão sobre o Itatim, voltados que estavam para o Tapes e Uruguai, os jesuítas, desejosos igualmente de afastarem-se de Assunção, onde era grande a cobiça pelos seus conversos, resolveram desdobrar *Yatebo*; surgiram *St.^a Maria de Fé*, no Taré e *San Ignacio de Caaguazú*, esta no território hoje paraguaio. Em 1648, a primeira destas reduções, já transferida para o «Rio Mboyboy» (por ter sido assaltada, no ano anterior, 8 de setembro, por uma bandeira paulista da qual pouco se sabe), foi novamente alvo dos bandeirantes.

Em 1.^o de novembro daquele ano, atacou-a Antonio Pereira de Azevedo, capitão de um destacamento da grande bandeira de Antonio Raposo Tavares — cognominada «bandeira dos limites» (1648-1651), ocasionando novo retraimento dos jesuítas para o interior do território paraguaio. Expulsaram, assim, os bandeirantes a última redução que teimava em permanecer em terras que eles incluíam na sua esfera de interesse.



Conclusões

Se a criação, por D. João III, ao longo do litoral brasileiro, das Capitanias Hereditárias foi instrumento importante para resguardar boa parcela do nosso território da cobiça estrangeira, especialmente, por parte dos franceses, ela influenciou pouco no quebrar das algemas de Tordesilhas; entretanto, é preciso não esquecer que a rapidíssima expansão da agroindústria do açúcar em algumas delas pressionou a demanda de mão-de-obra. Se esta repercutiu (e muito) sobre o tráfico negreiro, não menor influência teve na caça ao índio.

Cérebro e coração das bandeiras, São Paulo estava em posição geográfica privilegiada para iniciá-las, quer pela estreita vinculação luso-tupi que prontamente ali surgiu, quer pelo seu afastamento do governo central, que permitiu relativa independência de ação e deixou-a afastada da cobiça direta dos holandeses, quando tentaram (e com sucesso conseguiram) apossar-se de substancial parcela do território nordestino.

Parcialmente coevas das invasões batavas foram as tentativas jesuíticas de fundar missões em territórios que os bandeirantes consideravam propriedade da Coroa portuguesa e naturais campos de ação seus na caça ao índio, objetivo constante que, sem olhar esforços ou sacrifícios físicos, continuamente perseguiam.

Primeiro no Guairá e no atual território paranaense, depois nos Tapes e todo o território da margem esquerda do Rio Uruguai e, finalmente, no Itatim, sul do Mato Grosso, implacavelmente lançaram-se sobre as reduções jesuíticas espanholas, obrigando-as a retraírem-se para territórios argentinos e paraguaios, única maneira de evitar a completa destruição.

O vazio resultante, embora bem a oeste da linha demarcatória de Tordesilhas, permitiu que desde o final do século XVII fossem surgindo ali assentamentos de luso-brasileiros.

Em Laguna, nas Minas Gerais, no Cuiabá, na Chapada de São Francisco Xavier (Mato Grosso) e no chamado Continente de São Pedro (Rio Grande do Sul) explodiram núcleos de colonização que garantiriam, na metade do século XVIII a invocação do *uti possidetis*, triunfo que o gênio

de Alexandre de Gusmão magistralmente usaria nas negociações do Tratado de Madri (1750). Não há pois, como negar a gigantesca influência das bandeiras na expansão luso-brasileira e no delinear dos limites do Brasil.

Max Justo Guedes

O ESPÍRITO DE TORDESILHAS E O FUTURO DA EUROPA
E DE PORTUGAL

Virgílio de Carvalho

O ESPÍRITO DE TORDESILHAS E O FUTURO DA EUROPA E DE PORTUGAL

O estudo da História, principalmente o da História Estratégica, é indispensável a um país como Portugal, que precisou duma estratégia muito especial, muito rigorosa, para formar e impor a sua identidade de nação e a sua individualidade de país na Península Ibérica. Estudo esse que deve ter em vista não só evitar a repetição de erros mas, também, considerar a aplicação de métodos e meios que tiveram êxito no passado, no que ainda for adequado, exequível e aceitável para garantir o futuro do País.

Não estudar uma História tão rica e tão instrutiva como a História Estratégica de Portugal, e não ter em conta as suas preciosas lições seria, antes do mais, cometer um crime de desperdício. E desperdício é um luxo a que uma pequena potência, de recursos económicos naturais não abundantes, não se pode dar. Principalmente porque, estando no caminho de importantes interesses de países mais poderosos, tem na sua geografia boas potencialidades a explorar e, simultaneamente, graves vulnerabilidades a proteger e a minorar.

O genial poeta-estratego Fernando Pessoa, na sua «Mensagem» (em «Nevoeiro»), falou dum Portugal a entristecer, dos portugueses a não saberm nem o que querem, nem a distinguirem entre o que é bem e o que é mal. É uma análise que reflecte preocupação e amargura quanto a ignorância e a decadência. Mas não pessimismo, porque tudo o que na obra de Fernando Pessoa aparenta isso serve-lhe, antes do mais, para exortar os seus compatriotas a reagir e a não esquecer os exemplos da História, nomeadamente quanto a caminhos conducentes ao êxito.

Por isso se entendeu conveniente aproveitar a oportunidade da comemoração da efeméride em questão para tentar mostrar o interesse do estudo da História Estratégica de Portugal, recorrendo, inclusivamente, a numero-

sas citações de diversos autores. O que parece ter o maior interesse, particularmente para uma juventude à qual não têm sido dadas as necessárias oportunidades para a conhecer. E que, decerto por isso, vem mostrando preocupante propensão para se deixar envolver por ignorâncias ingênuas e atrevidas susceptíveis de poderem vir a custar caro ao País. Propensão que contrasta, e muito, com a dos cidadãos de países que, como a Noruega, ou a Dinamarca, têm problemas similares aos de Portugal quanto ao projecto europeu.

Serve o referido para mostrar também quão oportuna é a iniciativa da publicação dum número especial da revista «Nação e Defesa» sobre o Tratado de Tordesilhas, por ele constituir um marco histórico da epopeia secular da viabilização geocultural, geo-económica e geopolítica de Portugal e do equilíbrio mundial. É que, numa altura em que a presente geração tem de virar uma página muitíssimo delicada da História de Portugal, em que há a compatibilizar a adesão ao projecto europeu com a histórica opção nacional atlântica de sobrevivência da sua identidade e da sua individualidade, torna-se muito conveniente recuperar as qualidades do Homem Português que tornaram possível o êxito desta. Homem Português que, na opinião de Sir Peter Wyche — referido no Apêndice da «Mensagem» de Fernando Pessoa organizada por António Quadros —, «foi tão notável pelo estudo do empreendimento dos descobrimentos, como pela bravura de empreendê-lo». Qualidades por conseguinte de lucidez, competência, rigor científico, criatividade, originalidade, organização, audácia, espírito de sacrifício e sentido da responsabilidade.

Também o historiador norte-americano contemporâneo, Daniel J. Boorstin, em «The Discoverers», afirmando que os Descobrimentos Portugueses foram um empreendimento organizado a longo prazo, e feito mais moderno e mais revolucionário de que as mais largamente celebradas proezas de Colombo, põe em relevo as excepcionais qualidades do Homem Português de então.

São qualidades que seria de facto muito conveniente recuperar agora, porque a verdade é que, para cumprir com riscos mínimos de sobrevivência um Portugal euro-atlântico, isto é, um País que não é apenas atlântico, mas também europeu, importa efectivamente realizar um esforço decidido,

mormente no domínio cultural, visando recuperar a cultura total do Homem Português. A qual precisa de incluir, a par da cultura clássica — literária e artística, de que apenas se fala hoje entre nós —, a cultura estratégica, empresarial, científico-tecnológica, geopolítica. Cultura total essa de que o supracitado Fernando Pessoa é bom exemplo. E recuperar também o espírito de missão.

É que a opção europeia, para um país que, como Portugal, é sem dúvida o que maiores riscos corre nela, dada a sua vulnerável geografia, precisa de ser assumida com o espírito e a preparação de epopeia que levou ao êxito da opção atlântica, e que foi definido por Stephan Zweig em «Fernão de Magalhães» do seguinte modo: «nunca uma nação se concentrou toda, tão generosamente, para o momento da vitória, como Portugal, pelos fins do Século XIV e princípios do Século XV».

De facto, se há um povo na Europa que precisa de saber, e jamais esquecer, o que deve querer, e como o pode conseguir, esse povo é o português. E, para começar, ele precisa de ter a consciência de que a Europa é ainda apenas um projecto, e que não é o fim cómodo e rápido da História de sobrevivência de Portugal. A Europa é, isso sim, um desafio bem difícil, e de novo decisivo para os portugueses, a requerer que o espírito de Tordesilhas seja preservado. O mesmo espírito, de saber e de querer, que aflorou quando, ante a impossibilidade de poder contar com a Galiza para viabilizar Portugal, os estrategos lusitanos se voltaram para o Algarve, que não descansaram enquanto não juntaram ao território nacional para lhe conferir a litoralidade centrífuga necessária para preservar o equilíbrio geopolítico e geoeconómico com Castela.

ANTECEDENTES GEOPOLÍTICOS DE TORDESILHAS

Já no Século X, um ilustre pensador geopolítico, que passou à História simplesmente com o nome de Mouro Razis, defendia a possibilidade da existência de duas Espanhas na Península Ibérica: uma ao sol nascente, outra ao sol poente, esta ao correr dos principais rios ibéricos.

Curiosamente, foi o próprio D. João II quem, aquando da formação da Espanha por Isabel de Castela e Fernando de Aragão, protestou contra aquela designação do novo país, alegando que, sendo Espanha a Península

toda, ficar-lhe-ia a faltar Portugal. Reacção que serviu não só para denunciar propósitos integracionistas da escola de pensamento geopolítico castelhano, como para avisar da determinação, muito clara, de lhes resistir.

Seja como for, a verdade que importa recordar, e reter, é que a formação da identidade da nação portuguesa decorreu dum processo de desvinculação progressiva — económica e cultural — do Condado Portucalense quanto aos reinos vizinhos, o qual terá levado mais de um século até à efectiva independência do País, em 1143. E que antecedeu portanto, em cerca de três séculos e meio, a constituição do Estado Espanhol, verificada apenas em 1492.

Como razões principais para tal desvinculação progressiva, segundo a maior parte dos historiadores nacionais e estrangeiros que se debruçaram sobre o assunto, contar-se-á como factor dos mais determinantes a circunstância de se ter concentrado em redor dos estuários dos rios do Condado Portucalense, que na época eram navegáveis até distâncias consideráveis da costa, uma burguesia fluviomarítima na qual também se contavam estrangeiros de várias procedências, atraídos pelas potencialidades deles. Estuários esses que, estando situados sobre a já então importante rota costeira entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo, tornaram possível ao País viver do mar e para o mar. Circunstância essa que criou uma intimidade terra-mar que conferiu ao Condado um género de vida que o separou progressivamente do corpo peninsular. Era essa, por exemplo, a opinião de António Sérgio, manifestada na sua obra «Breve Interpretação da História de Portugal»: «...estava a nossa costa a meio caminho, por mar, entre a Flandres e a Itália, os dois focos de desenvolvimento burguês; a linha de navegação do Atlântico vinha ligar-se nos nossos portos à linha de navegação do Mediterrâneo; ao que nos parece, é a este fenómeno geral europeu que se deve a independência de Portugal».

O reconhecimento de que a consecução da individualidade política do Condado Portucalense decorrerá da exploração da litoralidade e da maritimidade do seu território, terá suscitado entre os seus líderes a pretensão de formar um país ocupando todo o litoral atlântico da Península Ibérica. País a que acabou por faltar a Galiza, como atrás se referiu, o que reputados historiadores nacionais e estrangeiros, como Jaime Cortesão («História dos Descobrimentos Portugueses») e Dan Stanislawsky («The Individuality

of Portugal»), atribuem ao facto de os líderes e o povo daquela nação se sentirem económica e culturalmente mais ligados à Península Ibérica e à Europa — através das estradas dos peregrinos de Compostela — do que ao duro Atlântico.

Tivesse sido assim, ou não, o que é facto é que os estrategistas portugueses não esmoreceram com o insucesso galego, e resolveram estender o território do nóvel País para o sul, por conquista aos mouros, na direcção dos grandiosos estuários do Tejo e do Sado, e dum Algarve que era preciso evitar que tivesse o mesmo destino da Galiza, para que Portugal não ficasse logo à partida inviabilizado geopolítica e geoeconomicamente entre duas pontas duma autêntica tenaz castelhana.

E a posse do Algarve, após avanços e recuos registados durante vários reinados, acabou por ser finalmente obtida por D. Afonso III, apenas em 1267, mais de um século após a proclamação da independência de Portugal, com dura e longa batalha diplomática com Castela durante cerca duns 20 anos que foram o primeiro sucesso do espírito de clarividência, de firmeza e de argúcia que haveria de frutificar também, mais tarde, em Tordesilhas. Um sucesso decorrente de persistente prossecução dum objectivo muito bem definido, jamais abandonado, e duma estratégia adequada, exequível e aceitável para o realizar, e que acabou por dar inteira razão ao supracitado Mouro Razis.

Objectivo e estratégia que tiveram em consideração o interesse de Papas, e de Cruzados que passavam ao largo da costa atlântica de Portugal nas suas penosas viagens de ida e volta à Palestina, em poderem contar com um país aliado em tão importante situação geoestratégica, «à esquina de dois mares» — o Atlântico e o Mediterrâneo — como diz Jaime Cortesão na sua obra atrás referida. Jaime Cortesão que, ainda na mesma obra, sintetiza o êxito da viabilização de Portugal na seguinte frase que constitui um trecho exemplar da História Estratégica do País, que bem precisaria de ser repetida até à exaustão, e que, nomeadamente, deveria até estar reflectida no Conceito Estratégico Nacional:

— «A História portuguesa pode resumir-se numa série de esforços para o aproveitamento das possibilidades atlânticas do território: o primeiro, de arranjo interior sobre o anfiteatro longitudinal voltado para o mar; o segundo, para utilizar as vantagens da sua posição no sudoeste da Europa e à esquina de dois mares; o terceiro, para explorar todas as possi-

bilidades da sua posição em relação à parte restante do planeta, conhecido e por conhecer.» E Jaime Cortesão concluiu que «na realização destes esforços, [Portugal] forjou a sua individualidade e, com ela, influiu na História da Humanidade».

Frase esta notável, que muito interessa ter presente, porque tem a ver com a utilidade que o processo estratégico de viabilização da individualidade de Portugal, e a vocação universalista que ele incutiu no seu povo — de que Tordesilhas é uma decorrência — teve para o Mundo. O que Alexandre Herculano salientou também em «O Bobo», no seguinte trecho:

— «era necessário que no último ocidente da Europa surgisse um povo de homens de imaginação ardente, apaixonado do incógnito... e quem ousará afirmar que, sem Portugal, a civilização actual do género humano seria o mesmo que é?». É que, na realidade, foi Portugal quem deu o arranque para o Novo Mundo a que hoje se vai chamando de «aldeia global».

E, já agora, será também de perguntar se a cultura portuguesa seria o que hoje é, particularmente no que toca à sua sensibilidade marcadamente universalista, se não tivesse havido por detrás uma cultura científico-tecnológica, geopolítica e estratégica, que tornou possível a concepção e o sucesso dos Descobrimentos e a formação do primeiro império oceânico da História?

De salientar ainda, em termos de História Estratégica, que o Papado actuou, afinal, por assim dizer, como se fosse uma primeira «potência marítima» a compreender o interesse que a existência de um Estado periférico-marítimo atlântico no «último ocidente da Europa» (desligado politicamente do resto da Península Ibérica) para o Mundo Marítimo que, por depender vitalmente do mar, precisa de ter um dos seus no controlo duma área onde convergem rotas oceânicas que lhe são vitais. Interesse esse que, já no presente século, após o termo da II Guerra Mundial, foi reiterado pelos EUA e seus aliados marítimos, ao quererem Portugal como único país ibérico membro fundador da Aliança Atlântica, apesar de tal não lhes ter sido solicitado pelo regime português de então, e de este não obedecer aos padrões democráticos da comunidade transatlântica.

Outra conclusão muito importante a referir é também a de que os estrategos que conceberam e conseguiram formar Portugal, e lhe deram condições de sobrevivência para fazerem dele o país com as fronteiras

mais antigas da Europa, souberam avaliar correctamente o potencial estratégico (poder potencial) do território a que lançaram mão, e souberam transformá-lo em poder efectivo (poder nacional), capaz de realizar o objectivo, apesar do encravamento do seu território mãe entre a Espanha e o mar, e da propensão hegemónica de Castela. O que confirma a opinião de Sir Peter Wyche referida no capítulo anterior quanto à qualidade do Homem Português, e da sua estratégia. Nomeadamente, aqueles estrategos souberam reconhecer e explorar o poder centrífugo dos estuários. O que Oliveira Martins, em «História de Portugal», reconhece também, ao escrever que, «sem Lisboa, Portugal não teria resistido à força absorvente do movimento de unificação peninsular». A mesma Lisboa a que ele chamou «cabeça de gigante em corpo de pigmeu» onde, segundo Arnold Toynbee («Civilization of Trial») — que sustentava puderem grandes estuários ser berço de civilizações —, nasceu a Civilização a que ele chamou de pós-gâmica.

Aliás, já no presente século, no momento presente, o notável desenvolvimento económico de portos como Singapura e Hong-Kong foram inspiração para uma China que, tendo feito de catorze pólos portuários-industriais e comerciais locomotiva de desenvolvimento acelerado do país todo, está conseguindo o maior ritmo de crescimento económico do mundo, à espantosa taxa média de mais de 13%.

Mas do espírito centrifuguista lusitano, de que haveria de decorrer o de Tordesilhas, faz também parte o reconhecimento da influência do poder marítimo que o geoestrategista norte-americano A. T. Mahan (1840-1914), na obra «The Influence of Sea Power Upon History», considerou como sendo garante de riqueza em tempo de paz e de vitória em tempo de guerra. O que a epopeia do Portugal de Afonso de Albuquerque demonstrou, bons séculos antes da Inglaterra de Nelson, que foi eleita por aquele autor anglo-saxónico como exemplo para tal sentença, o ter feito também. Poder marítimo esse que, para Mahan, assenta fundamentalmente na sensibilidade dos povos e dos seus líderes para as coisas do mar, e cuja criação foi por certo a maior realização do Rei D. Dinis, «o Lavrador» que «plantou» as raízes da opção atlântica de Portugal. Sensibilidade que, segundo Mahan, leva várias gerações a criar, e que uma só pode destruir.

Na realidade, o poder marítimo oceânico, através da sua componente económica, permitiu a Portugal relacionar-se comercialmente com o exterior por forma segura (evitando os constrangimentos político-económicos da travessia do território espanhol), e desenvolver laços culturais e de sangue, que ainda hoje perduram, com vários povos do Globo. É que as fronteiras marítimas são fronteiras livres, e com muito mais países que as terrestres.

PORTUGAL — PRESENTE E FUTURO

Um país territorialmente pequeno não está, de forma alguma, condenado «a priori» a ser insignificante. Isto é, a ser um pequeno país, sem qualquer influência regional ou mundial. Provam-no hoje Estados bem mais reduzidos que Portugal do ponto de vista territorial, como a Suíça, a Holanda, ou a Bélgica (e até mesmo a simplesmente portuária Singapura), e outros maiores, como a Dinamarca, a Suécia, Taiwan, etc., cujas populações de boa cultura total, apesar de pequenas, conceberam e puseram em prática estratégias adequadas de afirmação nacional e de competitividade. Daí ser de repudiar, firmemente, a ideia-desculpa, pessimista, de que Portugal é um pequeno País.

É que Portugal também provou o contrário, ao impor-se como a única nação ibérica que conseguiu ser país, e ao obrigar o Papa de então a dividir o Mundo descoberto e por descobrir entre ele e a teoricamente mais poderosa Espanha. Como o provou ainda quando, ao assumir-se como a primeira potência marítima oceânica da História, após o êxito dos Descobrimentos e da batalha naval decisiva de Diu (ou Rumes) de 03 de Fevereiro de 1509, flanqueou o poder terrestre de então — O Império Otomano — como lembrou Lewis Tams em «The Earth and the State», e contribuiu não só para conter o avanço dele para o Atlântico, como para empurrar a Europa para a sua era de maior grandeza — a do mar — escrevendo páginas de História que não têm paralelo nas de qualquer outro país europeu.

Serve o supracitado para lembrar também que o sucesso dos países depende muito mais da qualidade do seu factor humano, mormente da sua capacidade para entender correctamente as suas potencialidades e vulnerabilidades e as dos outros, e a sua região e o Mundo, do que das riquezas naturais do seu território.

O sucesso dos países é, com efeito, principalmente obra de racionalidade fria, de desenvolvida cultura científica, tecnológica e empresarial, de saúde física e ético-moral, de criatividade e de dedicação a um ideal que, ao fim e ao cabo, deve ser a procura persistente da realização das chamadas aspirações universais de Segurança, Desenvolvimento e Justiça. Sucesso numa cultura total susceptível de levar os povos, designadamente o português, a evoluir numa postura passiva de importador-comerciante para uma postura competitiva de produtor-exportador.

Os políticos, os estrategistas, os cientistas e os militares, e os homens de cultura que formaram, consolidaram e expandiram Portugal, deram efectivamente provas de terem entendido bem o Mundo, a Região Atlântica Ibero-Africana e o seu País, nomeadamente quanto a possibilidades de antagonismos e de alianças no caminho dos seus objectivos. Só que, tendo elevado o seu limitado país à condição (excessiva para o seu real potencial estratégico) de grande potência mundial oceânica, que conseguiram apesar de tudo manter durante mais de um século, criaram condições de desgaste para as quais Fernando Pessoa chamou a atenção, como atrás se aludiu, em devido tempo.

É que os países, como os homens, têm idade. Isto é, têm a sua juventude, que os impele a construir uma base territorial indispensável à sua viabilidade e à sua soberania; têm a sua adolescência, que lhes inspira tentações expansionistas; têm a sua maturidade, que lhes recomenda conservadora prudência; e podem atingir mesmo a senilidade, que os pode levar a excessos de comodismo, de lassidão e de confiança nos outros, propícios à sua própria fragmentação mortal.

Por isso, não será nada conveniente minimizar as vulnerabilidades do conjunto territorial português, que decorrem da sua descontinuidade marítima (tida por especialistas como a segunda mais perigosa condição de fragmentaridade potencial), e também do alongamento norte-sul do Continente (considerada como a terceira mais perigosa daquelas condições). As quais são agravadas pelas circunstâncias de o território espanhol estar totalmente interposto entre ele e a Europa, e de norte-americanos, franceses e espanhóis tenderem a querer ver passar entre os Açores e a Madeira a fronteira entre as áreas atlânticas de interesse estratégico da América do Norte e da Europa. Razões mais que suficientes para que não possam

ser esquecidas pelos portugueses as lições históricas da exploração de tais vulnerabilidades por países estrangeiros.

É pelo que foi salientado que o espírito de Tordesilhas — de promoção do equilíbrio mundial entre os maiores poderes — se reveste do maior interesse para o presente e para o futuro da Europa e de Portugal. Porque se põe agora à inteligência, à criatividade, à competência, à experiência acumulada ao longo da História, e ao querer dos cidadãos portugueses, o desafio de solucionar a complicada equação da compatibilização do projecto europeu com a histórica opção atlântica de sobrevivência do seu País, que não pode ser substituída por aquele. Esse é o grande objectivo de Portugal. E, tal como escreveu Daniel J. Boorstin na sua supracitada obra, a propósito de o sucesso do Portugal de Quinhentos ter sido fruto dum propósito claro, que exigiu forte apoio nacional, torna-se necessário seguir o exemplo dos antepassados. Um sucesso dum País que precisa de saber o que quer e que, pela força da sua criatividade, da sua competência e da sua determinação fria e esclarecida, é capaz de, como tem acontecido com outros países da sua dimensão, designadamente a Dinamarca e a Noruega, obrigar os condutores principais do projecto europeu a atentarem também muito seriamente em si. O que é muito importante para o único país da Lusofonia com lugar no Primeiro Mundo, o de membro da NATO e da União Europeia.

Quer o referido dizer que, uma vez mais na História, os portugueses têm pela frente um desafio decisivo que precisam, antes de tudo, de ver bem definido, para se prepararem e actuarem para o vencerem. E a primeira coisa a reconhecer é que a dificuldade de tal desafio decorre, antes do mais, do actual ambiente internacional de diálogo e de cooperação (que no espírito da nova ordem em tentativa de arranque se pretende que substituam violência e confrontação) para solucionar conflitos de interesses que sempre existirão entre parceiros que foram antagonistas abertos no passado, e cujo carácter, em boa parte influenciado pela estável geografia, tende a manter os seus traços essenciais. Ambiente que, sugerindo a ideia de que velhas ameaças não fazem agora mais sentido, e de que afinal em política poderá haver amizades, pode tornar os países mais vulneráveis, por menos atentos, em alvos mais fáceis para estratégias indirectas e subtis do tipo

Sun Tsu. O que aconselha a que devam ser desenvolvidas estratégias de defesa preventiva, legítimas, de desenvolvimento, que reforcem simultaneamente a segurança, as quais passam, antes do mais, por melhoria substancial da cultura total e da informação.

E o próprio espírito de secretismo que levou a Tordesilhas tem a ver exactamente com tais estratégias: com o desenvolvimento económico e cultural que desperte o respeito dos portugueses por si próprios e o dos outros, que produza autoconfiança e poder negocial, e que permitia a surpresa da oposição firme e racional das opiniões públicas nas alturas decisivas, em que, no mínimo, mostrem saber muito bem o que devem querer e, principalmente, o que não lhes é conveniente, nem lícito, aceitar.

E a verdade, que é preciso não camuflar ou omitir, é que projectos como o de concentrar para já (na actual fase de indeterminação do processo de integração europeia) toda a cooperação dos países membros com o chamado Sul em Bruxelas, bem como o de pretextar com a mesma integração europeia para mexer em rios internacionais e para integrar economias de regiões fronteiriças, devem, no mínimo, levar a levantar um pouco mais a guarda do País. Por exemplo, a desenvolver uma estratégia preventiva e legítima de robustecimento do «Mar» que, segundo o próprio Miguel de Unamuno, faz Portugal. Mar esse tomado no sentido lato, e que é factor de desenvolvimento em segurança, em que o litoral do Continente, os arquipélagos e as relações com outros povos marítimos, europeus e extra-europeus, com a Potência Marítima e com os países que falam português (mormente com o grande Brasil), têm um papel muito importante.

Portugal lançou os fundamentos da Nova Idade do Mar de que fala D. Boorstin na obra atrás referida. E, segundo futurólogos, a Humanidade pode estar no dealbar duma civilização predominantemente marítima. Ao que não será estranho o facto de cerca de 71% da superfície da Terra ser ocupada pelo mar, e o de nele se estarem a encontrar cada vez mais recursos que são muito importantes para a sobrevivência e o Bem-Estar da Humanidade, e que vão rareando em terra, como é o caso dos nódulos polimetálicos, dos hidrocarbonetos, do urânio, etc. Para não falar de água potável, de que a longínqua Antárctida é muito considerável reserva, e onde a falta do Portugal dos Descobrimentos e de Tordesilhas é verdadeiramente

chocante. Mar esse que já faz com que mais de 70% da população mundial tenha decidido viver a menos de 50 quilómetros dos litorais.

Quer isto dizer que os caminhos da Europa, cuja geografia lhe confere uma taxa de maritimidade (relação entre a extensão da fronteira marítima e a da terrestre) muito maior que a do próprio Portugal, passam também pelo Mar. Também os dela, que está igualmente entalada entre uma Eurásia continental poderosa e hegemónica, e o Atlântico da liberdade e do desenvolvimento em segurança.

Por isso, conforme aconteceu com as primeiras potências marítimas, como Portugal e Inglaterra, que optaram por passarem a ser aliadas clássicas da superpotência que nessa função lhes sucedeu, também a Europa o terá de fazer, ao constatar que, desde 1914, não tem conseguido sobreviver com soberania suficiente para preservar o seu género de vida sem apertar laços com a América do Norte, cimentando lentamente o que bem pode vir a ser a já chamada Comunidade Transatlântica. A qual já foi aliás objecto da Declaração Transatlântica de 22 de Novembro de 1990, que introduziu um quadro de consulta permanente em que não haverá separação dos assuntos económicos e de segurança entre europeus e norte-americanos. O que faz com que cumprir Portugal euro-atlântico, agora na sua vertente europeia, não seja antagónico — antes pelo contrário — com pugnar para se cumprir uma Europa atlantista.

Além do mais, o equilíbrio geopolítico entre o Mundo Marítimo e a superpotência continental durante a Guerra Fria — que representou o espírito de Tordesilhas no Século XX — foi conseguido com o acoplamento estratégico da América do Norte com a Europa Ocidental, que teve contributo decisivo para se evitar a progressão daquela superpotência continental na direcção do Atlântico. Acoplamento esse que é agora reconhecido como sendo a pedra angular do equilíbrio e da estabilidade mundial desejável para qualquer esquema de nova ordem mundial de que as superpotências são, naturalmente, os primeiros interessados e actores. Nova ordem essa sem a qual o próprio projecto europeu, que apenas pôde dar os seus primeiros passos durante a Guerra Fria em que aquele equilíbrio prevaleceu, e que precisa dele e da estabilidade global que ele proporciona para progredir, não será facilmente viável.

Quer o referido dizer que é indispensável a preservação da solidariedade e da coesão transatlântica, por ora ainda apenas assente na Aliança Atlântica, ou NATO, para conseguir um Tordesilhas da nova era, isto é, para dividir o Mundo entre as superpotências, durante uma primeira fase dela, a bipolar. O que passa por empurrar a área de influência da Rússia, no mínimo, para lá da Europa do Leste. Isto é, por a fixar, quando muito, na Comunidade de Estados Independentes que, com a Rússia, formaram a ex-URSS.

Por isso é que, como se dizia mais ou menos encobertamente nos primeiros tempos da NATO, esta aliança foi concebida para manter a Alemanha enquadrada no Mundo Atlântico, para manter a Rússia fora da Europa, e para manter os EUA nela. O que tem a ver também com o conter tentações de formar a falada «Fortaleza Europa» através do projecto geopolítico Euro-África que visa inserir uma superpotência europeia (assente num acoplamento geopolítico e geoeconómico Norte-Sul) entre as superpotências clássicas marítima e continental, retomando o papel de perturbador do equilíbrio mundial. E, ainda, evitar que um continente Euro-Asiático, por entendimento voluntário de potências continentalistas europeias e duma Rússia abundante em recursos económicos naturais, se torne num incontível poder continental.

A «parceria para a paz» poderá ser então uma tentativa de empurrar sem pressas a Rússia para o seu «habitat» natural, em ambiente de cooperação e diálogo, e de confiança, conforme com o «pensamento global» que é próprio de qualquer esquema de nova ordem mundial.

E o que é facto é que as perspectivas dum novo figurino de Tordesilhas, a consolidar com a Comunidade Transatlântica, seria extraordinariamente interessante para Portugal. Porque, numa Comunidade apenas europeia, o País tem uma sensível e difícil posição periférica, não apenas sujeita a conflitos entre áreas de interesse estratégico da Europa e da América do Norte, mas também a ver «invadidos» e esbatidos os seus laços especiais com os países que falam português. Enquanto que, numa Comunidade Transatlântica, teria uma posição central mais favorável à coesão do seu disperso conjunto territorial euro-atlântico, e também ao seu poder negocial como ponte entre duas margens do Atlântico Norte, e entre o Sul — principalmente o que fala português — e o Norte, que não é apenas europeu.

SÍNTESE CONCLUSIVA

O espírito de Tordesilhas para um Portugal universalista, digno, responsável, competitivo, motivado, e devidamente instruído e informado quanto ao que pode e deve querer, e sobretudo quanto ao que não pode aceitar, está em: não substituir a histórica opção atlântica de sobrevivência da sua identidade de nação e da sua individualidade de país pela opção europeia; em não confundir integração europeia com integração ingénua e precipitada ibérica; e em pugnar por uma Europa atlantista, isto é, não federalista herdeira de projectos continentalista perturbadores do equilíbrio geopolítico mundial. Para bem do País, da Europa de todos os países e nações que a coabitam, e do Mundo.

Espírito de Tordesilhas que, lembrando a opinião do citado Daniel J. Boorstin (para quem o êxito de Portugal «foi produto de um propósito claro, que exigiu forte apoio nacional, ...[e] grande protótipo de exploração moderna») aconselharia a que as forças políticas nacionais, pelo menos as que têm possibilidades de alternar pela via democrática no exercício do poder político, se entendessem de facto quanto a um «propósito claro» nacional, do tipo do que se preconiza, que em nada perturbe o equilíbrio peninsular, europeu e mundial.

16 de Maio de 1994.

Virgílio de Carvalho

SIGNIFICADO DO TRATADO DE TORDESILHAS

Adão da Fonseca

SIGNIFICADO DO TRATADO DE Tordesilhas

Quando, em 4 de Março de 1493, Cristóvão Colombo entra no rio Tejo, no regresso da sua primeira viagem, o debate luso-castelhano que se abre neste momento, e que só se decidirá ano e meio depois, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 7 de Junho de 1494, constitui um momento fulcral na história do Oceano Atlântico.

Tal debate ultrapassa a mera discussão das questões pontuais abordadas no encontro que teve lugar, poucos dias depois, entre Colombo e D. João II. De acordo com a versão do próprio genovês, confirmada pelo relato de Rui de Pina, o rei de Portugal teria reivindicado para si a soberania das ilhas recém-descobertas, considerando que estas se encontravam a sul da fronteira acordada no Tratado das Alcáçovas-Toledo (1479-1480). Com efeito, segundo o estipulado nesse Tratado, pertenceriam à monarquia portuguesa as terras descobertas ou a descobrir situadas a sul do paralelo mais meridional do arquipélago das Canárias, ficando para Castela o espaço a norte da mesma linha imaginária. Neste sentido, a viagem de Colombo levantou uma primeira questão, de carácter técnico: a viagem horizontal de 1492 teria respeitado o estipulado no Tratado das Alcáçovas-Toledo?

A sequência das negociações, das ameaças e das propostas, bem como a saída encontrada para a resolução do problema, são aspectos bem conhecidos. Sucedem-se as embaixadas de ambos os lados. Tudo se discute, a ponto de, em algum momento, Castela propor o retomar das negociações a partir do ponto zero. Entretanto, a intervenção papal, concretizada em várias bulas, constitui um claro apoio às posições castelhanas. Finalmente, acorda-se uma nova linha divisória, de carácter meridiano, situada a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde.

São estes os termos do assinado em Tordesilhas, em Junho de 1494:

[Q]ue se faça e assine pelo dito mar oceano uma meia raia ou linha direita de pólo a pólo, a saber do pólo ártico ao pólo antártico, que é de norte a sul. A qual raia ou linha se haja de dar e dê direita como dito he, a 370

lêguas das ilhas de Cabo Verde para a parte de poente [...]. E que tudo o que até aqui é achado e descoberto, e daqui adiante se achar e descobrir por o dicto senhor Rei de Portugal e por seus navios assim ilhas como terra firme, desde a dita raia e linha dada na forma acima dita, indo pela dita parte do levante dentro da dita raia à parte do levante ou do norte ou do sul dela, tanto que não seja atravessando a dita raia; que isto seja e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e a seus sucessores para sempre jamais.

A primeira vista, trata-se de uma divisão do Mundo — o mundo conhecido e o mundo a descobrir — entre duas coroas. O espaço geográfico a dividir era o oceano Atlântico, as terras e ilhas nele situadas; era este o espaço realmente em disputa.

No entanto, como afirmei no princípio, a questão de fundo é muito mais ampla — aponta para a definição e concepção do próprio Oceano. Por isso, o acordado em Tordesilhas constitui um marco decisivo na história do Atlântico que, por tudo o que nele se encontra subjacente, implica e afecta simultaneamente a compreensão de toda a sua evolução, tanto anterior como posterior. Na verdade, neste Tratado, se estão patentes os problemas e os fundamentos medievais do Oceano, também na solução encontrada vão estar presentes todas as coordenadas que caracterizarão a evolução moderna do mesmo espaço. Vejamos em que medida isso acontece.

Na história do oceano Atlântico é possível distinguir duas fases fundamentais:

Há um primeiro momento, com raízes antigas, que remonta aos últimos anos do século X, com as viagens dos escandinavos ao continente americano. Estas viagens situam-se no âmbito do que se poderia considerar a viagem oceânica a partir dos «mediterrâneos europeus»; neste ponto de vista, o Báltico funciona como um «outro Mediterrâneo» do Norte da Europa.

Assim, este primeiro Atlântico escandinavo é, a seu modo, o espaço matricial do Oceano medieval, cuja história se vai desenvolver ao longo dos quatro séculos seguintes: a navegação no Báltico e na Mancha, comunicações marítimas ao longo da faixa ocidental europeia, navegações costeiras entre o Mediterrâneo e o espaço oceânico que bordeja a Península Ibérica, a França e o Noroeste europeu. Por isso, pode-se hoje dizer que, assumindo esta

herança, o Atlântico é um mar velho de cerca de mil anos, cuja primeira fase de existência se desenvolve ao longo das cinco primeiras centúrias.

No século XV, as viagens dos primeiros navegadores (portugueses, italianos, logo a seguir castelhanos) revestem-se de especial significado. Para além das inegáveis novidades tecnológicas e culturais que estas navegações implicam (viagens ao longo da costa ocidental africana, no Atlântico meridional da rota do Cabo, na descoberta das ilhas) há algo de mais profundo em todas elas: é a ruptura na concepção que o homem europeu faz do Oceano. Desta mutação radicam, no fundo, as raízes do Atlântico Moderno.

Nesta perspectiva, as viagens quatrocentistas revestem-se de um duplo significado: por um lado, representam o encerramento de um primeiro momento na história do Oceano, amplo momento de cerca de cinco centúrias que, obedecendo aos cânones e à visão do Atlântico clássico, preenchem o período medieval. Mas, por outro lado, estas mesmas viagens quatrocentistas apontam para o dealbar de um segundo ciclo, o do Atlântico Moderno, que se vai desenvolver por um período de extensão semelhante. Por esta razão, as navegações quatrocentistas (tanto as patrocinadas pelo Infante D. Henrique e pelo rei D. João II, como as de Cristóvão Colombo e de Vasco da Gama) não representam tanto o início do Atlântico, quanto o desencadear de uma nova fase da sua história. Por isso, comemorar os 500 anos da assinatura do Tratado de Tordesilhas (expressão da mutação ocorrida no século XV) aponta simultaneamente para os 500 anos que o mesmo Tratado encerra, situando assim a sua evocação no entrosamento de uma memória oceânica de dez séculos. Por isso, a comemoração de Tordesilhas não pode deixar de remeter para o milénário do próprio Oceano.

Como disse, as viagens dos descobrimentos quatrocentistas implicaram uma profunda mutação na concepção que o homem europeu faz do oceano. Nesta ordem de ideias, se o mar, espaço físico que perdura igual a si mesmo para além dos séculos, não tem história, em contrapartida o horizonte marítimo onde o homem navega, protagoniza experiências inéditas, e constrói as sociedades que no seu âmbito se desenvolvem, tem cronologia. Nesta cronologia, o século XV e, já no seu termo, o acordado em 1494, representam um momento fundamental. E isto por três ordens de factores, visíveis em Tordesilhas, tanto nas discussões levadas a cabo como na solução encontrada.

Em primeiro lugar, não se pode esquecer o considerável alargamento das dimensões do espaço físico conhecido. Se o Atlântico Medieval era a rota das

comunicações costeiras entre portos e regiões previamente conhecidas, a herança presente em Tordesilhas alargou estas rotas até à Guiné, ao Atlântico Sul e às ilhas oceânicas que, da Madeira e Cabo Verde, se estendem até às Antilhas.

Em segundo lugar, o Atlântico perde o carácter de mar aberto, indefinido (é o «mar ocidental» da tradição clássica), adquirindo uma nova dimensão espacial enquadrável em termos geográficos. Se, no período medieval, este «mar ocidental» era a costa que se apresentava como referência de uma navegação que ainda não tinha perdido o seu modelo mediterrânico, agora, em finais do século XV, as necessidades de navegação no mar alto e em distâncias muito superiores implicam a utilização de instrumentos mentais e tecnológicos muito diferentes.

Com efeito, navegar num espaço em que a referência costeira, dominada pelos portos conhecidos, constitui o horizonte do marinheiro (como acontece nos portulanos medievais) é muito diferente (em certa medida é mesmo o oposto) de navegar no alto mar, onde a localização é feita pelas coordenadas da latitude, logo abstractas, independentes, portanto, dos lugares concretos que povoam a geografia oceânica.

Em terceiro lugar, como consequência das viagens para a Guiné e, sobretudo, como consequência da viagem de Bartolomeu Dias, o Atlântico obtém, pela primeira vez, uma personalidade conceptual desconhecida até ao momento. Com efeito, a necessidade de integrar as novas experiências marítimas nos mares meridionais obriga os protagonistas de então — navegadores e políticos, pilotos e diplomatas — a pensar o Oceano, já não tanto como extensão, para Ocidente, do mar e da costa tradicionalmente navegados (como, em certa medida, ainda faz Colombo), mas sim a concebê-lo como o grande espaço marítimo que se projecta para o Sul.

Nesta ordem de ideias, se a cronologia situa o Tratado de Tordesilhas como resultado político e diplomático da viagem de Colombo (se esta não tivesse existido, de facto, teria perdurado a delimitação horizontal plasmada em Alcáçovas-Toledo em 1479-1480), em termos históricos Colombo não surge isoladamente. Quando o descobridor da rota do Cabo regressa a Portugal e informa D. João II do resultado da sua viagem, sem o saber, abre as portas para uma ruptura na história do Atlântico. Ao dizer ao rei que é possível e mais seguro chegar à Índia pelo Atlântico Sul, Bartolomeu Dias provoca o desinteresse português pela rota do Ocidente, isto é, oferece, indirectamente, a Castela esta mesma rota. Por isso, a expedição de Colombo

de 1492 ao serviço dos Reis Católicos é, de algum modo, consequência natural do que aconteceu em 1487-1488. Se da viagem de Colombo nasce o espaço das rotas horizontais para a América, das viagens de Bartolomeu Dias, e mais tarde de Gama e de Cabral, nasce a ideia moderna do Atlântico. No fundo, é este o tema em debate entre 1493 e 1494; o que se regulamenta em Tordesilhas em Junho de 1494 é o conflito entre as duas visões do Oceano. Neste sentido é legítimo dizer que, ao contrário do que aparentemente se pode pensar, Colombo é *filho* de Bartolomeu Dias.

É esta a grande e fundamental herança de Tordesilhas. Através dele, o Oceano do futuro vai-se definir por uma dupla coordenada: o seu enquadramento continental e a sua projecção meridiana. Este Tratado surge, assim, como uma expressão diplomática de um acordo que, mercê da sua importância, projectará para o futuro as implicações da nova realidade marítima proporcionada pelas navegações do século XV. Por isso, o Atlântico moderno é fruto da experiência das navegações portuguesas na construção das rotas do Sul: o Atlântico será definitivamente uma unidade marítima (plasmada meridianamente, desde o Norte até ao Sul, na linha situada a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde), como resultado do amplo processo que incorpora o oceano meridional na experiência do homem europeu.

De tudo quanto se disse sobressaem as quatro grandes coordenadas presentes na herança de Tordesilhas: horizonte oceânico meridional, perspectiva meridiana que confere unidade ao espaço Atlântico, enquadramento continental desde a África até à América, acordo luso-castelhano.

Recordar, 500 anos depois, todos estes problemas, não constitui simples esforço de memória. Com efeito, comemorar não é mero exercício lúdico de representação mnemónica de algo que já aconteceu; comemorar é sempre um esforço colectivo por integrar — pessoal e civicamente — a herança do passado na experiência de uma geração. Por isso, o esforço comemorativo é, também, um esforço de prospecção. A qualidade de prospecção do futuro, numa dada sociedade, depende sempre do modo como é representado o passado nessa mesma sociedade. Uma memória histórica deficiente implica sempre uma insuficiente definição de objectivos. Porque só a memória histórica possibilita a cada sociedade a capacidade de olhar para além do presente: a história é, no fundo, a disciplina, que capacita o homem para *pensar com rigor aquilo que não tem na sua frente*. Através dela, o homem aprende a libertar-se correctamente do presente; por outras palavras, só no rigor com que se evoca o passado se ganha a capacidade de perspectivar o futuro.

Neste contexto, reflectir sobre o oceano Atlântico, e sobre as marcas que na sua história deixou a herança portuguesa, reflectir sobre Tordesilhas — momento, herança e perspectiva — pode e deve constituir um esforço rico de virtualidades: integrar, numa visão coerente, o herdado e o ambicionado contrastando, deste modo, os problemas de então e os problemas de hoje.

Assim, no contexto das realidades do mundo actual, terá sentido questionar os problemas do Atlântico Sul em termos que recordem os de há 500 anos atrás? Qual o papel do diálogo luso-espanhol hoje em dia, qual a função de um renovado enquadramento afro-americano, qual a dimensão de uma desejável solidariedade que, numa perspectiva de unidade, aproxime de novo os dois Atlânticos, o do Norte e o do Sul? Admitamos que estas questões mereçam uma resposta positiva, independentemente dos termos em que tal resposta seja dada. Então, a herança de Tordesilhas poderá constituir uma inegável ajuda no ressurgimento de uma matriz de valores, mobilizadora em relação aos desafios que se aproximam.

Pensar Tordesilhas, situando-o como ponto de partida em ordem às comemorações da descoberta do Brasil, pode e deve conduzir-nos a pensar e a comemorar todo o processo de lenta evolução de um espaço marítimo que, com dez séculos de história, adquiriu precisamente há 500 anos a sua personalidade própria.

Se o Atlântico é um espaço geográfico com uma história que merece ser recordada através de Tordesilhas, constitui, assim, o suporte de uma civilização da qual nós, homens de finais do século XX, somos herdeiros directos: é um espaço de navegação e de convivência, é um espaço económico, social e cultural, de que importa ter consciência e que importa revitalizar. Neste contexto, portugueses, africanos e brasileiros têm algo de importante a dizer, como o podem e devem ter espanhóis e latino-americanos.

Nas vésperas do terceiro milénio, dar sentido a esta herança pode ser a grande comemoração de Tordesilhas.

Adão da Fonseca

TORDESILHAS E A CONSAGRAÇÃO DAS NOVAS OPÇÕES

Filipe Themudo Barata

TORDESILHAS E A CONSAGRAÇÃO DAS NOVAS OPÇÕES

INTRODUÇÃO

Quando, em 7 de Junho de 1494, foi assinado o texto do tratado de Tordesilhas consagravam-se na política externa do reino algumas alterações fundamentais, em grande parte nascidas de opções tomadas muito antes. É desse «mundo» que se abandonou que tratam as páginas que se seguem.

A questão podia ser retomada da mesma forma que fez o historiador Jacques Heers quando, num artigo dado à estampa em 1960, que pretendia analisar a rivalidade entre Portugal e Génova na Baixa Idade Média, acabava afirmando que a expansão marítima portuguesa de cariz atlântico fora claramente dirigida contra o Mediterrâneo ⁽¹⁾.

Que os anos anteriores a Tordesilhas apontavam no sentido do reforço de posições no Atlântico parece uma evidência. Em 1474, com o tratado das Alcáçovas, alcançava-se o primeiro acordo no sentido de Portugal e Castela dividirem áreas de influência, o qual será continuado, em 1480, nas negociações sobre as Canárias. De forma sintomática, três anos depois, a questão era já suficientemente importante para D. João II ter chamado para a Coroa o encargo de prosseguir a descoberta da costa africana.

Antes desta mudança a que o Tratado de Tordesilhas deu sentido, era para o Norte da Europa e para o Mediterrâneo que se viravam os interesses dos portugueses. Nesta segunda área, a presença portuguesa ter-se-á consolidado em definitivo nas últimas décadas do século XIV e durará pelo menos até meados da década de sessenta da centúria seguinte.

Esta viragem ao Mediterrâneo assentou, por parte de Portugal, na conquista de importantes mercados e beneficiou de uma conjuntura política e económica bastante favorável. Progressivamente, as vantagens que se

(1) Heers, Jacques, *Portugais et Génois au XVe siècle; la rivalité Atlantique-Méditerranée*, separ. Das Actas do III Colóquio Internacional Luso-Brasileiro, II, Lisboa, 1960, p. 147.

conseguiram foram sendo ampliadas de tal forma que as ligações mediterrânicas fixaram poderosas correntes políticas que tiveram forte influência no Portugal da Baixa Idade Média.

O avanço de Portugal para o Mediterrâneo: os mercados complementares

Foi por volta dos anos de 1380 que sérias dificuldades económicas atingiram os principais bancos catalães, levando muitos deles à falência, particularmente aqueles que actuavam no financiamento do tráfego marítimo ⁽²⁾. Todavia, por razões compreensíveis, só após a crise nacional de 1385 foi possível aos portugueses aproveitarem essa situação para ganharem posições no comércio mediterrânico.

Não foi só esta situação conjuntural que permitiu a Portugal consolidar uma presença no Mediterrâneo. De facto, também a evolução política peninsular e europeia ajudou a criar um espaço de manobra que o reino soube aproveitar. Apesar da necessidade de aprofundar mais os estudos de história política, parece evidente que a guerra castelhano-aragonesa de 1356 a 1365 será um momento decisivo, ao enfraquecer as posições de Aragão no contexto do sul mediterrânico. É interessante notar que, então, ao lado de Castela se encontrava Génova e, em muitas expedições punitivas contra as costas levantinas, surgiam também os portugueses ⁽³⁾. Era difícil o papel dos monarcas lusos: ganhar espaço político e vantagens económicas à custa de Aragão, mas não perder este aliado para fazer face às tendências hegemónicas de Castela.

Não foi pois por acaso que esta guerra se disputou no mar com o mesmo empenho com que se desenrolou em terra. Ela fazia parte da rivalidade de fundo que se foi desenvolvendo ao longo do século XIV e centúria seguinte entre Aragão e Génova e que marcou então a história do Mediterrâneo ⁽⁴⁾. Era Roger de Lauria, príncipe de Djerba e Kerkennah, Almirante do rei de Aragão e figura central da política da região (1283-1305) que gostava de se vangloriar

⁽²⁾ Sayous, André-E., «Els Mètodes Comercials a la Barcelona del segle XIV» in: *Els Mètodes Comercials a la Barcelona Medieval*, Barcelona, 1975, pp. 95-99 e 130-137.

⁽³⁾ Martin, José Luís, *La Península en la Edad Media* Ed. Teide, Barcelona, 3.ª ed., 1984, pp. 670-675.

⁽⁴⁾ Chaunu, Pierre, *L'Expansion Européenne du XIIIe au XVe Siècle*, PUF, Paris, 1969, pp. 67 e 88 e segt.; Heers, Jacques, *O Ocidente nos séculos XIV e XV (aspectos económicos e sociais)*, Pioneira Ed., São Paulo, 1981, pp. 146-153.

de que «nenhum peixe e muito menos qualquer galera ou outra embarcação se arrisca a navegar sem um salvo-conduto do rei de Aragão» ⁽⁵⁾. Claro que, dizendo isto, ele olhava para os genoveses e para as populações e poderes norte-africanos.

Esta realidade ajuda ainda a explicar uma parte da passividade com que Génova assistiu à «chegada» dos portugueses à sua área de influência. Dominando os negócios ligados à rota do Levante, aliado por vezes dos monarcas lusos e conhecendo mal o reino e o seu potencial, só mais tarde a costa portuguesa será motivo de atracção para os mercadores geneveses ⁽⁶⁾.

Nas relações luso-aragonesas, se bem que não se deva esquecer esse elemento de rivalidade, algumas vezes conflitualidade, tinha preponderância não só a aliança política como também a complementaridade de interesses económicos: a troca de matérias-primas, manufacturas, especiarias e escravos, Portugal oferecia o pescado de que os aragoneses tanto necessitavam. Arrastado nesse tráfego não era raro o reino adquirir aí, por sua vez, outros produtos alimentares, como arroz e cereais, para, noutros anos de abundância, exportar trigo para as costas levantinas.

A importância deste comércio foi tal que ajudou a fixar a presença nacional em torno da região Ocidental do Mediterrâneo. Neste contexto, pelo menos até meados do século XV, as relações económicas com as cidades italianas parecem ter tido um carácter subsidiário. Desse ponto de vista é duvidoso que os portugueses tenham sido verdadeiros concorrentes dos italianos, nomeadamente dos genoveses.

Relembre-se a este respeito o deficiente conhecimento que, ainda por volta de 1410, uma das maiores casas florentinas, a casa Datini, tinha do mercado português ⁽⁷⁾. Com efeito, a documentação parece apontar para que terão sido primeiro os negócios dos couros e depois os do açúcar aqueles que mais interessaram os italianos ⁽⁸⁾. Mas então já se dobrara a segunda metade da centúria de Quatrocentos.

⁽⁵⁾ Dufourcq, Charles-Emmanuel, *L'Espagne Catalane et le Maghrib aux XIIIe et XIVe Siècles*, Paris, 1966, p. 576.

⁽⁶⁾ Veja-se, entre outros, o estudo de Virgínia RAU: *Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini*, Lisboa, 1956, separ. da *Revista da Faculdade de Letras*, de Lisboa (tomo XXII, 2.ª série, n.º 2, 1956).

⁽⁷⁾ Rau, Virgínia, *Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato*, separ. de *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 21-22, Lisboa, 1962-1963, pp. 8-9.

⁽⁸⁾ Melis, Federigo, *Documenti per la storia economica dei secoli XIII-XVI*, Florença 1972, pp. 11, 152, 260, 440, entre outras.

Esta ideia contrasta, aparentemente, com a tese defendida por Jacques Heers de que será precisamente nesta altura que o comércio entre o reino e a senhoria genovesa mais se desenvolveu e Portugal chegou a ter condições para rivalizar com Génova, particularmente por ter evitado uma especialização demasiado acentuada da sua capacidade fretadora no Mediterrâneo ⁽⁹⁾. Duas observações se impõem a este propósito.

A primeira respeita à questão da especialização. É provavelmente certa a ideia deste historiador de que Génova, a partir do momento em que os mercadores portugueses garantiam uma parte da viagem com o transporte do açúcar, deixou de poder impor os preços dos fretes como até aí fazia ⁽¹⁰⁾. Mas, utilizando os mesmos argumentos de J. Heers, também é certo de que, pouco a pouco, o comércio luso e o seus fretes na região do Mediterrâneo se foram especializando, ou seja, perdendo capacidade de adaptação e de alternativas.

A segunda observação prende-se com o facto de ter sido na segunda metade do século XV que este comércio ganhou uma muito maior amplitude. É para aí que apontam todos os elementos disponíveis. A própria comunidade portuguesa em Génova terá o seu primeiro cônsul só em 1469, com a nomeação de Marco Lomellini ⁽¹¹⁾. Mas, neste caso há que contar com o quadro global em que Portugal actuava. Empenhado já na exploração da costa africana e com uma situação financeira que nunca foi muito saudável ⁽¹²⁾, o reino não estava em condições de manter e defender posições em duas regiões, sendo que no Mediterrâneo o panorama geral, com a pressão otomana cada vez mais forte, era menos favorável. Aliás, a discussão que se travou no reino, ao longo de toda a centúria de Quatrocentos, acabou por apontar a África como a prioridade do reino ⁽¹³⁾.

⁽⁹⁾ Heers, Jacques, *L'Expansion Maritime Portugaise à la fin du Moyen Age: la Méditerranée*, Lisboa, 1956, separ. da *Revista da Faculdade de Letras*, de Lisboa, tomo XXII, 2.ª série, 1956, pp. 19-20.

⁽¹⁰⁾ Idem, *Ibidem*, p. 22.

⁽¹¹⁾ Silva Marques, J., *Os Descobrimentos Portugueses — documentos para a sua história* (referidos, daqui em diante, como DP), vol. III, n.º 44.

⁽¹²⁾ Sobre a constante falta de metais preciosos em Portugal, na Baixa Idade Média, em especial nos inícios do século XV: (TAVARES), Maria José Ferro, *Estudos de História Monetária Portuguesa (1385-1438)*, Lisboa, 1974, pp. 71 e segts.

⁽¹³⁾ Uma amostra dessa discussão, embora restrita aos membros da Casa de Bragança: CUNHA, Mafalda Soares, *Linhagem, Parentesco e Poder — A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, 1990, pp. 145-147.

Porque não terão então os italianos, genoveses e venezianos em especial, tentado tirar os mesmos benefícios da costa africana que portugueses e castelhanos souberam colher? Vale aqui a pena recordar uma interessante afirmação de Pierre Chaunu que aqui se subscreve. Este autor, ao tentar perceber as razões que levaram Portugal e Castela para a «grande aventura marítima», dizia que, ao princípio, ela não fora uma questão central europeia, antes era um problema marginal e uma germinação de fronteira ⁽¹⁴⁾. Para ele, a expansão atlântica fora obra de cantabros, andaluses e portugueses, gente que aprendeu a navegar na escola rude da pesca em águas frias.

Este quadro geral torna necessário alguns esclarecimentos. Se olharmos para o conjunto do século XV, eram mais fortes os factores que tendiam a favorecer o comércio entre Portugal e o Mediterrâneo do que aqueles que reforçavam a rivalidade. Mas foi-se alterando a estrutura do próprio comércio. De facto, não foram homogêneas as fontes de receita do comércio externo português durante quase toda a centúria de Quatrocentos.

A par de exportações e importações relativamente constantes ao longo desses anos (aquisição no exterior de matérias-primas, manufacturas e produtos alimentares e venda no estrangeiro de pescado, capacidade transportadora e, por vezes, cereais), foi-se modificando uma parte da oferta e procura dos portugueses no sul da Europa, já que para o Norte, um grande mercado, continuavam a seguir os produtos do Sul.

Assim, do lado da procura foram pequenas as alterações. Do que comprava habitualmente no Mediterrâneo, Portugal só com os escravos conseguiu alguns resultados, visto que, primeiro com Ceuta e depois com as expedições às costas africanas, se tornou num fornecedor dos mercados europeus. Mas, o reino continuou a precisar de se abastecer no exterior de metais, pez, alcatrão, madeira, têxteis, armas, especiarias, produtos alimentares e um largo etc., tudo obtido na Europa, muitas vezes nos ricos portos do Sul. Em compensação variou muito mais a oferta portuguesa: a partir de 1415 com os escravos e com o incremento do comércio dos couros ⁽¹⁵⁾ e, desde cerca de 1455 ⁽¹⁶⁾, com as primeiras exportações de açúcar.

⁽¹⁴⁾ Chaunu, Pierre, *op. cit.*, p. 65.

⁽¹⁵⁾ Ver acima a nota ⁽⁴⁾.

⁽¹⁶⁾ Miguel, Carlos Sousa, «Açúcar» in: *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Porto, 1979, vol. I, p. 25.

Como pagava o reino todas estas importações, pois que o pescado, cereais, couros e escravos não cobriam para essas compras ⁽¹⁷⁾? Uma primeira resposta está na política de transporte desenvolvida por Portugal, nomeadamente com o notável incremento dos fretes dirigidos para o Mediterrâneo e daí regressados. Aqui, a grande oportunidade do país terá surgido entre os anos de 1422 e 1452, quando as vicissitudes da rota do Levante atingiram seriamente Génova e Veneza ⁽¹⁸⁾.

Aparentemente, o aumento da frota portuguesa que a tomada de Ceuta implicara ganhou um maior sentido comercial, o qual seria reforçado pelos novos produtos que Portugal se preparava para levar para o Mediterrâneo. Mas é provável que tenha sido o corso devastador levado a cabo um pouco por todos os portugueses, um dos mais importantes meios de obtenção de riqueza.

Esta viragem ao Mediterrâneo acentuou-se com a regência do Infante D. Pedro, que pode ser considerado como uma das cabeças visíveis dessas correntes que faziam da presença nesse mar uma questão chave da política externa portuguesa ⁽¹⁹⁾.

Uma clarificação final em relação à data de 1466. O final do reinado do Condestável D. Pedro marcará o fim de um ciclo de forte presença portuguesa nos destinos e na vida económica de Aragão. Como uma investigação mais aprofundada provavelmente mostraria, será a partir de então que se irão acentuar as ligações dos portugueses ao Mediterrâneo Central. Esta data de 1466 é, em grande medida, simbólica. Mas, repete-se, a escolha atlântica parecia irreversível. É nesta lógica alternativa que se insere o Tratado das Alcáçovas e, no mesmo ano, a transformação da expansão no Atlântico em empresa da Coroa.

Coroando o abandono de uma política que, pelos menos desde 1415, foi bastante homogênea, D. João II, juntamente com seu pai, com data de 10 de Janeiro de 1481 «...comsirando nos como e bem e proueito destes nossos rregnos aveer trauto e comércio antre elles [D. João e seu pai D. Afonso V] e

⁽¹⁷⁾ Roover, Raymond de, «La Balance Commerciale entre les Pay-Bas et l'Italie au XVe siècle», in: *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, tomo XXVII, n.º 2, Bruxelas, 1959.

⁽¹⁸⁾ Ashfor, Eliyahu, *Levant Trade in the Later Middle Ages*, Princeton, New Jersey, 1985, cap. III.

⁽¹⁹⁾ Macedo, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa — Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, 1987, p. 46.

el rrey de tremeçem e seu regno Senhorios e terras...» dá uma carta de seguro aos navios, cargas e naturais do senhorio africano ⁽²⁰⁾. Mais um limite à actividade dos portugueses no Mediterrâneo. Oficialmente punha-se de certo modo fim à ideologia de razia e pilhagem que os nacionais do reino tinham transportado dos campos peninsulares para o mar. A palavra cabia agora ao comércio.

Uma eficaz política de transportes e um curso popular

Juntamente com o comércio, a presença portuguesa no Mediterrâneo estava indefectivelmente ligada a uma forte capacidade transportadora e à prática de um curso sistemático.

Pelo menos desde a tomada de Ceuta, as necessidades transportadoras dos monarcas portugueses irão aumentar substancialmente, pelo que, nas várias situações de conflito entre mercadores e proprietários de navios que tiveram lugar na primeira metade do século XV, os sucessivos reis apoiavam os segundos. Esta posição não é surpreendente se pensarmos que a Coroa, muitos membros da família real, gente de várias casas nobres e até homens do clero eram proprietários de embarcações, as quais lhes acrescentavam bons rendimentos com os transportes que faziam ⁽²¹⁾. Esse apoio aos interesses dos mestres e patrões dos navios traduzia-se muitas vezes nas imposições aos mercadores do reino e até a estrangeiros para, nas suas actividades, esgotarem primeiro as possibilidades de transporte das embarcações do reino e só depois recorrerem às oriundas de outras partes.

Não sendo este o local para seguir o desenrolar dessa luta, importa perspectivar as grandes linhas da sua evolução. O apoio sistemático aos proprietários dos navios começou a ser posto em causa com uma série de medidas, das quais uma das primeiras foi a carta de 8 de Outubro de 1470 ⁽²²⁾. Nela o rei proibiu aos mercadores fretarem navios estrangeiros para o transporte de «aver de peso», açúcar, fruta e outras mercadorias, excluindo-se, expressamente, o sal e a cortiça, a não ser que se tratassem das grandes cocas e urcas, em que se mantinha a proibição. Estas medidas obrigavam

⁽²⁰⁾ DP, III, n.º 148.

⁽²¹⁾ DP, I, n.º 120-122 e Supl. I, n.º 182, 584 e 587.

⁽²²⁾ DP, III, n.º 58.

também os genoveses e florentinos residentes em Portugal. Uma observação que, desde logo, este documento merece é a de que os produtos passíveis de serem carregados em embarcações estrangeiras eram os que tinham por destino os mercados do Norte da Europa, enquanto no Mediterrâneo se continuava a assegurar uma forte presença portuguesa.

Aparentemente, esta ideia contraria as teses que Jacques Heers defendeu, segundo o qual a presença de navios portugueses no Mediterrâneo, começando por ser diminuta, se reforçou a partir da segunda metade do século XV, em especial no final da centúria. Como exemplo, oferece o ano de 1495, em que, durante esse período, pelos menos 10 navios oriundos de Portugal, se dedicaram ao transporte de mercadorias por conta de genoveses ⁽²³⁾.

Para este autor, as novas condições favoráveis relacionavam-se com o facto de Portugal possuir bons produtos para oferecer, açúcar e couros, e, no retorno, terem a viagem garantida com especiarias ou outras mercadorias ⁽²⁴⁾. Em qualquer caso os navios nacionais deixaram de ser auxiliares das frotas dos outros potentados mediterrânicos, passando a ter maior controlo sobre o preço dos fretes ⁽²⁵⁾. Do mesmo modo, segundo ainda este autor, a partir de então, os portugueses estavam em condições de competir com alguns dos interesses básicos dos genoveses, em especial pelo facto de controlarem uma parte importante do acesso às fontes do ouro sudanês e de desviarem em favor das regiões atlânticas riquezas africanas.

Também Luís Adão da Fonseca mostrou a importância das navegações portuguesas no Mediterrâneo, reconhecendo como, no século XV, o crescimento da marinha do reino excedia em muito as necessidades de transporte do país, pelo que essa actividade como que transbordou da sua região de origem para as áreas do Mediterrâneo Ocidental ⁽²⁶⁾.

Perante tudo isto, não é, pois, fácil perceber as razões de ser das medidas tomadas em 1470. Provavelmente, o atenuar do curso, a deslocação para

⁽²³⁾ Heers, Jacques, *L'expansion maritime...*, p. 21.

⁽²⁴⁾ Idem, *Ibidem*, pp. 22-23.

⁽²⁵⁾ Idem, *Portugais et Génois au XVe Siècle; la rivalité Atlantique-Méditerranée*, Lisboa, 1960, p. 146, separ. das *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros* (Lisboa, 1957), vol. III.

⁽²⁶⁾ As suas obras fundamentais sobre a navegação no Mediterrâneo são: Fonseca, Luís Adão da, *Navegación y Corso en el Mediterraneo Occidental — los portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, 1978; Idem, *O Porto nas rotas do Mediterrâneo Ocidental (vésperas da época moderna)*, separ. da *Revista de História*, vol. III, Porto, 1982.

África de um esforço grande de navegação, as dificuldades, financeiras ou outras, de repor o número de navios que se iam deteriorando, em especial por parte da Coroa, e as alterações das condições políticas no Mediterrâneo eram elementos que ajudaram a mitigar a capacidade de pressão política dos mestres e proprietários de navios, dando, portanto, aos mercadores do reino um maior espaço de actuação.

É verdade que a legislação beneficiava as cidades portuárias e ajudava a garantir ao monarca a recolha dos seus impostos, mas, mais relevante, ajudava a pôr em causa uma prática antiga, em que os interesses dos transportadores determinavam uma parte substancial da política comercial externa do reino.

De facto, estava a chegar ao fim um período que começara nas últimas décadas do século XIV, em que os navios do reino frequentavam particularmente, de uma forma continuada e sistemática, os mercados das cidades do Levante peninsular, e em que se multiplicavam os fretes. A consolidação dessa presença terá sido tanto mais fácil, quanto a concorrência que os portugueses sofreram não foi muito grande ⁽²⁷⁾.

Foi nesta fase, numa altura em que ainda é difícil precisar, mas certamente após a conquista de Ceuta, ligada à exportação de pescado para Aragão, relacionada com o crescimento do corso e marcada por uma evolução económica favorável, que a presença portuguesa avançou até às costas italianas. Os navios do reino vão então aproveitar plenamente as novas possibilidades para rentabilizarem a sua actividade. Um dos exemplos mais interessantes é-nos dado pelo próprio Jacques Heers ⁽²⁸⁾, ao reportar-se às viagens do «Santa Maria Flor da Rosa», propriedade do Infante D. Fernando, entre os anos de 1456 e 1463.

O que é interessante observar são as características dos fretes desta e doutras embarcações. A mais relevante diz respeito ao facto dos fretes ainda não serem especializados. O mesmo navio podia transportar trigo, sal, armas ou outros produtos. Os únicos navios que, eventualmente, realizavam fretes mais específicos eram os que levavam o pescado para os portos catalães

⁽²⁷⁾ Como o grande comércio das cidades italianas não passava por Portugal, a real concorrência que os mercadores do reino sofriam era muito menos forte, semelhante ao tipo de embarcações que, como a de Bernat Gasch de Tolosa, em 1381, aportou a Valência e carregou algumas mercadorias com destino a Lisboa (Cabanes Pecourt, M. Desamparados, *Coses vedades en 1381*, Valência, 1971).

⁽²⁸⁾ Heers, Jacques, *L'expansion maritime*, pp. 10, 16 e 18.

e valencianos, em que não só poderiam ser necessárias algumas adaptações da embarcação como também rapidamente o pescado se impôs como a mercadoria por excelência a escoar nessas paragens.

O facto de Portugal, desde meados do século XV, conseguir assegurar, com o transporte dos couros e do açúcar, um bom frete de ida para as regiões do Mediterrâneo, veio trazer consequências decisivas. Com efeito, a partir de dado momento, torna-se nítido que os portugueses enveredam por uma especialização nos fretes destes dois produtos. O já referido documento, de 8 de Outubro de 1470 ⁽²⁹⁾, vem consagrar esta preferência nos fretes por certos produtos.

Esta situação de especialização, que anuncia uma nova fase na política de transportes, teve enormes consequências. A partir de então, o reino poderia ficar à mercê de qualquer crise no preço dos produtos, ou de retracção dos mercados. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a queda dos preços do açúcar nos finais do século XV ⁽³⁰⁾.

Com os preços do açúcar em baixa, para evitar perdas demasiado grandes, D. Manuel I teve de contingentar a exportação do açúcar madeirense. Juntamente com o volume do açúcar a exportar, aproveitou para tabelar o preço dos fretes, num valor próximo dos 5, 5 cruzados por cada tonelada ⁽³¹⁾. Os proprietários dos navios aprenderam, juntamente com os mercadores, os perigos que comportava um comércio demasiado especializado. Daí ficava mais espaço para que a aventura africana e da Índia se tornasse cada vez mais atraente. Os navios estavam ocupados na sua actividade normal e os riscos económicos seriam, talvez, menores. É verdade que, no final do século, as caravelas portuguesas atingiam o Mediterrâneo Oriental, mas, pelos vistos, os lucros que retiravam já não eram tão grandes como antes. Tudo apontava noutra direcção.

O outro pilar da presença portuguesa no Mediterrâneo era, já se disse, o corso. Este, em certa medida, continuava no mar as práticas de pilhagem e razia tão conhecidas dos povos europeus. Uma das regiões mais afectadas era aquela em que se moviam os interesses e as navegações portuguesas, ou seja, a área que ligava o Mediterrâneo ao Atlântico. Aí, desde o século XIV.

⁽²⁹⁾ Supra, nota ⁽²²⁾.

⁽³⁰⁾ Supra, nota ⁽¹⁶⁾.

⁽³¹⁾ DP, III, 323.

vivia-se uma situação que, hoje, pode parecer estranha, mas, antes, era o quotidiano das populações ribeirinhas: a coexistência de tendências de carácter pacífico e cosmopolita ⁽³²⁾, com um estado de guerra endémico, tantas vezes difícil de controlar.

O alastrar da violência resultava da conjugação de vários factores: dificuldade de impor uma autoridade no mar, incapacidade para resistir à tentação de tomar presas fáceis, busca do simples lucro ou necessidade de complementar os lucros de negócios mal sucedidos, alternativas às crises que atingiam populações costeiras, meio expedito de obter fundos, aventureirismo dos marinheiros e muitas outras. Para mais, o facto de ser uma zona onde se confrontavam duas religiões, aumentava o potencial de violência, pois vinha colocar o problema da legitimidade da própria guerra. Como descreveu Charles-Emmanuel Dufourcq, a guerra, nos séculos XIII e XIV, era a situação normal e as pazes só determinavam uma interrupção momentânea do conflito, pelo prazo que fosse acordado, findo o qual as hostilidades recomeçariam ⁽³³⁾.

Se os mercadores e navegantes em geral, nas suas viagens, não hesitavam em capturar outros navios para arredondarem os seus lucros, os oficiais da administração não perdiam eventuais oportunidades. O corso era um negócio popular: para os armadores das embarcações, nobres ou não, para os mercadores que arredondavam os seus lucros, para as tripulações que partilhavam o saque e até para as populações ribeirinhas que não desdenhavam deitar mão a uma presa de ocasião. Seguindo o exemplo régio, as grandes casas senhoriais lançaram-se, em especial desde o século XV, na promoção de acções de corso, que lhes traziam boas rendas. Como é sabido, os Infantes D. Henrique e D. Pedro, como depois D. Fernando, irmão de D. Afonso V, tinham os seus próprios corsários ⁽³⁴⁾.

Contudo, não se pense que a violência era usada exclusivamente contra o Islão. As inúmeras queixas existentes nas chancelarias medievais estão aí para o provar. Ninguém escapava a esta lógica. Mesmo os genoveses e venezianos, aparentemente os grandes beneficiados pela pacificação das vias marítimas medievais, partilhavam essa atitude, que tanto os incluía do lado

⁽³²⁾ Dufourcq, Charles-Emmanuel, «Chrétien et musulmans durant les derniers siècles du Moyen Âge», in: *la Peninsula Ibérica y el Mediterráneo. O Centro-Occidental (siglos XII-XV. Actas del I Congreso Internacional de Historia Mediterranea* (Palma, 17-22 Dezembro de 1973), Barcelona/Roma, 1980, pp. 207-208.

⁽³³⁾ *Ibidem*, pp. 210-211.

⁽³⁴⁾ Sousa, J. Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1990, pp. 217-9 e 251-2.

das vítimas como dos autores do corso ou da pirataria. Génova, em especial, apesar de ter assinado e acordado as pazes com Veneza, com o Tratado de Turim de 1381 ⁽³⁵⁾, continuou a pressionar no Mediterrâneo Oriental o tráfego veneziano com constantes assaltos aos navios da cidade protegida por São Marcos.

Se é verdade que os mercadores e corsários europeus assaltavam, por vezes, navios cristãos, os portugueses era contra o Islão que dirigiam o grosso desta sua actividade, em especial após 1415.

De facto, com a conquista de Ceuta, Portugal conseguia repor o princípio de exercer uma influência específica contra os mouros, questão que, desde a conquista do Algarve, lhe havia diminuído espaço de manobra na cena política europeia ⁽³⁶⁾. Lembre-se que, se antes da expedição de 1415 era problemática a representação do reino no concílio de Constança, já a embaixada enviada em 1416 reclamava para si o direito de representar as nações hispânicas ⁽³⁷⁾. A partir daí, Portugal passava a ter uma palavra importante nas questões do Mediterrâneo Ocidental. Logo nessa altura D. João I enviou a D. Fernando de Aragão um mensageiro, João Escudeiro, com a notícia da conquista e, passados dias, seguiu uma embaixada dirigida pelo vedor da Fazenda do Porto Álvaro Gonçalves da Maia. O monarca encarregou-o de lembrar a legitimidade e alcance religioso do feito de armas, mas não se esqueceu de oferecer apoio para as armadas aragonesas atacarem o reino de Granada ⁽³⁸⁾.

A nova situação está bem expressa nas cartas que, ainda em 1415, o rei de Aragão enviou ao seu homólogo português e ao sultão marroquino. Por um lado tentava acalmar a fúria deste último, que ameaçara exercer represálias contra os cristãos em geral, e, por outro lado, perante D. João I, depois do júbilo inicial, protestava pelos desmandos que os seus vassallos tinham começado a praticar ⁽³⁹⁾.

⁽³⁵⁾ Braunstein, Philippe, «La capture d'une coque vénitienne sur la route de Flandre au début du XVe siècle, in: *Horizons Marins, Itinéraires Spirituels (Ve-XVIIIe siècles)*, vol. II, Paris, p. 123.

⁽³⁶⁾ Macedo, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força — Estudo de Geopolítica*, Lisboa, 1987, p. 13.

⁽³⁷⁾ Nascimento, Aires Augusto, *Livro de Arautos*, Lisboa, 1977, p. 324 e segts., acerca da discussão sobre a representação peninsular ao Concílio de Constança.

⁽³⁸⁾ Zurara, Gomes Eanes, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem Martins, 1992, caps. XCVII/C.

⁽³⁹⁾ Arribas Palau, Mariano, *Repercusión de la conquista portuguesa de Ceuta en Aragón*, separ. de «*Tamuda*», Ano II, Tetuan, 1915, p. 9 e segts.

Claro que todos os reinos se aperceberam da introdução de novos elementos na região. Portugal, além da credibilidade internacional como reino, tinha optado por uma atitude «oficial» de confronto com o mundo islâmico. Neste aspecto, o governo de D. Pedro de Meneses foi o exemplo vivo dessa nova política: corso activo, saque e pilhagem das costas granadinhas e norte africanas, o que não impedia, é verdade, que, quando necessário, se praticasse um razoável comércio. Entre as consequências desta nova política duas merecem especial destaque. A primeira diz respeito ao mundo árabe. Constantemente fustigadas as costas do Maghreb e com a fuga de muitas populações para o interior, começa, desde então, a verificar-se alguma astenia na vida económica da região, em especial no comércio externo, de que os portugueses foram dos principais responsáveis ⁽⁴⁰⁾. A segunda consequência respeita a Portugal, ou mais exactamente a Ceuta. Nesta cidade acumular-se-á um potencial de agressividade tremendo, que permitirá a Ceuta funcionar como um pólo de atracção para todos aqueles que, nos diferentes reinos cristãos, favoreciam as políticas belicistas contra os muçulmanos.

Um exemplo bastante interessante das questões antes enunciadas é-nos dado por um volumoso maço de documentos existentes no Arquivo do Reino de Valência. Através dele podemos observar como se processava uma campanha de corso, como se procedia à captura e legalização das presas e também como a presença portuguesa em Ceuta vem alterar alguns dos equilíbrios há muito existentes no Mediterrâneo Ocidental ⁽⁴¹⁾. Em concreto, este conjunto de documentos narra as aventuras de um cidadão valenciano, Bernat Font, que se viu envolvido nas teias dessas transformações, mas que só tarde as compreendeu.

Tudo começou por volta dos meses de Maio ou Junho do ano de 1434 quando Bernat Font, autorizado pelo Bailio Geral de Valência, armou um lenho de 11 bancos para fazer corso contra os mouros da Berberia. Já nas costas norte-africanas capturou um pequeno «carvel» mourisco que fora aban-

⁽⁴⁰⁾ Esta tese explicaria, em parte, a incapacidade dos potentados do Norte de África para reaverem as praças que iam perdendo.

⁽⁴¹⁾ Estes documentos do «Archivo del Reino de Valencia» encontram-se na série «Baillia», sob o n.º 1147, e dizem respeito ao fol. 210 e segts.

donado pela tripulação e que transportava trigo e outras mercadorias. Tomada a presa, levou-a para a cidade de Ceuta onde vendeu tudo e adquiriu um escravo, de nome Caet ben Mahomat, propriedade do português Vasco Gil.

Até aqui podemos dizer que os negócios corriam de feição para Bernat Font e dentro da normalidade. Sendo o corso contra os muçulmanos uma actividade há muito praticada, nesta época nenhum interesse estratégico obstava a que os aragoneses realizassem capturas nas costas do Norte de África contra os mouros. Ao contrário, a poderosa frota aragonesa continuava a fazer sentir a sua presença dominadora prejudicando decisivamente os interesses genoveses e a influência que continuavam a manter nos mercados norte-africanos.

Entretanto Bernat Font, quando se encontrava em Ceuta, recebeu uma informação, através de uma espia, que em Beliz de la Gomera (Fez) se estava a carregar um «caro» com várias mercadorias, entre as quais seguramente trigo. Ainda segundo o relato do próprio corsário valenciano, ao chegar perto do navio mourisco que já navegava, apercebeu-se que este vinha perseguido por uma nau portuguesa. Acordados entre si os dois homens do mar cristãos, rapidamente o «caro» foi apresado.

Este ataque é um bom exemplo daqueles que a *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses* narra e que se realizavam a partir de Ceuta: assaltos rápidos e violentos organizados contra o regular tráfego comercial muçulmano e às vezes até cristão, algumas vezes combinados com navios de outros reinos. Note-se ainda que o navio português era comandado por Afonso Garcia da casa do Conde D. Pedro de Meneses, conforme os mouros capturados explicaram quando foram interrogados em Valência. Deve tratar-se do mesmo patrão do primeiro barco construído em Ceuta e um dos primeiros marinheiros a envolver-se na actividade corsária com o conhecido «Santiago Pé de Prata» ⁽⁴²⁾.

Seja como for, tomado o barco, contaram-se 24 mouros apresados, dos quais 7 couberam em sorte a Bernat Font. A acompanhá-los, o valenciano ficou também com parte das mercadorias. Esta desigualdade de repartição deverá estar ligada ao facto de terem sido, seguramente, os portugueses a

⁽⁴²⁾ Zurara, Gomes Eanes, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, Porto, 1988, pp. 106-111.

avistarem e iniciarem a perseguição, pelo que este tipo de partilha deveria ser a prática corrente entre as gentes do mar.

Satisfeito com a sua presa, Bernat Font dirigiu-se primeiro a Alicante e daí para Valência. Seguindo as regras então em vigor, pediu ao Bailio Geral para que os seus 8 cativos (os 7 apresados mais aquele que comprara em Ceuta) lhes fossem declarados de «boa guerra», ou seja, eram não só uma presa legal, como também tinham sido legalmente capturados. Isto implicaria pagar o respectivo imposto, correspondente ao preço pelo qual eles eram avaliados ⁽⁴³⁾, mas depois Bernat Font estava apto a realizar os seus negócios e a obter os seus lucros da acção que iniciara umas semanas atrás.

A vantagem de vender os cativos em Valência deve-se ao facto desta cidade ser um mercado importante de escravos, frequentada por forasteiros, e, por isso, proporcionar preços muito mais interessantes para o vendedor. O imposto a pagar fazia parte de um processo, muitas vezes mero expediente para o rei conseguir alguns rendimentos suplementares e proceder a uma fiscalização mínima das presas efectuadas.

Como habitualmente, os 8 muçulmanos foram interrogados, tendo todos eles declarado nome, idade, profissão, condições de detenção e local de nascimento. Ora, neste último aspecto, pelo menos 3 deles vieram declarar ser oriundos do Reino de Granada. Aqui começaram as desventuras de Bernat Font neste negócio que parecia tão bem encaminhado. De facto, o Bailio, face às declarações dos mouros, decidiu que as mercadorias e 5 dos cativos tinham sido apresados de «boa guerra», mas, quanto aos que se diziam originários de Granada, considerava-os ilegalmente capturados e ordenava que fossem devolvidos à liberdade.

Esta sentença que poderá parecer estranha era, afinal, a consequência inevitável dos equilíbrios políticos que se geravam no interior da Península Ibérica. Com efeito, por estes anos, a situação peninsular era muito instável. Algumas tentativas de aproximação entre granadinos e aragoneses procuravam obstar às tendências expansionistas de Álvaro de Luna, contra o qual, pouco antes, os próprios aragoneses já se tinham defrontado entre 1428 e 1430. Por outras palavras, pode dizer-se que neste ano de 1434 se estava num período

⁽⁴³⁾ Piles Ros, Leopoldo, *Apuntes para la Historia Económico-Social de Valencia durante el siglo XV*, Valência, 1969, p. 172.

de equilíbrios de influência entre Castela e Aragão no que respeitava ao reino de Granada ⁽⁴⁴⁾.

Face a esta situação o rei aragonês não tinha dúvidas em levar a cabo uma política de algum entendimento com os granadinos, como já o tinham feito, no passado, alguns dos seus antecessores. Nesta altura, os aragoneses mantinham apoio a Muhamed IX, contra as pretensões de Castela que, através de Álvaro de Luna, tinha imposto no trono de Granada Yusuf IV (1432) e derrotado os chamados Infantes de Aragão dois anos antes ⁽⁴⁵⁾.

É neste contexto que Bernat Font entrega, em 18 de Julho de 1434, um «memorando» onde exprime o seu espanto e indignação por tal decisão, reclamando a sua revisão. Depois de, mais uma vez, narrar os sucessos em que participou e de descrever como fora efectuado o apresamento do navio mourisco, ele resumia, de forma sistemática e em alguns pontos, os aspectos básicos da sua argumentação da contestação da sentença. Estes argumentos são um verdadeiro repositório dos direitos de praticar a guerra contra os mouros e que importa acompanhar.

Em primeiro lugar começou pela matéria factual. Negava as declarações dos mouros que se disseram oriundos do Reino de Granada, acrescentando que, ao serem interrogados em Alicante, os cativos haviam reconhecido serem todos da Berberia. Seguidamente lançou-se nas questões de direito, que são, para nós, as essenciais. Assim, como segundo argumento, Bernat Font considerava que ainda que os mouros fossem de Granada, mesmo assim deveriam ser considerados de «boa guerra». O motivo era simples: a guerra contra os mouros, muito especialmente os de Granada, era lícita como se sabia e era reconhecido nos documentos oficiais.

De resto, novo argumento, o valenciano explicava que os portugueses tinham a este propósito uma atitude radical: eles faziam sempre guerra aos mouros, a «boa guerra», como era sabido. Ora, argumento subtil para Bernat Font se salvaguardar, tinham sido os portugueses a capturar esses muçulmanos e já tinham obtido os seus lucros, pois venderam-nos em Alicante. Além disso,

⁽⁴⁴⁾ Arié, Rachel, «Espana Musulmana (siglos VIII-XV)» in: *Historia de España*, dir. por Manuel Tunón de Lara, Barcelona, 1983, vol. III, 40-41; Valdéron, Julio, «Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV). León y Castilla» in: *op. cit.*, 3.ª ed., 1982, vol. IV, 156 e segts. Martín, José Luís, *La Peninsula en la Edad Media*, Barcelona, 3.ª ed., 1974, pp. 755-756.

⁽⁴⁵⁾ Martín, José Luís, *Ibidem*.

lembrava que os mouros foram capturados numa nau da Berberia, terra do patrão do navio, e a captura realizada em águas berberes.

Claro que esta argumentação evidenciava a vontade de Bernat Font não ter prejuízos económicos com a perda dos 3 mouros, os quais, tendo pouco mais de 20 anos, lhe poderiam render uma boa quantia. O preço médio de um escravo na cidade de Valência andaria à volta das 45 libras valencianas; os 3 cativos poder-lhe-iam render qualquer coisa como 135 a 140 libras, montante que não era de desprezar.

Este forte conjunto de razões obrigaram o Bailio Geral a reabrir o processo, interrogando mesmo outros tripulantes do lenho valenciano. Afinal, estes argumentos eram dificilmente ultrapassáveis. É verdade que, muitas vezes, as necessidades políticas práticas desviavam-se do discurso «oficial» dos reinos cristãos; o próprio papado, algumas vezes, não escapou a esses desvios. Mas, confrontado directamente com tais questões, seria difícil ao Bailio aparecer a defender os prisioneiros sem pôr em causa aspectos essenciais que estavam na base do próprio poder dos reinos cristãos, nomeadamente peninsulares.

Inquirida a tripulação, veio esta confirmar praticamente tudo aquilo que Bernat Font tinha dito. Entre outras coisas, seria verdadeira a história da espia e também o facto de ter sido o navio português a avistar primeiro o «caro» mourisco e a concordar na ajuda do lenho valenciano. Um dos tripulantes veio ainda reafirmar a matéria factual que Bernat Font já contestara, nomeadamente que no interrogatório que tivera lugar em Alicante os presos tinham confessado serem todos provenientes do Norte de África. Finalmente, quanto à política portuguesa, apurou-se que os nacionais do reino tinham total liberdade para atacarem os mouros, quaisquer que eles fossem, e não hesitavam em fazê-lo, o que lhes grangeava o respeito e a admiração do mundo cristão.

Esta situação, aliás, vinha criando algumas dificuldades ao rei de Aragão para poder continuar a manter atitudes menos ofensivas para com os muçulmanos. Com efeito, a presença dos portugueses em Ceuta funcionava como um elemento de certo modo desestabilizador em relação às práticas políticas habituais no Mediterrâneo Ocidental que tanto Castela e Aragão, como as cidades italianas, tinham por costume levar a cabo no seu relacionamento com o mundo islâmico.

O impacte político na região e em toda a Cristandade da tomada de Ceuta foi por todos imediatamente reconhecido e percebido. Este sentimento permanecia ainda bem vivo anos depois, em particular para os reinos mais vizinhos de Portugal. Numa carta de 18 de Julho de 1417 ⁽⁴⁶⁾, Johan Navarro, Vice-Almirante do rei aragonês em Tunes, escrevia ao seu soberano e, entre outros assuntos, volta à carga com a sugestão do rei realizar alguma conquista na Ifríquia, comparando as potencialidades de um feito deste género com a «honra» que o monarca português obtivera com a conquista da praça marroquina.

Pela última vez retornemos a Bernat Font. Lamentavelmente não foi possível saber como terminou o seu caso. Tenham vencido os argumentos do valenciano, ou tenham ganho os 3 mouros a liberdade, a novidade desta história refere-se à importância que, ao menos durante alguns anos, o potencial bélico acumulado em Ceuta e a política dos portugueses tiveram, neste período e nesta região, abalando equilíbrios políticos há muito estabelecidos.

Uma boa prova desta nova atitude de Portugal é a carta escrita, em 22 de Abril de 1433, pelo Conde de Arraiolos ao rei D. Duarte a propósito das campanhas do Norte de África. O Conde, sendo contra as campanhas anunciadas, que visavam a eventual conquista do reino de Fez, reconhece essa política de corso e de saque do litoral até aí existente: «e se nom quisesseis filhar senom os lugares da beyra do mar tanto peor» ⁽⁴⁷⁾. Foi esta política que D. João II abandonou em 1481.

Em direcção a Tordesilhas

Foram-se mudando, ao longo do século XV, as condições de actuação dos portugueses no Mediterrâneo. Do ponto de vista político, qualquer veleidade esfumou-se com a experiência do «rei intruso».

Na perspectiva comercial, depois de uma primeira fase de maior ligação às cidades italianas, as dificuldades impuseram-se, a começar por alguns negócios mais prósperos: uns que eram mal controlados, como o dos couros

⁽⁴⁶⁾ Archivo de la Corona de Aragón, Cartas Reales Diplomaticas, Afonso IV, Cx. 5, Doc. 584.

⁽⁴⁷⁾ *Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. diplomática de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, Lisboa. 1982, pp. 61-63.

nas mãos dos italianos, outros onde era pequeno o poder de manobrar os preços, como aconteceu com o açúcar.

Sem capacidade financeira para poder manter uma presença simultânea no Mediterrâneo e no Atlântico, houve que optar. Os proprietários dos navios, demasiado especializados no Mediterrâneo, terão sido os primeiros a fazê-lo, deixando os mercadores sem qualquer possibilidade de competir com os seus congêneres catalães, italianos ou mesmo castelhanos, pois estava enfraquecida a base transportadora do comércio do reino.

Mesmo o corso e o exercício das armas em geral, que durante anos haviam sido uma base essencial para a manutenção da presença portuguesa no Sul da Europa, conheceram um abrandamento significativo. Foi por aqui que se começou a construir a nova realidade consubstanciada em Tordesilhas.

Os caminhos que Portugal seguiu são conhecidos e já foram enunciados. Controlando uma vasta região marítima entre a costa magrebina, as ilhas da Madeira e Açores e a costa portuguesa, mantendo uma forte posição junto ao estreito de Gibraltar, discutindo o domínio sobre as Canárias, há muito beneficiando do que trazia da Guiné, a África atlântica foi o destino, opção que há muito vinha sendo preparada. No final da sua *Crónica de Guiné*. Azurara justificava bem esta opção, quando, usando uma expressão cara ao Infante D. Henrique, escreveu ⁽⁴⁾: «ainda que as cousas seguintes não foram tratadas com tanto trabalho e fortaleza como as passadas, que depois deste ano [1448] avante, sempre se os feitos daquelas partes [África] trataram mais por tratos e avenças de mercadoria que por fortaleza nem trabalho das armas».

Filipe Themudo Barata

⁽⁴⁾ Zurara, Gomes Eanes, *Crónica de Guiné*, ed. J. de Bragança, Porto, 1973, p. 406.

ACTIVIDADES PROMOVIDAS PELO IDN

ACTIVIDADES PROMOVIDAS PELO IDN

1. *DIRECÇÃO DO IDN*

Foi nomeado Director do Instituto da Defesa Nacional o Vice-Almirante Fernando Manuel Palla Machado da Silva, por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Defesa Nacional, de 10 de Maio de 1994.

A Cerimónia de Posse teve lugar no Ministério da Defesa Nacional, em 11 de Maio de 1994, sob a presidência de Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional, Dr. Fernando Nogueira.

2. *CURSO DE DEFESA NACIONAL DE 1994*

O XVI Curso de Defesa Nacional encerrou as suas actividades em 1 de Junho de 1994, no IDN, em Lisboa.

A Sessão de Encerramento foi presidida por Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional, Dr. Fernando Nogueira. Fizeram uso da palavra o Vice-Almirante Fernando Manuel Palla Machado da Silva, Director do IDN, o Brigadeiro Raul François R. C. Martins, Subdirector do IDN e Director do Curso, e, por fim, em representação dos Auditores, a Dr.^a Maria Perpétua Gomes Rocha.

3. *COLÉGIO DE DEFESA NACIONAL DA TAILÂNDIA*

Efectuou uma visita de estudo ao IDN, em 27 de Maio de 1994, o Colégio de Defesa Nacional da Tailândia representado por três elementos da sua Direcção e vinte auditores do Curso de Defesa Nacional. Do pro-

grama da visita salienta-se um «briefing» coordenado pelo Brigadeiro Lemos Pires em representação da Direcção do IDN, registando-se as seguintes intervenções:

- A organização do IDN, pela Dr.^a Germana Silva, adjunta da Divisão de Planeamento.
- A Situação Nacional, por representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Defesa Nacional, respectivamente Dr. Carlos Frota, Dr. Mário Antão e Coronel Dores Moreira.

4. *CICLO DE CONFERÊNCIAS POR INDIVIDUALIDADES ESTRANGEIRAS*

O programa do Ciclo de Conferências sobre política internacional, elaborado no âmbito do CDN94, foi completado com os seguintes conferencistas e temas:

- As Relações Bilaterais e Multilaterais entre os Antigos Estados Soviéticos, no Domínio da Segurança, pela Dr.^a Susan Clark, Investigadora do Instituto de Análise de Defesa, dos Estados Unidos, em 19 de Abril de 1994.
- As Nações Unidas e os Problemas da Segurança Internacional, pelo Prof. Doutor Adam Roberts, Professor de Relações Internacionais na Universidade de Oxford, em 21 e 22 de Abril de 1994, respectivamente, no IDN em Lisboa e na Delegação do Porto.

5. *CURSO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA*

O IDN deliberou organizar, ao abrigo de um protocolo estabelecido com a Universidade Católica Portuguesa, um curso de formação para a cidadania destinado a professores do ensino básico e secundário. O Instituto constituiu-se como entidade formadora, sendo entidade promotora a Faculdade de Ciências Humanas da UCP, da qual é Director o Prof. Doutor Toscano Rico.

O curso referido teve lugar no IDN no período de 18 de Abril a 1 de Junho de 1994, sob a coordenação do Prof. Doutor Mendo Henriques e Coronel Rio Carvalho, Assessores do IDN, Dr.^a Ana Paula Vieira e Dr.^a Germana Silva, adjuntas da Divisão de Planeamento.

Foram conferencistas deste curso as seguintes entidades:

- Prof. Doutor Mendo Henriques, Assessor do IDN.
- Prof. Doutor Adelino Maltês, Professor de Ciência Política no ISCSP.
- Dr Joaquim Aguiar, Assessor na Presidência da República.
- Mestre Victor Marques dos Santos, Assessor não permanente do IDN.
- Brigadeiro Lemos Pires, Chefe do Departamento de Investigação de Defesa, do IDN.
- Dr.^a Zita Magalhães, Presidente da Comissão para a Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade na Educação.
- Dr.^a Irene Figueiredo, Professora da ESE no Porto.

Na Sessão de Encerramento, que teve lugar em 1 de Junho de 1994, o Secretário de Estado dos Recursos Educativos, Dr. Bracinha Vieira, usou da palavra afirmando, designadamente, que iria empenhar-se pessoalmente no sentido de ser realizada a acreditação deste curso inovador, o que veio a verificar-se posteriormente, de acordo com um ofício do Conselho Coordenador de Formação Contínua de Professores.

6. XIII JORNADA CESEDEN-IDN

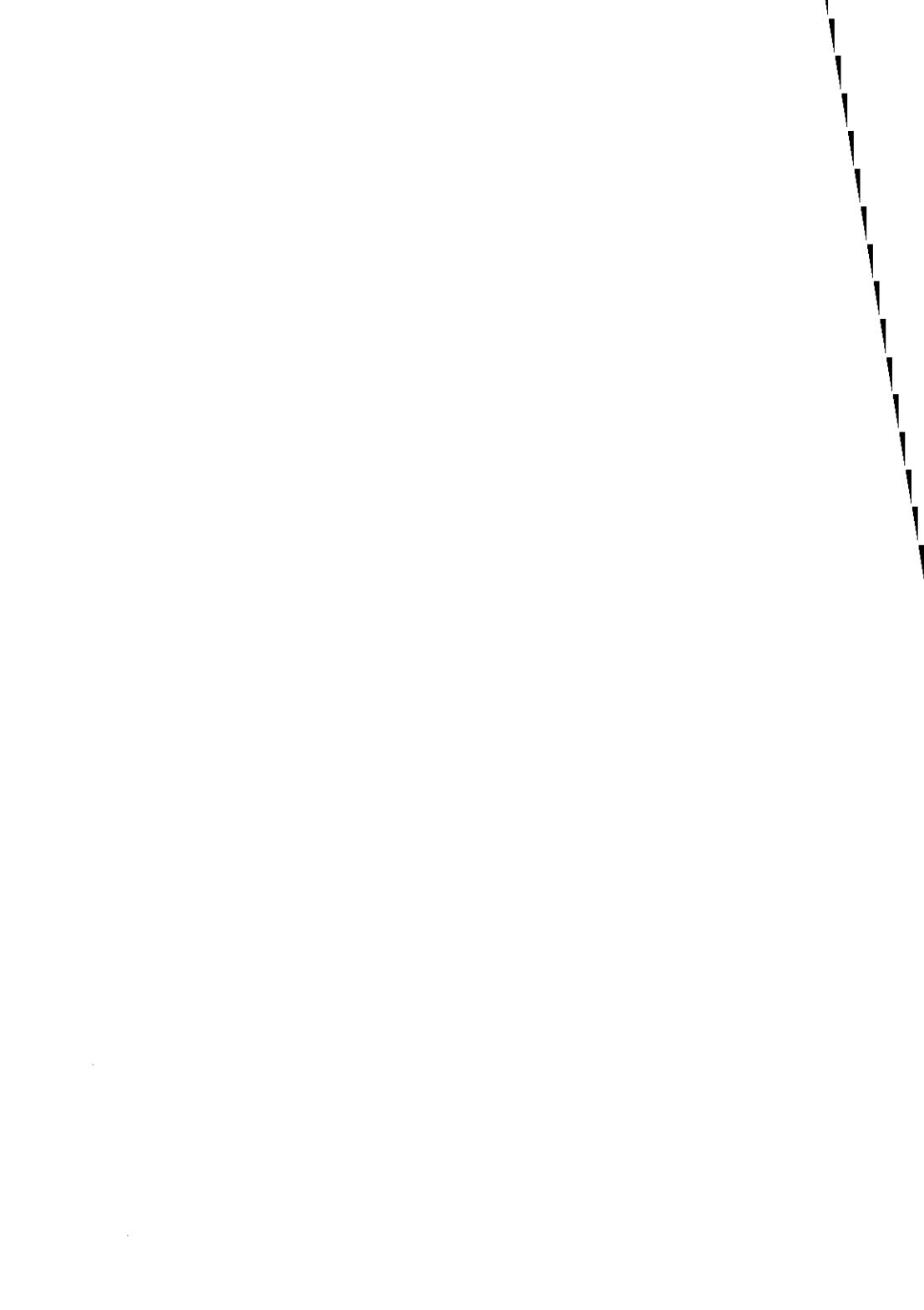
No âmbito do acordo de intercâmbio estabelecido com o Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional (CESEDEN) teve lugar em Madrid, no período de 22 a 26 de Junho de 1994, a XIII Jornada CESEDEN-IDN, sob o tema geral: A Segurança da Europa Central e a Aliança Atlântica.

A Delegação portuguesa foi constituída por: Vice-Almirante Fernando Manuel Palla Machado da Silva, Director do IDN; Brigadeiro Raul François R. C. Martins, Subdirector do IDN; Coronel Tir. António d'Oliveira Baptista e Silva, Assessor do IDN (coordenador); Coronel Nuno Mira Vaz e Capitão-de-mar-e-guerra Luís Manuel de Medeiros Ferreira, Assessores do IDN, e capitão João Manuel Gomes de Oliveira, Ajudante de Ordens.

Integraram a Delegação de Espanha: o Director Interino do CESEDEN, Contra-Almirante D. José Carlos Peres Moreiras; o Secretário Permanente do IEEE, General D. Miguel Alonso Baquer; o Embaixador D. Fernando Olivie y Gonzalez de Pumariega e o capitão de Fragata D. Fermin Moscoso del Prado Calvin.

A DEFESA NO MUNDO

Com a colaboração do ISNG



A DEFESA NO MUNDO

1. *TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO NUCLEAR (NPT)*

«NEWSBRIEF» (Reino Unido), de Abril de 1994

Em resposta à decisão americana de empregar baterias de mísseis PATRIOT para defender as suas forças de um possível ataque da Coreia do Norte com mísseis SCUD, Pyongyang agravou a crise ao denunciar a intenção americana de introduzir aqueles mísseis e helicópteros AH-64 APACHE na Coreia do Sul. Ameaçou retirar-se do tratado NPT, que havia assinado em 1985, e recusar as inspeções às suspeitas instalações nucleares pela agência IAEA. Também acusou a CIA de estar a preparar uma nova guerra na península, e, Washington, de estar a planear o exercício nuclear TEAM SPIRIT com forças militares da Coreia do Sul.

As declarações esclareciam que os dirigentes da Coreia do Norte continuavam a opor-se aos dois tipos de inspeções pela IAEA, que visam determinar a quantidade de plutónio produzido, e se está a ser produzido material para as armas nucleares, desviado das instalações civis. A recente atitude da Coreia do Norte irá provavelmente desviar a disputa da área diplomática para as sanções económicas, pelas Nações Unidas, e, no pior caso, para a guerra. A chave da solução continua a ser o desejo da China de cooperar, mas tal não pode ser considerado como certo.

«JANE'S DEFENSE WEEKLY» (Reino Unido), de 9 de Abril de 1994

O Exército dos EUA vai preposicionar abastecimentos e material para os aviões táticos americanos na Coreia do Sul, como parte de uma prudente série de medidas planeadas para o caso de haver hostilidades. O equipamento, que poderá incluir munições, tornará os aviões «F-15» e «F-16» numa poderosa contribuição para os primeiros dias de qualquer crise.

O objectivo do preposicionamento consiste em assegurar que grandes quantidades de aviões tácticos dos EUA possam ficar completamente operacionais na região, a muito breve aviso. No entanto, não há qualquer crise militar na península da Coreia, visando aquelas medidas a prontidão dos meios antes de quaisquer possíveis sanções das Nações Unidas contra a Coreia do Norte, devido à não autorização das inspecções às instalações nucleares.

Além do preposicionamento e da instalação dos mísseis PATRIOT, o Exército Americano gostaria de ver melhorada a capacidade militar da Coreia do Sul em várias áreas chave, tais como a localização dos radares da artilharia e dos morteiros, as munições guiadas, de precisão, anti-carro e os helicópteros APACHE.

«US NEWS & WORLD REPORT» (Estados Unidos), de 4 de Abril de 1994

A confrontação com Pyongyang continua a escalar, receando-se que qualquer das partes possa originar um conflito que ninguém deseja.

O sustento do programa de armas nucleares da Coreia do Norte sem provocar o início de uma guerra exige uma diplomacia hábil e a cooperação internacional. Receosos das consequências, a China, o Japão e a Coreia do Sul hesitam em seguir a liderança americana.

Entretanto, as Nações Unidas estão a avançar gradualmente para a imposição de sanções, embora seja difícil controlar as fronteiras da Coreia do Norte. O plano de operações 5027-92, o plano americano para derrotar uma invasão pela Coreia do Norte, conta com as forças terrestres da Coreia do Sul, apoiadas por 15 000 tropas dos EUA.

O plano prevê contar no final com 400 000 tropas americanas, muitas das quais chegarão dentro de duas semanas, mas a maioria apenas dentro de 60 dias. O poder aéreo americano, incluindo 72 aviões «F-16» estacionados no Sul, bem como bombardeiros que poderão chegar em horas, ajudará a sustentar um ataque blindado.

Tal como na guerra do Golfo, as forças aéreas americanas poderão levar a efeito um ataque aos centros de comando de Pyongyang nas primeiras horas de guerra. O Norte apresenta várias deficiências, com particular ênfase em: tropas subalimentadas, treino limitado e comunicações afectadas pelas montanhas (não dispõem de satélites).

2. GUERRA DE MINAS (ASW)

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 7 de Maio de 1994

As minas e os submarinos continuam a ser, potencialmente, as maiores ameaças contra as forças navais de todo o mundo. A ameaça das minas mantém-se preeminente. Barata e eficaz, a mina é extremamente clandestina. Recorrendo às últimas tecnologias podem facilmente proporcionar um golpe contra um país que dependa grandemente do comércio marítimo. Mesmo com adequadas forças MCM — que muitas marinhas não possuem — a ameaça das minas implica grandes esforços para se opor aos seus efeitos.

São criticáveis os planos em curso, europeus e americano, de redução de meios MCM, de submarinos e de forças ASW, quando prolifera a ameaça dos submarinos, das minas e dos submarinos de algibeira, por todo o mundo. Todas as marinhas que pretendam proteger a navegação mercante e as SLOC devem possuir uma adequada capacidade ASW.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 7 de Maio de 1994

Dentro de 5 meses a Marinha Iraniana vai receber o seu terceiro submarino da classe KILO, havendo indícios de que pretende adquirir pelo menos mais um. O Irão também comprou cerca de 1800 minas navais de vários tipos quando recebeu o primeiro KILO em Novembro de 1992. O segundo submarino foi recebido em Agosto de 1993, tendo os dois submarinos custado 1,3 biliões de dólares.

O Irão foi o primeiro país do Golfo a adquirir submarinos, pelo que os outros países litorais se encontram alarmados. Os submarinos deverão ficar baseados em Chah-Bahar, a leste do estreito de Ormuz.

O Irão acaba de iniciar um grande exercício naval no Golfo Pérsico e no Golfo de Oman, incluindo-se nas unidades participantes 3 lanchas rápidas FPB, da classe francesa COMBATTANTE II, que haviam ficado danificadas durante a guerra com o Iraque.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 7 de Maio de 1994

De acordo com um novo plano MWP (Mine Warfare Plan) que acaba de ser divulgado, a vigilância, reconhecimento e detecção clandestina da ameaça de minas constitui agora a primeira prioridade das operações de minas pela Marinha Americana. Pela primeira vez, o MWP afirma que tais informações clandestinas podem ser obtidas pelos submarinos nucleares de ataque, auxiliados por outros meios. Os submarinos proporcionam, adicionalmente, a melhor maneira de colocar minas da forma mais clandestina.

O plano MWP inclui muitas recomendações, tais como a alta prioridade dada às informações relativas às operações de minas. Na sua lista de minas que constituem uma ameaça para a Marinha Americana, a maioria são de águas baixas, ou muito baixas:

- MANTA, que explodiu contra o USS PRINCETON, durante a guerra do Golfo.
- MP-80 (italiana), de influência, assente no fundo e controlada por computador.
- MSHM (russa) de influência acústica.
- 500/Tipo I e 1000/Tipo II (chinesas), de influência, assentes no fundo.
- EM-2 RPRM (Rocket-Propelled Rising Mine).
- Minas iranianas, adquiridas à Rússia, que podem ser lançadas pelos submarinos da classe KILO.
- Minas furtivas, tais como as BOFORS GMI 100 ROCKAN e BUNNY (suecas), de influência e assentes no fundo.
- M-70, de influência, assente no fundo (jugoslava).
- SAG II, fundeada, de contacto (jugoslava).

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO **CEGRAF/Ex** — RUA MARQUES DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA

1000





